



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

**IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES CONSTRUÍDAS NOS BAIROS
CAMPINHO E BAIANÃO EM PORTO SEGURO E SUAS CARTOGRAFIAS DE VIDA**

Kátia Silva Martins
Orientadora: Prof. Dr. Janaina Zito Losada

Porto Seguro
2019

KÁTIA SILVA MARTINS

**IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES CONSTRUÍDAS NOS BAIRROS
CAMPINHO E BAIANÃO EM PORTO SEGURO E SUAS CARTOGRAFIAS DE VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul
da Bahia, para obtenção do título de Mestre em Estado e
Sociedade.

Porto Seguro

2019

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

M386i Martins, Kátia Silva, 1971-
 Identidades e territorialidades construídas nos bairros Campinho e
 Baianão em Porto Seguro e suas cartografias de vida. / Kátia Silva
 Martins. – Porto Seguro, 2019.
 124 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
 Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade.
 Orientador: Janaina Zito Losada

 1. Território. 2. Territorialidade. 3. Cartografia Social. I. Título.
 II. Losada, Janaina Zito

CDD: 306

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/ 1883

Ata da Defesa Pública de Dissertação de Mestrado

Aos 20 dias do mês de maio do ano de 2019, às 09:00 horas na sala Mata Medonha, reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos professores (as): Prof. Dr.^a Janaina Zito Losada (presidente e orientador), Prof.^a Dr.^a Francismary Alves da Silva (membro interno) e Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (membro externo) a fim de arguirem a mestranda Kátia Silva Martins, intitulada **“Identidades e Territorialidades Construídas nos Bairros Campinho e Baianão e Suas Cartografias de Vida”**. Aberta a sessão pela presidente da mesma, coube à candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias. Os membros da banca consideraram o trabalho de dissertação:

(☒) aprovado

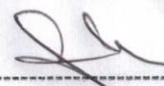
() aprovado com profundas modificações

() não aprovado, devendo ser realizada nova defesa no prazo de ____ meses.

Recomendações da Banca:

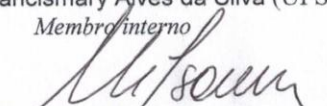
A banca reconhece a continuidade dos estudos em um possível futuro doutorado pela submissão do ttr em questão.

Banca Examinadora:



Prof. Dr.^a Janaina Zito Losada (UFSB)
Presidente e orientadora

Prof. Dr.^a Francismary Alves da Silva (UFSB)
Membro interno



Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (UEL)
Membro externo

Candidato:

Kátia Silva Martins

Aluna: Kátia Silva Martins

Porto Seguro, 20 de maio de 2019.

Ao meu pai Natanael (in memorian) pelo orgulho a mim sempre demonstrado, saudades eternas. A minha mãe Marli, pelo incentivo a novas conquistas e a minha filha Isabelle, meu maior presente, cujo apoio e o amor foram essenciais para a consolidação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Natanael (in memorian) e Marli, que sempre acreditaram na minha capacidade, meu eterno agradecimento.

À minha filha Isabelle, pela parceria e companheirismo sempre demonstrado, meu eterno amor e minha inspiração de vida.

Ao meu irmão Ramon, por dividir a vida nestes anos de caminhada.

À minha orientadora Janaína, por sua competência, leveza e dedicação presentes nestes dois anos de orientação, meu muito obrigada. Sua ajuda foi valiosa e fundamental para meu amadurecimento acadêmico.

Aos professores(as) do PPGES/UFSB pelo aprendizado e contribuição na minha pesquisa, em especial ao Prof. Dr. Álamo Pimentel, por sua sabedoria e generosidade com os alunos do programa.

Aos Professores que compõe a banca examinadora por aceitarem o convite e contribuírem para melhorar meus conhecimentos, minha gratidão.

A Coordenação do PPGES/UFSB, Prof.^a Dr. May Waddington que contribuiu para o andamento e elevação do programa, meu apreço.

Aos colegas do PPGES/UFSB, pelas leituras e discussões sempre produtivas.

A Prefeitura Municipal de Porto Seguro por oportunizar minha liberação para dedicação aos estudos, meu agradecimento.

A Hilda Rodrigues, pela oportunidade de pesquisar o acervo histórico do Jornal do Sol.

Aos moradores nativos e migrantes de Porto Seguro envolvidos na pesquisa, que compartilharam suas histórias, suas percepções e olhares sobre seus lugares, minha admiração por vivenciar as formas de luta e resistência por seus territórios abrigo.

Aos muitos personagens que constroem a história desta cidade, em especial a Dona Maria Boneca (in memorian), por sua alegria e dedicação a cultura local.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

“Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”.

Milton Santos (1998)

RESUMO

Pensar a cidade a partir das relações sociais estabelecidas em seus territórios pressupõe que esta seja carregada por diferentes marcas e desejos que se encontram presentes na memória das comunidades locais, sejam estas afetivas ou não. Assim, as ruas, praças e os bairros enquanto elementos da paisagem humanizada são considerados como territórios vivos, constituídos por interesses e usos distintos, que simbolizam espaços de luta, trabalho e resistência. Neste contexto, a pesquisa pautou-se na possibilidade de identificar as formas de territorialidades construídas pelos moradores dos bairros Baianão e Campinho, localizados no município de Porto Seguro-Ba, bem como compreender as implicações identitárias, culturais e ambientais que estão submetidas às populações subalternizadas destes bairros, de forma a possibilitar que os mesmos possam identificar através da percepção socioespacial a importância do direito de acesso e uso dos seus territórios abrigo. Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico de pesquisa uma abordagem qualitativa, com o uso da cartografia social como instrumento de representação do vivido e também como ferramenta capaz de proporcionar a comunidade envolvida, um olhar mais próximo das suas próprias realidades, no afã de estabelecerem uma reflexão crítica sobre os problemas socioculturais e ambientais que permeiam estes lugares. Também foram utilizadas no estudo histórias orais da vida cotidiana dos moradores locais, constituídos em sua maioria por nativos e também migrantes reterritorializados da região Sul da Bahia, que diante da precarização imposta pela crise cacaueteira, foram obrigados a deixar seus lugares e construir nesta região novas territorialidades. Como aporte teórico, a pesquisa dialogou com autores ligados a Geografia Humanista e envolveram a discussão dos conceitos de lugar e território a partir de uma perspectiva simbólica e cultural e suas inter-relações nos espaços vividos, além da presença de autores que compreendem o território enquanto espaço socialmente produzido, embasado numa reflexão tanto material como simbólica, atribuindo ao conceito maior sentido e materialidade. Mesmo diante de um cenário contraditório, marcado por relações desiguais de poder, verificou-se através dos registros orais ou mesmo nos mapas mentais produzidos, que estes sujeitos estabeleceram uma relação de identidade e pertencimento com seus territórios de vida e as formas de territorialidades construídas por estes moradores foram representadas através de vários elementos significativos da paisagem, carregados de simbolismos e subjetividades.

Palavras Chave: Território. Territorialidade. Cartografia social.

ABSTRACT

Thinking about the city from the social relations established in its territories presupposes that it is carried by different life experiences and desires that are present in the memory of local communities, whether these are affective or not. Thus, the streets, squares and neighborhoods as elements of the humanized landscape are considered as living territories, constituted by distinct interests and uses, which symbolize spaces of struggle, work and resistance. In this context, the research was based on the possibility of identifying the forms of territorialities built by the residents of the Baianão and Campinho neighborhoods, located in the city of Porto Seguro-Ba, as well as understanding the identity, cultural and environmental implications that are subjected to subaltern populations. these neighborhoods, in order to enable them to identify through socio-spatial perception, the importance of the right of access and use of their shelter territories. Therefore, a qualitative approach was used as a methodological research procedure, with the use of social cartography as an instrument of representation of the lived and also as a tool capable of providing the community involved a closer look at their own realities, in order to establish a critical reflection on the sociocultural and environmental problems that permeate these places. Oral stories of the daily life of the local residents were also used in the study, consisting mostly of natives and also reterritorialized migrants from the southern Bahia region. . As a theoretical basis, the research dialogued with authors linked to Humanist Geography and involved the discussion of the concepts of place and territory from a symbolic and cultural perspective and their interrelationships in the lived spaces, besides the presence of authors who understand the territory as socially produced space, based on both material and symbolic reflection, giving the concept greater meaning and materiality. Even in the face of a contradictory scenario, marked by unequal power relations, it was verified through oral records or even produced mental maps, that these subjects established a relationship of identity and belonging with their life territories and the forms of territorialities built by These residents were represented through various significant elements of the landscape, laden with symbolism and subjectivities.

Keywords: Territory. Territoriality. Social cartography.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Localização Porto Seguro – BA, 2018.....	30
Mapa 2- Mapa da malha rodoviária de Porto Seguro, interligando o município a outras regiões brasileiras através da BR -101 e BR- 367.....	53
Mapa 3 - Croqui de Localização do Bairro Campinho, 2018.....	60
Mapa 4 - Croqui de Localização do Bairro Baianão, 2018.....	60
Mapa 5- Mapa do desmatamento da Mata Atlântica no Sul e Extremo Sul da Bahia no decorrer dos anos de 1945, 1960, 1973, 1990	66
Mapa 6 - Mapa de localização do bairro Campinho – Porto Seguro –Ba.....	73
Mapa 7- Fotocarta sobre a evolução da ocupação na sede urbana de Porto Seguro- BA, 199.....	75
Mapa 8 - Mapa de ocupação de manguezal nas proximidades do bairro Campinho, 2018.....	76
Mapa 9 - Mapa de localização do Complexo Baianão e suas adjacências, 2018.....	81
Mapa 10 - Mapa de ocupação do Complexo Baianão e suas adjacências.....	86

LISTA DE QUADRO

Sujeitos participantes da pesquisa, 2018.....	22
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela com as variações populacionais (rural e urbana) dos municípios mais atingidos pelos efeitos da crise cacaueteira – censo de 1980/2000.....	52
Tabela 2 - Variações populacionais no município de Porto Seguro- Ba / Censo de 1970-2017...	54
Tabela 3 - População Rural e Urbana residente em Porto Seguro- Ba entre 1970 -1996.....	68
Tabela 4 - Taxa de crescimento geométrico anual da população total, urbana e rural, segundo os municípios e Territórios de Identidade, Bahia – 1991-2000 e 2000-2010.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução Demográfica em Porto Seguro 1970- 2018.....	55
Gráfico 2 - População residente em Porto Seguro Ba - Rural- Urbana 1970 -1996.....	68
Gráfico 3 - Evolução da densidade demográfica por unidade geográfica - 1991-2016	70
Gráfico 4 - Participação Setorial do PIB Porto Seguro 2014.....	72

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Reportagem jornalística sobre a decoração do carnaval de 1993.....	32
Figura 2- 5 - Formas de ocupações em áreas de proteção ambiental localizadas em Porto Seguro- Ba.....	35-36
Figura 6 - Obra Manuel Osorio Manrique de Zúñiga, 1784 – 1792, Francisco de Goya y	43
Figura7 - Representação da “Primeira Missa no Brasil” feita em por Victor Meirelles, 1860.....	44
Figura 8 - Estátua de Pedro Álvares Cabral, localizada no centro de Porto Seguro- Ba	45
Figura 9- Fotografia da Cidade Alta, Porto Seguro – BA, 1952.....	64
Figura10- Reportagem jornalística sobre a ocupação do Baianão e Arraial D'Ajuda, 1992.....	71
Figura 11- Reportagem de capa do jornal local, sobre a ocupação desordenada em área de Manguezal, 1994.....	77
Figura 12- 13 - A) Placa do início das obras,1999. B) Vista aérea de áreas degradadas, 2000.....	78
Figura 14- 15 - C) Agravamento de doenças acometidas em crianças moradoras das “favelas do mangue”, provenientes da ausência de serviços de esgoto e coleta de lixo ,2000, D - Remoção das casas e aterro para o replantio do manguezal, 2000.....	79
Figura 16 - 18 – Situação de áreas de manguezal, Porto Seguro -BA, 2019.....	80
Figura 19-Ocupação desordenada em área de Mata Atlântica,1992	82
Figura 20-21 - Reportagens sobre a ocupação do bairro Baianão, 1992-1993.....	84
Figura 22-23 – Ocupação em áreas de encostas no Baianão, 2019.....	85
Figura 24-26 - Sujeitos participantes da pesquisa elaborando seus mapas mentais.....	93
Figura 27 - Fotografia da Rua Marechal Deodoro, Porto Seguro- Ba	100

LISTA DE MAPAS MENTAIS

Mapa Mental 1 - O Rio e o mangue como referência afetiva (M.G, 2018.....	99
Mapa Mental 2 - O mangue representado como território abrigo (M. 2 – O.S. 2018)	101
Mapa Mental 3- Representação das marcas da violência nas periferias urbanas. (N.S. 2018)....	104
Mapa Mental 4 - Cartografias de um pescador.....	106
Mapas Mentais 5 – 6 - As Praças e as casas como elementos representativos das territorialidades construídas.....	107
Mapa Mental 7 – 8 – A) Mapa mental da Praça São Sebastião no Campinho (M. 17– B. S 2018). B) - Mapa Mental com representação do Bairro Baianão. (M. 12. R. C, 2018)	109
Mapa Mental 9 - 10 - Praça da Caixa d'água como elemento de centralidade e representatividade do bairro Baianão.....	111
Mapa mental 11- Mapa mental da quadra do Campinho, feito pelo morador do Campinho. (M. 17– J. A 2018)	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

DRU/UCRN Desenvolvimento Regional e Urbano

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MET Ministério do Esporte e Turismo

MMA Ministério do Meio Ambiente

PIB Produto Interno Bruto

PMMA Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro

SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

UFSB Universidade Federal do Sul da Bahia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE VIDA.....	26
1.1 Entre usos e fins do território: dualidades vividas em Porto Seguro.....	28
1.2 Insurgências subalternas na ressignificação dos territórios abrigo.....	33
1.3 Abordagens e concepções sobre as relações de poder e território.....	37
1.4 O conceito de território e seus agenciamentos: entre segmentaridades, territorialidades e linhas de fuga.....	46
CAPÍTULO 2 - LUGAR E A PERCEPÇÃO DO VIVIDO: EM BUSCA DO TERRITÓRIO DE PESQUISA.....	58
2.1 O conceito de lugar como apreensão do vivido.....	61
2.2 O lugar e as experiências vividas em Porto Seguro.....	63
2.3 O Campinho e o Baianão como lugar da coexistência do diverso.....	72
CAPÍTULO 3 - CARTOGRAFIA SOCIAL E AS FORMAS DE TERRITORIALIDADES VIVIDAS NOS BAIRROS BAIANÃO E CAMPINHO.....	88
3.1 Territorialidades e os caminhos da pesquisa.....	90
3.2 Mapeando os elementos socioculturais e ambientais da cidade sobre a ótica de seus atores sociais.....	92
3.3 Rompendo os silêncios - cartografias e questões latentes.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS.....	122

INTRODUÇÃO

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Traz, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas e delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formos.
(CAMINHA, 1500, p.14)

Estigmatizada no imaginário social como “terra do descobrimento” e ainda hoje idealizada como paraíso natural, a cidade de Porto Seguro foi fundada no início do século XVI com a chegada da esquadra de Cabral em 1500. Diante das possibilidades de expansão econômica, voltado para conquista de novos territórios e subtração de riquezas naturais, o município tem vivenciado ao longo de sua história um cenário de intensa ocupação e exploração, que vem processando em seu território diversas alterações sociais, econômicas, ambientais e também culturais.

Atravessando uma escala temporal, o município experimentou nestes quinhentos e poucos anos de história, várias transformações oriundas de diversas atividades econômicas que trouxeram para a região uma nova dinâmica socioespacial. Assim, desde o processo de ocupação portuguesa, marcado por várias formas de repressão e invisibilização social, passando pela exploração do extrativismo madeireiro e o desenvolvimento da pecuária extensiva que suprimiu a Mata Atlântica local, até os dias atuais com o desenvolvimento do turismo de massa baseados na exploração das belezas naturais e exclusão da população periférica, o município vive sobre uma égide de continuidade dos moldes coloniais de dominação e exploração, não somente econômica, como também cultural, uma espécie de empresa neocolonial contemporânea. Fato este eternizado nas representações simbólicas de poder, como exemplo do trecho da Carta de Caminha que ressalta a apropriação das belezas cênicas naturais da região, ainda hoje muito exploradas no município, bem como a exaltação de signos que remetem a uma visão eurocêntrica deste período histórico.

O processo de ocupação em Porto Seguro deu-se inicialmente de forma lenta, porém esta realidade passou a ser mudada no início da década de 1970 com a construção da BR 101, que interliga o município a outras regiões por meio da rodovia BR 367. Este fato promoveu a superação do isolamento geográfico e econômico da região, contribuindo para o desenvolvimento do turismo no município, que foi assentado em duas formas de exploração de bens de consumo:

ora baseado no segmento sol e mar¹ voltado para o aproveitamento de recursos naturais que passam a ser convertidos em atrativos turísticos a serem consumidos, ora com a exploração do turismo denominado histórico-cultural, reproduzido por elementos simbólicos, pertencente ao imaginário bucólico como “terra do descobrimento”.

Movidos por estas potencialidades turísticas e iniciativas de empresas privadas ou mesmo promovidas por governos estaduais ou municipais, elevaram o crescimento do turismo de massa que passou a se configurar a partir da década de 1990, como a principal atividade econômica do município. Estas mudanças alteraram de forma significativa a dinâmica local, impulsionando novos arranjos sociais, culturais e ambientais sobre o território, principalmente com a imigração de grandes contingentes populacionais de mão de obra “não qualificada”, que favoreceu o crescimento urbano desordenado e exploratório, sem que nenhuma lei regulamentasse o uso e ocupação do solo.

Neste cenário de adensamento populacional e de expansão urbana crescente, a cidade passou a ser tratada pelos diferentes atores sociais, ora como “espaço de consumo”, ou mesmo como “consumo do espaço”² e isso deve-se ao fato de que os espaços, assim como o tempo passaram a ser considerados como mercadorias a serem consumidas pelo capital. Nesta lógica, o ócio e o tempo livre, aqui compreendidos como o tempo fora do trabalho, que outrora foi considerado como uma necessidade humana fundamental, vinculado a imagem de lazer coletivo ou familiar que envolviam rodas de conversas e prosas nas ruas e praças das cidades, passou a ser considerado a partir da sociedade industrial, uma ameaça ao capital, associando o ócio a ideia de improdutividade.

Paradoxalmente, o capitalismo ressignificou a função social do ócio e o lazer passou então a ser considerado como um produto a ser consumido. Segundo GAMA (1988, p.206) “tempo livre, ócio e trabalho são concebidos na forma de produtos da sociedade moderna, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais. Nestas, à ideologia do trabalho sucede a ideologia do ócio sob signos da racionalidade, da produtividade e do consumismo.”

¹(...) Relacionado às atividades turísticas em ambientes naturais na presença conjunta de água, sol e mar. (BRASIL, 2010, p.14).

² “(...) nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo. (...) Esse consumo se dá através do consumo de um conjunto de serviços, que dá suporte ao fazer turístico.” (CRUZ, 1999, p.14)

Diante destas evidências, verifica-se que o modelo de turismo desenvolvido no município de Porto Seguro foi assentado nos mesmos moldes de apropriação dos espaços, concentrados quase que exclusivamente ao binômio “sol e mar”, um modelo predatório que atendem exclusivamente aos interesses do capital privado, em detrimento da população subalternizada. Assim, a atividade turística denominada por Lefebvre³ como “indústria do ócio” (1974), transformou os espaços do município em mercadorias e estes passaram a ser utilizados como forma de apropriação e uso dos recursos naturais, elevando assim a degradação ambiental, social e também cultural.

Porém, ao pensar na cidade de Porto Seguro como espaço trocas, é necessário compreender que estas ligações não envolvem apenas relações econômicas de compra e venda, mas também questões relacionadas a uma perspectiva social, que envolvem trocas de saberes, de histórias e memórias entre a população nativa com outros moradores migrantes, além de turistas provenientes dos mais diversos lugares.

Diante destes fluxos, de idas e vindas, as relações sociais estabelecidas no município passaram por várias interferências, recriando novas formas e características de acordo com o movimento da sociedade. A partir desta reflexão e analisando como exemplo as questões levantadas pelo sociólogo Stuart Hall (2003) em relação a experiência diaspórica vivida pelos Caribenhos rumo à Grã-Bretanha, pode-se entender que os indivíduos e grupos sociais ao passarem por processos de migração intensa estão sujeitos a conflitos e processos de negociação permanente. Isso se deve principalmente às relações de identidade, que são norteadas a partir de confrontos entre a manutenção de suas tradições com seu lugar de origem e a adaptação a novos hábitos e culturas, daí a afirmação do autor ao entender que numa “situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas.” (HALL, 2003, p. 27).

Contudo, compreender o processo migratório numa perspectiva contrária, a partir da ótica dos moradores nativos, receptores de influências culturais externas também se faz necessário. Ao analisar o fluxo de migração crescente em Porto Seguro, responsável pelo crescimento urbano acelerado advindo do turismo, pode-se ponderar sobre as implicações socioculturais e ambientais que estas mudanças trouxeram para o cotidiano das comunidades

³O capitalismo já não se apoia somente sobre as empresas e o mercado, mas sobre o espaço. Há também o ócio. Com a indústria do ócio, o capitalismo apoderou-se dos espaços que ficaram vazios: o mar, a praia, a alta montanha. Criou uma “indústria nova, uma das mais poderosas: a indústria do ócio.” (LEFEBVRE, 1974, p. 221)

locais, principalmente nas relações de identidade e pertencimento, além da supressão de ambientes naturais, necessários a qualidade de vida.

Assim, em meio à complexidade de diferentes interesses, pautados a partir de diversas disputas e trocas, a história de Porto Seguro constitui-se como um cenário de intensos cruzamentos interculturais entre povos indígenas, colonizadores, africanos e migrantes oriundos de diferentes lugares, que construíram coletivamente múltiplas territorialidades e estabeleceram entre si, diversas formas de hibridismo cultural⁴, que segundo Canclini(1997) ampliam-se com o crescimento urbano, visto que as cidades se configuram como centros de confluências culturais.

Neste contexto, o estudo propôs analisar o processo de disputa territorial em Porto Seguro por aqueles que veem a cidade como lugar de apropriação e os que tratam como espaço de vivência e verificar as formas de interferências na vida social e na identidade local de seus moradores, em especial os que vivem nos bairros Baianão e Campinho, que são localidades que evidenciam diferentes formas de segregação socioespacial, bem como identificar as implicações ambientais e culturais decorrentes do processo de turistificação⁵, que modelam o território a partir de interesses individuais, voltados a mercantilização destes espaços. O objetivo é analisar a percepção e a memória que os moradores destes bairros têm sobre as possíveis mudanças na paisagem local frente às fragilidades socioambientais e culturais e compreender as formas de territorialidades construídas por estes sujeitos nos seus lugares de vida.

Diante do exposto, surgem questões que esta pesquisa propõe esclarecer: Quem são os principais agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano em Porto Seguro e qual a participação destes atores sociais diante do processo de vulnerabilidade urbana e ambiental nos bairros Baianão e Campinho? Qual o papel do processo de turistificação como vetor de fragmentação socioterritorial no município de Porto Seguro e quais reflexos culturais e ambientais são impressos nos bairros Campinho e Baianão decorrentes deste processo? Como as pessoas veem e representam seus territórios e qual percepção os moradores do Campinho e Baianão têm em relação às transformações da paisagem local em seus bairros? De que forma, os

⁴ “Entende-se como hibridismo cultural o processo de cruzamento entre culturas diferentes.” (CANCLINI, 1997, p. 12).

⁵ “[a] turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adéquem às novas atividades econômicas (ação tratada com menos espanto se as atividades econômicas são mais tradicionais). A adequação à atividade turística não se dá sem a modificação incisiva da paisagem e de seus elementos.” (FIGUEIREDO, 2008, p. 86)

moradores dos bairros Campinho e Baianão constroem suas territorialidades e como estes representam seus processos de territorialização e identidade sobre o lugar onde vivem?

A partir destes questionamentos, buscou-se com esta pesquisa compreender as nuances envolvidas nas relações de identidade e pertencimento, bem como identificar as dinâmicas socioterritoriais constituídas nos bairros Baianão e Campinho decorrentes da atuação de diferentes agentes sociais envolvidos no processo de turistificação e suas interferências sobre a população destes bairros, que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Como objetivo geral, pretendeu-se analisar o processo de disputas territoriais nos bairros Campinho e Baianão e suas implicações identitárias, culturais e ambientais a que são/estão submetidas a população destes bairros, no afã de identificar a percepção e a memória que os moradores destas localidades têm sobre as possíveis mudanças socioculturais e ambientais surgidas nos seus espaços de vivência e as formas de territorialidades estabelecidas por eles.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: i) verificar a percepção que os moradores dos bairros Campinho e Baianão têm frente às possíveis mudanças da paisagem nos espaços vividos, decorrentes da apropriação de diferentes agentes sociais; ii) apontar os principais agentes sociais responsáveis pelos novos arranjos territoriais em Porto Seguro e seus mecanismos de negociação, apropriação e uso destes espaços; iii) analisar como os sujeitos da pesquisa representam seus processos de territorialização e identidade sobre o lugar onde vivem, a partir do uso da cartografia social; iv) identificar as diversas formas de territorialidades construídas pelos moradores nos bairros Campinho e Baianão e suas relações de negação ou pertencimento sobre seus lugares de vivência; v) aferir a partir da análise de dados, os efeitos do processo de turistificação vividos no município de Porto Seguro, sobretudo nos bairros Baianão e Campinho e suas implicações ambientais e culturais; vi) identificar as formas de ressignificações sociais impressas no território decorrentes do processo de desreterritorialização dos lugares; e ainda vii) analisar a partir de dados e entrevistas com os moradores dos bairros pesquisados numa perspectiva temporal, os fluxos e entrecruzamentos provenientes do turismo e seus condicionantes culturais como identidade, relações de pertencimento e hibridismo.

Assim, com o objetivo de compreender as dinâmicas territoriais e as formas de territorialidades construídas pelos moradores dos bairros Campinho e Baianão, bem como identificar as formas de representação socioespacial, ambiental e cultural destes sujeitos com seus lugares de vivência, utilizou-se na pesquisa uma abordagem metodológica qualitativa,

enquanto meio de compreender e interpretar os diferentes fenômenos sociais e estabelecer uma contextualização histórica entre os atores envolvidos no processo, ou seja, uma forma de “compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO, 2005, p. 81).

Em relação aos procedimentos metodológicos, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, enfocando as variantes históricas, os aspectos ambientais e socioculturais das comunidades locais, bem como a análise de dados relacionados aos níveis de vulnerabilidade social dos bairros Campinho e Baianão. A escolha destes lugares como local de investigação deu-se inicialmente devido a inquietações vividas nestes espaços, visto que leciono na rede pública do município. Em conversas em salas de aula com estudantes destas localidades, é comum ouvir relatos sobre os problemas sociais que acometem estes bairros e as formas de negação identitária que alguns destes indivíduos desenvolvem com seu lugar de vivência, uma espécie de topofobia e repulsa em relação aos espaços habitados, além de demonstrarem uma profunda e incômoda ausência de pertencimento, especialmente os moradores do bairro Baianão, que são em sua maioria migrantes de outras regiões. Ademais, mesmo não sendo o foco de investigação deste estudo, é fato que, apesar destes dois bairros apresentarem vários aspectos confluentes, relacionados a problemas urbanos comuns, os mesmos possuem características antagônicas, pois estabelecem uma conhecida e radical disputa territorial pelo tráfico de drogas nas periferias da cidade. Neste sentido, identificam-se neste conflito, umas das múltiplas formas de territorialialização construídas nestes lugares. Além disso, a escolha destes bairros como análise de estudo, deu-se também porque os mesmos possuem características divergentes em relação ao local de nascimento de seus moradores. Segundo relatos dos munícipes e os dados sobre a população realizados pelo IBGE, enquanto a comunidade do Baianão é constituída em sua maioria por pessoas oriundas de vários lugares, o bairro Campinho em contrapartida é formado em parte por moradores nativos, que devido ao advento do turismo, viveram o processo de des-reterritorialização, pois muitos foram expropriados do centro da cidade para dar lugar a novos empreendimentos turísticos. Assim, pretende-se estabelecer um paralelo entre as formas de representações sociais desenvolvidas nestes lugares e evidenciar a percepção que os moradores possuem sobre seus espaços de vida, sejam estes oriundos de processo de migração, ou mesmo, moradores nativos, receptores de influências.

A partir desta realidade, a escolha dos atores sociais (Ver quadro) participantes da pesquisa, utilizou-se como critério de análise uma perspectiva temporal, buscando entrevistar

moradores mais antigos destes bairros ou mesmo nativos, com a idade variando entre 53 a 72 anos, já que os mesmos puderam vivenciar em lócus as transformações socioespaciais, ambientais e culturais surgidas nestes territórios. Estas percepções do espaço geográfico, frutos das experiências e memórias vividas por estes sujeitos, foram representadas através do registro oral e também por meio de cartografias sociais, onde os mesmos registraram em forma de mapas, seus lugares e as formas de territorialidades por eles construídas.

Quadro. Relação dos sujeitos participantes da pesquisa.

Morador	Identificação (*)	Gênero (**)	Idade	Natural	Tempo de Residência em Porto Seguro	Bairro
M.1	M.G.	F	61	P.Seguro	61	Centro
M.2	O.S	F	54	Buararema	34	Baianão
M.3	N.S	M	59	Santa Luzia	29	Baianão
M.4	J.P	F	62	P. Seguro	62	Campinho
M.5	J.G	M	62	Camacan	33	Baianão
M.6	O.V	M	59	P. Seguro	59	Campinho
M.7	A.S	F	61	Camacan	27	Baianão
M.8	M.R	F	59	Buararema	26	Campinho
M.9	M.P	F	56	P.Seguro	56	Campinho
M.10	A. N	F	59	P.Seguro	59	Campinho
M.11	J.S	F	54	P.Seguro	54	Centro
M.12	M.A	M	58	Camacan	38	Baianão
M.13	L.S	F	59	Mascote	29	Baianão
M.14	J.O	M	59	P.Seguro	59	Campinho
M.15	A.L	F	57	Camacan	28	Baianão
M.16	R.P	M	54	Itapé	29	Baianão
M.17	J. A	F	59	Mascote	42	Campinho

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

(*) Foram mantidas apenas as iniciais dos nomes para guardar a identidade dos entrevistadores. (**) F: Feminino e M: Masculino

Na coleta de dados, foi utilizada a técnica da observação participante, que consistiu numa aproximação junto à comunidade investigada por meio de uma observação controlada, cujo objetivo foi verificar e compreender os aspectos sociais, econômicos e culturais que expliquem a

relação que os moradores destes bairros estabelecem nos seus lugares de vivência e como eles constroem e representam suas próprias territorialidades. Para tanto, foi feito inicialmente entrevistas semiestruturadas e/ou depoimentos orais relacionados as percepções e experiências destes sujeitos em seus territórios e posteriormente foi utilizada a cartografia social⁶ como instrumento de representação do vivido. Assim, uso do mapeamento participativo, feito com a comunidade pesquisada, possibilitou o levantamento e a reflexão dos problemas socioambientais e culturais percebidos pela comunidade, além de caracterizar como um meio dos sujeitos representarem suas próprias territorialidades, já que os mapas técnicos muitas vezes ignoram estes lugares ou mesmo silenciam as falas dos moradores locais.

No intuito de compreender as relações que os moradores dos bairros Baianão e Campinho estabelecem com seus lugares e como inscrevem suas histórias é que se configura o conceito de território. Nesta perspectiva, o território não deve ser entendido simplesmente como base física ou material de manifestações sociais, pois segundo o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves “toda sociedade ao se constituir a si mesma constitui seu espaço, conformando, assim seu território” (Gonçalves, 2002, p.13). Deste modo, o território é compreendido, segundo a percepção de Milton Santos (1994) como “lugar de vida social”, constituído a partir de várias relações de poder, tanto materiais, como simbólicas e são estabelecidas historicamente por diversos atores sociais, que atribuem forma e sentido ao território, construindo coletivamente, múltiplas territorialidades.

Diante da urgência em compreender o território como lugar de vida social, Rogério Haesbaert (2004) reitera que o território não se limita apenas a aspectos físicos ou materiais, mas também é carregado por elementos simbólicos. Ou seja, engloba vários sentidos e usos, sejam estes políticos, econômicos, culturais ou ambientais. Nesta premissa, o território adquire uma dimensão escalar, tanto material quanto subjetiva, pois representa as diferentes marcas do vivido.

Assim, no afã de compreender como se deram as formas de territorialidades construídas pelos moradores do Campinho e Baianão e as representações sociais destes lugares de vida, os capítulos que norteiam esta pesquisa foram organizados da seguinte forma: No primeiro capítulo intitulado “Território e territorialidade como construção de lugares de vida” propôs promover

⁶“Cartografia social: é uma nova ferramenta de transformação e planificação social que se utiliza para ajudar em processos comunitários de que participam todos os atores sociais.” (ALMEIDA, 2013, p.6).

reflexões em torno do conceito de território e as formas de territorialidades estabelecidas entre os diferentes sujeitos, cujo objetivo foi compreender como se processaram as “marcas do vivido” nos diferentes territórios, que aí incluem as diversas formas de manifestações sociais, culturais, políticas e econômicas, pautadas sobre várias relações de poder. Para tanto, a base teórica foi fundamentada na reflexão e análise do pensamento dos autores: Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1994, 1982, 2000, 2001), Rogério Haesbaert (2004, 2007, 2007, 2009), Porto Gonçalves (2002, 2008, 2016), Deleuze e Guattari (1986, 1991, 1980), Marcos Aurélio Saquet (2006, 2007, 2009, 2010), dentre outros pensadores que contribuíram com os estudos sobre território, desenhando um quadro conceitual sobre as formas de territorialidades construídas pelos moradores dos bairros Baianão e Campinho.

O segundo capítulo: “O lugar e a percepção do vivido: em busca do território da pesquisa”, propôs uma breve discussão teórico-metodológica em torno do conceito de lugar e associado a ele um estudo sobre percepção, como meio de entendimento das formas de apropriação e uso dos lugares destinados ao turismo. Enquanto espaço de apreensão do vivido, o lugar tem uma importância fundamental na ciência geográfica, pois simboliza o substrato das experiências humanas, dotadas de significados e emoções. Neste sentido, ao compreender o lugar como lócus da vida cotidiana é que se contextualiza as dinâmicas e contradições vividas pelo moradores dos bairros Campinho e Baianão em Porto Seguro, que assim como em tantas outras cidades vivem sob várias formas de segregação social, uma espécie de limites artificiais que definem os lugares para cada grupo social. Diante de sua abrangência teórico-conceitual utilizou-se no capítulo as reflexões dos autores: Yi Fu Tuan (1980, 1982, 1983), Milton Santos (2005), Paul Claval (1997, 2001), Edward Relph (1979), dentre outros autores.

O terceiro capítulo “Cartografia social e as formas de territorialidades vividas nos bairros Baianão e Campinho”, teve como principal objetivo representar as diversas formas de territorialidades constituídas pelos sujeitos que participaram da pesquisa, bem como compreender as relações cognitivas impressas por estes atores sociais sobre os lugares onde vivem, sobretudo nos bairros Baianão e Campinho, enfatizando as multiplicidades das representações sociais, culturais e ambientais destes moradores nos seus espaços de vivência. Para tanto, a cartografia social contribuiu na leitura e compreensão dos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais envolvidos nos lugares de pesquisa e também proporcionou a comunidade envolvida no estudo um olhar sobre si mesmo, promovendo de forma participativa reflexões sobre os seus lugares e as

formas de territorialidades por eles construídas. Portanto, o mapeamento social tem como objetivo dar voz as comunidades periféricas, muitas vezes invisibilizadas e silenciadas, um meio de expor seus processos de territorialização e identidade. Para tanto, foi utilizado como fundamentação teórica, as reflexões conceituais e metodológicas dos autores: Alfredo Wagner Berno de Almeida (2013), Henri Acselrad (2010), Antonio Castrogiovanni (2000), Yi Fu Tuan (1980, 1982, 1983), Milton Santos (2005), Paul Claval (1997, 2001), dentre outros.

Vale ressaltar a relevância desta pesquisa a partir de uma perspectiva que compreende o espaço geográfico⁷ como produto dos processos produzidos por vários agentes sociais, que reestruturam os lugares produzindo espaços separados para os diferentes grupos e consequentemente transformando áreas de preservação em lugares de apropriação. Dito isso, verifica-se que a percepção cultural e ambiental é de suma importância, pois propicia a reflexão sobre as possíveis transformações ocorridas nos espaços vividos e quais atitudes deve-se buscar diante de tais transformações, só assim o homem poderá agir de forma equilibrada na proteção do seu ambiente.

O estudo nesta área é merecedor de análise científica, pois o conhecimento das problemáticas locais pelas comunidades receptoras, propicia um possível envolvimento nas questões socioambientais e culturais pertinentes ao seu lugar de vivência, bem como promove discussões sobre a relevância das relações de identidade e pertencimento nestes lugares. Neste sentido, a pesquisa alcançou uma relevância social, pois ao evidenciar as problemáticas da fragmentação e segregação socioespacial vividas pelos moradores dos bairros Campinho e Baianão em Porto Seguro e as formas de territorialidades por eles construídas, contribuíram para uma melhor compreensão das implicações sociais, culturais e ambientais envolvidos na área de estudo, sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar a temática e apresentar respostas conclusivas.

⁷ “[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente.” (SANTOS, 2008, p. 46).

CAPÍTULO PRIMEIRO

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE VIDA

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam obscuras, suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam outra coisa.
(CALVINO, 1990, p. 44).

Pensar a cidade a partir das relações sociais estabelecidas em seus territórios pressupõe que esta seja carregada por diferentes marcas e desejos que se encontram presentes e fixados na memória, sejam estas afetivas ou não. Assim, as ruas, os bairros e as praças são considerados como “territórios vivos” (SANTOS, 1999, p.6) constituídos por interesses e usos distintos, que simbolizam espaços de luta, trabalho e resistência. Desta forma, as cidades são forjadas como palco de diversas manifestações sociais e culturais, baseadas em diferentes relações de poder.

A partir desta reflexão em torno de territórios vivos, Santos (2002, p.9) compreende o território como base de apropriação e uso para os diferentes indivíduos e grupos sociais, tanto em seu caráter político-econômico, como em sua construção simbólico-cultural, ou seja, entendido como lugar onde as pessoas constroem suas histórias, suas identidades, seus sentimentos de negação ou pertença, estando de acordo com as formas de organização da sociedade em seu lugar de vivência. Nestes termos, não é território físico ou território como base do Estado-Nação o elemento centralizador de análise e compreensão e sim o território usado e experimentado, que corresponde os lugares de vida e trabalho para os diversos grupos sociais, considerados pelo autor, como espaços de luta, conquistas e lócus, sob o qual se manifestam as múltiplas identidades.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 7)

No estabelecimento das relações existentes entre a sociedade e grupos sociais em seus espaços de vida, o território passa a ser compreendido de forma complexa e como conceito adquire vários sentidos, sejam estes naturais, políticos, econômicos, culturais e conforme o pensamento de Deleuze e Guattari, até mesmo filosóficos, pois segundo estes autores o

agenciamento dos territórios alcançam diferentes níveis de escalas, que compreendem os sentidos etológicos, subjetivos, geográficos ou mesmo sociológicos. (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323)

Em meio a esta complexidade de usos e sentidos distintos, a abordagem sobre o conceito de território passa a ser bastante difundida em diferentes áreas das ciências sociais⁸ e como não poderia deixar de ser, especialmente na Geografia, por constituir-se como uma das categorias centrais de sua análise. Segundo, o geógrafo Boligian (2003, p. 236) “pela sua abrangência teórica, o conceito de território nos parece ser mais que um conceito-chave da Geografia. Na realidade, o território é, por assim dizer, um metaconceito da ciência geográfica”. Diante da relevância do território frente ao entendimento do conhecimento geográfico, Haesbaert (2004, p. 20), reitera que “(...) não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”.

Frente a esta pluralidade de usos e interpretações em torno do conceito de território, este capítulo pretende discutir as perspectivas e abordagens em torno da “tríade – território, territorialidade e territorialização” indicado por Porto-Gonçalves⁹ (2002, p.230); bem como o conceito de multiterritorialidade proposto por Haesbaert¹⁰, além do entendimento das relações de poder relacional constituídos nos territórios, como sugere Raffestin(1993). Estas reflexões

⁸Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (...), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (...); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo (...). (HAESBAERT 2006, p. 37)

⁹ GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: Sader, E. E Ceceña, A. E. (orgs.) La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

¹⁰ HAESBAERT, R. 2004. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

fundamentaram nos estudos feitos pelos autores: Milton Santos (1994, 1982, 2000, 2001), Claude Raffestin (1993) Rogério Haesbaert (2004, 2007, 2007, 2009), Deleuze e Guattari (1986) Marcos Aurélio Saquet (2006, 2007, 2009, 2010), dentre outros pensadores que contribuíram com os estudos sobre território. A escolha destes autores deu-se porque os mesmos são os que mais se aproximam da compreensão do território enquanto espaço socialmente produzido, além de ancorar suas pesquisas numa perspectiva mais ampla, embasados numa reflexão tanto material como simbólica, atribuindo ao conceito maior sentido e materialidade.

Pautado numa premissa temporal e espacial, a discussão conceitual sobre território é bastante ampla e perspectivada segundo a concepção epistemológica e filosófica de cada área ou campo de pensamento e saber. Neste sentido, é importante compreender que o território assume significados e usos distintos para os diferentes grupos. Sobre esta ótica, o geógrafo Marcos Aurélio Saquet (2007, p.24) afirma que “é preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos e com suas atividades cotidianas.”

1.1 Entre usos e fins do território: dualidades vividas em Porto Seguro

“O lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias.”

Milton Santos¹¹.

Compreender o território como lugar de vida social, implica que este tem um sentido híbrido, formado por diferentes interesses que vão se materializando ao longo de determinados tempos e conforme seus usos. Santos reforçam este pensamento ao afirmar que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (2005, p.4), ou seja, para o autor o que define o território é seu uso. Daí a necessidade de compreender o território como um todo, formado, segundo Manuel Castelles, por “instâncias da vida social (...) que representam, em essência, dimensões econômica, político-institucional e ideológica.” (1983, p.193). Ao propor uma análise geográfica “integradora e totalizante” (Haesbaert, 2016) a

¹¹ SANTOS, M. Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. 2ª. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

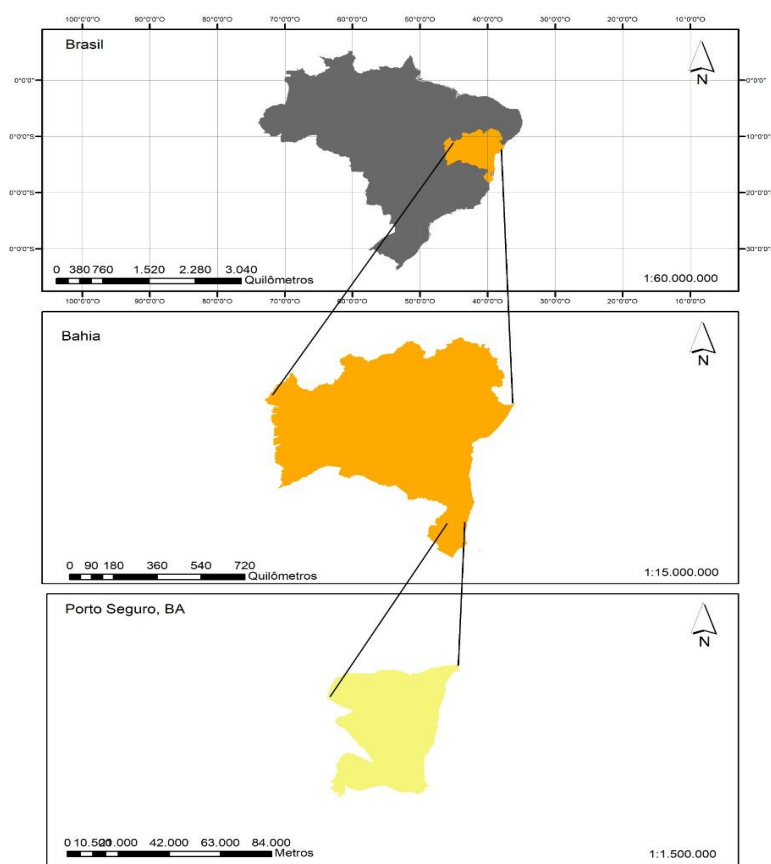
respeito do território usado, entendendo-o como uma instância social com uso e interesses distintos, Santos conclui:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (SANTOS, 2002b, p. 3)

De acordo com estas concepções acerca das formas de usos do território, Santos (2000) afirma que existe uma dualidade contida entre o “território como abrigo” e “território como recurso” e estes meios de apropriação concretizam-se a partir de relações de forças distintas entre os mais variados agentes sociais, onde os interesses privados de um pequeno grupo dominante, sobrepõem os direitos de outros, subalternizados. Nestes termos, ao analisar as relações de poder envolvidas nos diferentes usos do território, o autor afirma que para “os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. (...) Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (Santos, 2000, p. 12).

A partir desta realidade, observa-se que, enquanto “produto histórico de processos sociais e políticos” (Little, 2002, p.3) distintos, o território portosegurense (Ver mapa 1) materializa-se sob as mesmas circunstâncias propostas por Santos (2000), pois enquanto para os “atores hegemônicos”, aqui representados outrora por colonizadores europeus e na atualidade por diferentes agentes sociais que se valem do território e da natureza como recurso a serem apropriados, os “atores hegemonzados” aqui constituídos por índios, negros e moradores das periferias, ao contrário, o concebem como abrigo. É a partir destas relações simétricas ou dissimétricas de poder envolvidas nos usos do território, que Raffestin (1997, p.8) afirma que “o território é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio.”

Mapa 1. Mapa de Localização Porto Seguro – BA



Fonte: Elaborado por Ava Seixas, 2018.

Assim, diante da análise feita por Santos (2000), é interessante observar que a dualidade existente entre “território como abrigo” e “território como recurso”, corporifica-se no município de Porto Seguro desde o período que aqui chegaram os colonizadores portugueses. Este encontro, ou melhor, dizendo, “mau-encontro” conforme mencionado por La Boétie¹² (1982), entre os colonizadores hegemônicos com interesses econômicos voltados para a exploração de recursos naturais e domínio cultural com os povos tradicionais, donos legítimos deste território que aqui viviam como abrigo e morada, deram-se a partir de relações assimétricas de poder, que foram pautadas a partir da ideia de superioridade de raça.

Para Quijano (2005), estas dissimetrias de forças estabelecidas pelos colonizadores no processo de dominação cultural, “baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação” (2005, p.124), denominadas pelo autor como colonialidade do poder, foram tão

¹² LA BOÉTIE, E. O discurso da servidão voluntária ou O Contra Um. In: CLASTRES, P.; LEFORT, C.; CHAUI, M. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1982

significativas, que mesmo hoje passados vários séculos de independência, ainda se fazem presentes nas estruturas sociais destes lugares.

Assim, ao associar o indígena e a natureza como selvagem e primitivo, o discurso hegemônico colonialista legitimou não somente o domínio cultural sobre os povos originários da Abya Yala¹³ (expressão indígena que significa “terra viva”, utilizada como resistência, “em contraponto a América”), como também utilizou-se dessa retórica como forma de apropriação da natureza e dos recursos nela existentes. Conforme afirma Gonçalves:

(...) dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (Gonçalves, 2002, p. 218)

De acordo com esta premissa, este discurso eurocêntrico, preso a concepção de superioridade de raça e negação do outro é na verdade a comprovação da assertiva do sociólogo Aníbal Quijano (2005, p.4), ao afirmar que “o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”. Como consequência deste pensamento verticalizado e hegemônico, o que se verifica no município de Porto Seguro é uma continuidade dos mesmos moldes coloniais de dominação ainda muito presentes neste território, assentados sobre várias formas de negação de outros saberes locais¹⁴, sobretudo da população indígena Pataxó que são retratados na região como meros personagens da história, sendo quase sempre estigmatizados de forma folclorizada,

¹³Abya Yala vem sendo usado como uma auto designação dos povos originários do continente como contraponto a América. A expressão foi usada pela primeira vez em 1507, mas só se consagra a partir do final do século XVIII e início do século XIX, por meio das elites crioulas, para se afirmarem no processo de independência, em contraponto aos conquistadores europeus. (...) a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento. (GONÇALVES, 2009, p.26)

¹⁴ O pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais regionais ou provincianos. Sabemos como esse movimento de colonização do conhecimento pelo pensamento moderno europeu se constrói numa dupla configuração territorial: uma interna aos estados territoriais nascente, na medida em que o outro, interno, é qualificado como provinciano, regional ou que sequer fala uma língua tendo, no máximo, um dialeto; e outra externa na medida que a constituição da unidade territorial interna se dá seja pela expulsão do outros –dos mouros no caso dos dois primeiros estados territoriais modernos (Portugal e Espanha) ou com o encontro com o outro externo que vai perder suas diferentes qualidades (astecas, maias, guaranis, bantos, ashantis ...) para serem chamados, pelos europeus, por um nome geral– indígena ou aborígine que os unifica a todos..(GONÇALVES, 2002, p.218)

relacionando os mesmos ora como selvagens e preguiçosos¹⁵, ora de forma naturalizada e exótica. Assim, sob o prisma colonial subjugam os povos tradicionais como uma categoria genérica, sem valor e importância. Como exemplo da negação e reconhecimento do processo de luta e resistência da população indígena local, verifica-se o tema escolhido na decoração do carnaval do ano de 1993, uma representação social distorcida da realidade, relegando os povos Pataxós como meros personagens alegóricos, comparando-os com sereias e cavalos marinhos, conforme reportagem jornal local da época. (Figura 1)

Figura 1. Reportagem jornalística sobre a decoração do carnaval de 1993



Fonte: Arquivo do Jornal do Sol, edição 17, fev.1993.

Em meio a esta reprodução simbólica de desconstrução da imagem do povo Pataxó, congela as culturas indígenas no tempo e reproduzem a figura do “índio autêntico” e ao se depararem com estes povos fazendo uso de celulares, televisores e outros objetos comuns a

¹⁵ O preconceito do índio preguiçoso assenta-se numa ignorância deliberada de suas próprias formas de trabalho. Após a pacificação dos índios, sua aculturação forçada visava à formação de trabalhadores brasileiros, com sua incorporação à força de trabalho nacional. Muitas sociedades foram obrigadas a alterar completamente suas formas tradicionais de trabalhar e de sobreviver, tiveram que se sedentarizar, viver em terras de extensão inferior à das utilizadas antes. Substituir a caça e a pesca pela agricultura ou, mesmo, trabalhar para terceiros (SANTILLI, 2000, p. 61).

qualquer sociedade, passam a ser considerados como não indígenas. Na verdade, estas formas de representação social vividas na contemporaneidade, marcadas pelo domínio e opressão dos sujeitos subalternizados fazem parte da mesma lógica de interesses vividos em outras épocas. Primeiro, deslegitimam estes povos de sua identidade Pataxó, depois se apropriam de suas terras, já que estes não são mais considerados como “índios de verdade”¹⁶. É como se a história se repetisse 500 anos depois, com a mesma manobra e mesmo jogo de interesses exploratórios pelo uso do território.

Diante deste jogo dialético, entre formas e usos distintos, o que se verifica no município é o fatiamento do território pelo capital privado e como consequência da ação mercantil destes agentes dominantes, a natureza e seus recursos naturais vêm sendo suprimidos, aumentando a degradação não somente ambiental como também social. Assim, faz-se necessário romper esta realidade e propor alternativas que nos leve a reflexão em torno dos modos do “viver com a natureza ou viver da natureza”, em busca de meios de sobrevivência que primam pelo equilíbrio não somente ambiental, mas também associado ao bem-estar social coletivo.

Neste sentido, o entendimento do território não deve estar preso somente a concepção materialista de usos e fins, ao contrário, seu valor é tão sublime que envolvem também relações subjetivas relacionadas ao poder simbólico, já que suas dimensões alcançam muito além do visível. Segundo Godelier:

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (GODELIER, 1984, p. 114)

1.2 Insurgências subalternas na ressignificação dos territórios abrigo

Ao interpretar os caminhos tomados por Santos (2005) em relação a compreensão do conceito de território, nos faz aludir que segundo o autor, o que dá materialidade ao território é o seu uso, ou seja, as formas como os diferentes sujeitos dão significado ao lugar. Assim, para o autor o “território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço

¹⁶ A maliciosa pergunta sobre os “índios de verdade” revela não apenas a existência de um tipo idealizado de ser indígena, como também demonstra a ausência de compreensão histórica dos processos de transformação culturais vividos por esses grupos ao longo dos séculos de violento contato com o mundo ocidental.” (CANCELA, 2016, p. 14).

humano, espaço habitado.” (2005, p.255). Neste sentido, compreender o território como o lugar do vivido, pressupõe que este não seja caracterizado somente pelo seu valor material, mas também pelo seu caráter subjetivo, que envolvem relações afetivas e também identitárias com estes lugares. Ao reforçar o valor simbólico do território, os autores Bonnemaïson e Cambrèzy afirmam:

(...) O poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e, com mais razão, precede o espaço econômico. (Bonnemaïson e Cambrèzy, 1996, p.10)

Assim, compreender o território usado como o lugar de vida, pressupõe que este não seja ligado somente a uma perspectiva materialista, que utiliza-se do território como meramente fonte de recursos, mas do que isso, o território usado é constituído por signos e pertencimentos tão representativos, que mesmo não possuindo um território abrigo, os sujeitos hegemônicos se identificam com ele. Sobre a perspectiva simbólica do território, Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, p.13-14) afirma que “pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele.”

Frente à relevância do território abrigo e as formas de territorialidades nele construídas, destacam-se ainda e, sobretudo, o papel dos “múltiplos protagonistas” na criação dos territórios. São eles: “camponesa (e)s, indígenas, negro (a)s, mulheres, ambientalistas, trabalhadora(a)s assalariado(a)s que re-existem com/contras essas diferentes ordens e que são portadores de múltiplas territorialidades potenciais” (Gonçalves, 2002, p. 237). Decorre disso, a emergência do empoderamento destes outros sujeitos na luta e resistência por seus territórios abrigo. Conforme afirma Gonçalves:

Não nos surpreendamos, portanto, quando vemos emergir novos paradigmas e junto com eles novos sujeitos que reivindicam um lugar no mundo. Ou, dito de outra forma, esses sujeitos que muitos chamam novos, embora não o sejam tanto, põem em debate outras questões, outras relações, ele(a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-Existiram, se reinventaram na sua diferença. (GONÇALVES, 2002, p.220).

Segundo a acepção aqui apresentada, verifica-se que, ainda sob condições assimétricas de poder envolvidas nos usos e fins do território portosegurense, os moradores subalternizados dos bairros Campinho e Baianão, constituídos em sua maioria por negros, migrantes, indígenas e mestiços, mesmo sendo negados dos seus lugares de vida, não abandonam seus territórios, ao

contrário, criam estratégias individuais ou coletivas de sobrevivência, como forma de ressignificar seus “territórios abrigo”.

Como exemplo de resistência e luta por um lugar de morada, moradores migrantes desterritorializados da Região Sul da Bahia, ao serem negados dos seus territórios de origem devido à crise do cacau surgida em meados da década de 90, viram-se obrigados a ocuparem áreas de proteção ambiental no município de Porto Seguro, em busca de territórios abrigos. A título de exemplo deste processo, pode-se citar a construção de casas de palafitas em áreas de manguezal, localizadas nas proximidades do bairro Campinho e também a ocupação de lotes de terras em área de Mata Atlântica, no bairro Baianão. Conforme se verifica nas figuras 2 a 5.

Figura 2-5 Formas de ocupações em áreas de proteção ambiental localizadas em Porto Seguro-Ba

Figura 2

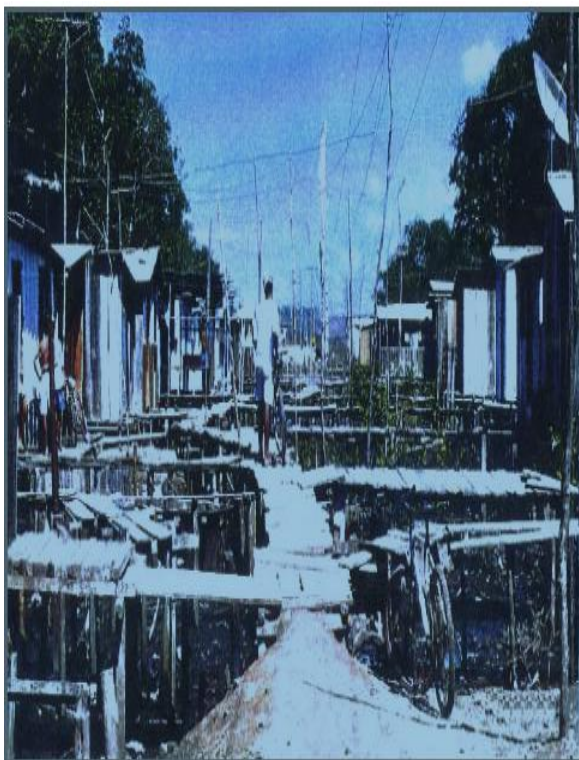


Figura 3



Figura 2 – 3 Modelo de ocupação área de manguezal pelas comunidades do Rato, Gonçalves, Rafael Vinhas, São Luís, Marina Buranhém e Da Paz, localizadas no bairro Campinho, Porto Seguro – Ba
Fonte: Clébia Carvalho, 2003.

Figura 4



Figura 5

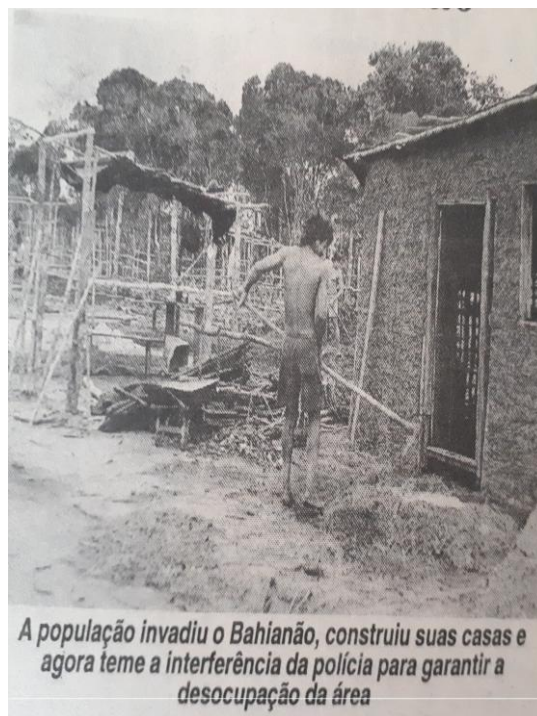


Figura 4 -5 –Modelo de ocupação em área de Mata Atlântica, localizado no bairro Baianão, Porto Seguro-Ba
 Fonte: Jornal do Sol, maio 1993.

Assim, diante desta realidade posta aos moradores subalternizados destes bairros periféricos, ainda que vivendo em condições subumanas, a única solução para saírem deste “caos sistêmico” o qual foram impostos, foi reinventar novos territórios e estabelecerem nestes lugares, novas territorialidades. Conforme afirma Gonçalves:

São novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar. (GONÇALVES, 2002, p.226)

Em resposta a estas formas de negação do território, verifica-se a relevância da alteridade e insurgência do outro¹⁷, oprimido, subalterno, que pode ser várias coisas: indígena, mulher, negro, migrante, favelado, todos envolvidos na construção e luta por novos territórios, como forma de reterritorialização dos lugares. Estas perspectivas criam possibilidades de pensar no território como um entre lugar, ou seja, formado também por um ser na fronteira, que juntamente a outros atores sociais, constroem suas territorialidades e são co-responsáveis por

¹⁷ DUSSEL, Enrique. *Filosofia de la Liberacion*. Bogotá; Editorial Nueva América, 1996.

diversos arranjos territoriais. Assim, ao conceber a importância do território enquanto espaço de vida e identidades para os diferentes sujeitos, Haesbaert afirma que:

Para muitos "hegemonizados" ou, como preferimos, subalternizados, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade. O território, neste caso, como defendem Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), "não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser". É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais vigorosas de apego a identidades territoriais ou "territorialismos". (HAESBAERT, 2007, p. 23).

1.3. Abordagens e concepções sobre as relações de poder e território

O entendimento sobre o território perpassa para além das dicotomias presentes no pensamento ocidental eurocêntrico, que concebe o território de forma dissociada da sociedade, ora percebido como apropriação material de um lado e/ou mesmo simbólica do outro, como se ambas fossem estanques e desconexos com a realidade vivida. Para Haesbaert (2007) o que há de fato, é uma evidencia simbiótica entre as formas de poder constituídas nos territórios, pois de acordo com entendimento do autor, “eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território "funcional" tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça.” (Haesbaert, 2007, p, 23). Nesse sentido, o próprio autor aponta:

O poder não pode ficar de maneira alguma restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser localizado e “objetivado”. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou do qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político, num sentido mais restrito e o poder simbólico. (HAESBAERT, 2016, p,93)

Provém deste raciocínio, a proposta de Gonçalves (2002), que compreende o território como um processo contínuo, formado por uma pluralidade de relações sociais que se envolvem mutuamente. Nesta somatória de experiências, os sujeitos vão (re)criando coletivamente identidades múltiplas que se completam entre si. Sobre esta realidade, Gonçalves (2002) afirma que “é necessário que se compreenda que “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”. (GONÇALVES, 2002, p. 230).

Partindo de uma contextualização histórica sobre o tema, a sistematização do conceito de território foi realizado inicialmente nos pressupostos da Geografia Política Clássica¹⁸ ainda nos primórdios do século XIX, denominada por Claude Raffestin (1993, p.7) como uma “Geografia do Estado”. Esta forma de compreensão do território centrada no poder do Estado foi alvo de críticas de Raffestin, pois para o autor as “relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa” (1993, p.7) e não se encontra centrado ou hierarquizado somente na presença do Estado, como propunha Ratzel, ao contrário, o poder tem um sentido relacional e se faz presente em todos os lugares, sob diferentes formas. Segundo o autor, “o poder é chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.” (Raffestin, 1993, p.7). Nestes termos, ele amplia a escala de atuação do poder para além do Estado e o compreende como múltiplo e diverso.

Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último "nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer". O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. (RAFFESTIN, 1993, p.52)

O principal precursor da Geografia política clássica foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), que ao estabelecer em seus estudos uma relevância do poder hegemônico do Estado frente ao território, foi interpretado por muitos autores como positivista, além de o considerarem como um dos precursores do determinismo geográfico¹⁹, em que o homem é concebido como produto do meio. Porém, apesar de propor em seus estudos uma ampla centralidade do poder em torno do Estado, é importante salientar que, segundo a perspectiva de alguns teóricos que revisam sua obra, houve certo “reducionismo determinista” no pensamento ratzeliano. Em sua defesa, Raffestin afirma que o “quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter "naturalizado" a geografia política, algo que às vezes ocorreu.” (Raffestin, 1993, p. 2). O próprio Ratzel recuou e

¹⁸ “Geografia política é a parte da pesquisa geográfica que examina a constituição territorial do poder político - os recursos de poder, as mudanças no poder e o uso do poder político nas relações com as localizações territoriais e suas características - e seu corolário, o molde das relações territoriais pela via do emprego do poder político.” (O’LOUGHLIN, 1994, p. 200, tradução).

¹⁹GALVÃO, Iapony Rodrigues &BEZERRIL, Kellia de Oliveira. Friedrich Ratzel: uma Análise da Difusão de suas Ideias no Contexto da Geografia Brasileira. In Sociedade e Território. Natal, v. 25, nº 1, p. 19 - 29 jan./jun. 2013. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/viewFile/3514/2827>

reconheceu que a comparação do Estado com organismos altamente desenvolvidos não era produtiva. Em um trecho de seus escritos²⁰, o autor reforça o poder de resistência da sociedade em meio as intempéries da natureza, para ele, o homem é compreendido de forma associada ao meio e não de forma inferiorizada ou submissa aos aspectos naturais, como muitos autores o preconizaram. Sobre esta perspectiva, Ratzel afirma:

Um rio (...), para um povo preguiçoso, constitui um limite; para o povo decidido pode não ser uma barreira [...] não há coação nem nenhuma lei inflexível, mas sim amplos limites, dentro dos quais o homem consegue impor a sua vontade e até mesmo seu despotismo. (RATZEL, 1906b, p. 38).

Segundo a concepção de Hegel, na obra *Prefácio à Filosofia do direito* de 1821, é eminente evidenciar a relevância da historicidade dos sujeitos, pois segundo o autor naquilo “que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo”²¹. Neste sentido, faz-se necessário compreender que o pensamento ratzeliano deve-se ao período histórico vivido pelo autor. Envolto em um espírito nacionalista da época, alista-se as tropas alemãs na guerra Franco-Prussiana (1870-1871) com o objetivo de combater a unificação da Alemanha. Assim, influenciado por suas experiências pessoais, seus estudos têm como principal fundamento a análise das relações de poder exercidas pelo Estado, que foram assentadas estritamente sob um viés político. Neste contexto, o território passa a ser compreendido por ele, como lugar de atuação e domínio estatal. Ou seja, voltado numa concepção geopolítica estratégica, adotada pelo Estado como forma de domínio territorial e condição única de sua existência.

No entanto, Ratzel compreendia o Estado²² como um organismo vivo, que mantém uma relação íntima com o solo. Nesta condição, “nasce, cresce e desenvolve-se e atinge a sua maturidade antes de envelhecer e morrer”. (RATZEL, vol.1, 1882). Neste sentido, segundo a concepção do autor, o território constitui-se como base de sustentação do poder estatal, ou seja, “sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado”. (HAESBAERT, 2009, p.63). Diante desta perspectiva, verifica-se que a compreensão de Ratzel em relação a organismos vivos, vai além da concepção biológica, ao contrário, abrange qualquer

²⁰ RATZEL, Friedrich. *Politische Geographie oder die Geographie der Staaten, des Verkehrs und des Krieges*. 2. ed. München und Berlin, 1903. p. 13

²¹ HEGEL, 1821, *Prefácio à Filosofia do direito*.

²² “Estado é uma fração de humanidade e uma fração de solo. O homem não é concebível sem o solo terrestre, ainda mais sem a maior obra do homem sobre terra: o Estado.” (RATZEL, vol.1, 1882)

outra forma de estrutura organizada, pois concebe o Estado como “organismos complexos que se concretizam nas apropriações territoriais que as fronteiras delimitadas pelo homem indicam” (CARVALHO, 1998, p. 91). Portanto, para Ratzel, o território e Estado se complementam, pois a atuação de um, está condicionada a existência do outro.

(...) é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. (RATZEL, 1990.p.73).

A partir desta contextualização, verifica-se que apesar de alguns estudos sobre o território, baseados no pensamento ratzeliano ficarem por muitos anos atrelados apenas a concepção política, de cunho nacionalista em que o poder do Estado era considerado soberano, a reflexão do autor vai além, pois reconhece que este não se constituiu de forma única e sim a partir de uma “estreita ligação entre solo e o Estado” (RATZEL, 1990.p.72). Conforme o entendimento do autor, a simbiose existente entre Estado e território são baseados a partir de relações de poder, em que “o território pertence à essência do Estado” (2011, p. 51). A partir desta ótica, o poder passa a ser compreendido como um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” (LEFEBVRE, 1972, p.31 apud RAFFESTIN, 1993, p. 51). Portanto, segundo Ratzel, o Estado se alimenta do poder e utiliza-o como instrumento de coerção e controle.

Na contraordem, Raffestin (1993, p.52), ancorado nas concepções do pensamento foucaultiano²³, refuta o entendimento unidimensional²⁴sobre poder, pois segundo ele as dimensões do poder alcançam outros níveis e escalas e não limitam-se apenas a atuação do poder do Estado. Ao contrário, está presente em qualquer relação de uso, força ou domínio, seja este territorial, político, econômico ou cultural. Portanto, segundo o autor, nenhuma relação surge fora do poder e este se manifesta de várias formas e sentidos e por diferentes relações sociais.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da verdade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.7- 8)

²³ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, 1979.

²⁴ (“...”) uma geografia unidimensional, o que não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais.” (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

Com isso, observa-se claramente que a compreensão de Raffestin em relação ao poder é ampla, pois segundo o autor “o poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência” (1993, p.52). Ancorado com o pensamento de Michel Foucault²⁵ veremos que “o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares.” Nesta perspectiva, o autor opõe-se à concepção errônea de teorizar o poder, como se este fosse algo fixo, material ou palpável, na verdade não existe ‘o Poder’, e sim relações de poder. (FOUCAULT, 1979). Nestes termos, tanto Foucault, como Raffestin, compreendem o poder de forma relacional, ou seja, não está localizado apenas em uma única direção ou organismos como Estados, cidades ou instituições e sim presentes em vários lugares e em diferentes contextos, inclusive nas trocas de experiências entre sujeitos.

Segundo a acepção aqui apresentada, verifica-se que as atuações do poder concretizam-se a partir das relações existentes de uns sobre os outros, que são mediadas segundo a força de controle e coerção sobre o indivíduo ou sociedade. Com isso, ao definir que o poder se dá a partir das relações de força entre os membros da sociedade, Foucault rompe com o pensamento unilateral, desloca os “lugares do poder” e possibilita a reflexão sobre as multiplicidades de sua atuação muito além do Estado. Para FOUCAULT:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não os possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1989, p. 183)

A partir deste raciocínio, Haesbaert (2007, p. 21), também fundamentado nas reflexões propostas por Foucault na obra *Microfísica do Poder* (1979), contrapõe o olhar “unifuncional” sobre o território em que o Estado²⁶ é o único detentor de poder. Segundo o autor, as relações de

²⁵FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 1979, p. 121.

²⁶ “(...) O Estado Territorial Moderno, essa invenção genuinamente europeia e constitutiva do mundo moderno-colonial, tem essa marca originária de um Estado que nasce como um poderoso instrumento de controle da multidão”. (NEGRI & HARDT, 2001).

poder sobre o território são bastante polarizadas e vão muito além da ação política estatal, já que envolvem outras formas de dominação e apropriação, tanto no sentido material, como imaterial. Nesta lógica, Haesbaert(2004), reitera que estas relações de poder, também denominadas de relações de forças, alcançam níveis e escalas diferenciadas e desdobram-se “ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica.” (Haesbaert, 2004, p. 95-96).

Território, assim em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo o processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2008, p. 20)

Partindo do entendimento dos autores aqui citados em relação a dinâmica das relações de poder envolvidas na sociedade, conclui-se que o poder não pode ser entendido como uma coisa ou objeto que pertence a alguém, ao contrário, é algo que se exerce e para tanto utiliza-se de estratégias variadas. Ao tomarmos como exemplo a representação pictórica do quadro “Manuel Osorio Manrique de Zuñiga” (1787-1788) utilizada por Raffestin (1993), como metáfora dos sistemas de poder, verifica-se que estas relações manifestam-se de diversas formas. (Ver figura 6). Conforme ilustra o autor:

Sem dúvida a criança domina por sua presença realçada pelo vermelho, mas só domina porque todas as relações passadas, presentes e futuras passam por ela. E ela quem segura o cordão que prende o pássaro colocado à sua frente, cujos movimentos potenciais são determinados pela maior ou menor liberdade que a criança lhe proporcionará. A direita dela, três gatos (...), têm o olhar voltado para o pássaro, no qual veem um trunfo para a violência deles. Violência contida, prestes a se manifestar, mas que a presença da criança impede. Prova disso é a falta de medo do pássaro, que se esforça em levantar uma carta com o bico (...). Todos esses animais são trunfos para a criança, que os controla e com eles mantém relações de poder. Contudo, bastaria que cessasse a convenção — que mantém os gatos em repouso —, para que a cena se animasse e se revertesse em drama. A criança também é o trunfo desses animais; é tanto prisão como garantia; ela faz pesar sobre eles a ambiguidade de sua vontade. (RAFFESTIN, 1993, p.7)²⁷

²⁷Quadro de Goya utilizado como capa do livro: Pour une géographie du pouvoir (por uma geografia do poder), representa as formas do poder segundo Claude Raffestin (1993).

Figura 6. Obra Manuel Osorio Manrique de Zúñiga, 1784 – 1792, Francisco de Goya y.



Fonte: <https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/49.7.41/>>. Acesso em 22 de outubro de 2018

Ao comparar o exemplo tomado por Raffestin(1980) ao retratar em tela os tramas envolvidos nas relações de poder na sociedade, verifica-se que os modelos de representações simbólicas impressas no município de Porto Seguro ainda no período colonial, deram-se a partir de diversas formas de legitimação do poder hegemônico do colonizador europeu sobre os povos indígenas hegemonzados. (Ver figura 7). Diante disso, verifica-se que estas formas de representações sociais do poder simbólico construídas pelos colonizadores europeus, se caracterizaram como um mecanismo de dominação. Segundo Quijano(2005), o processo de legitimação das relações de poder materializam-se a partir da inferiorização do outro, índio, negro, mestiço. Assim, a ideia de raça seria um elemento fundante para a naturalização deste processo. Sob este ponto de vista, Gonçalves analisa que:

O colonialismo interno é mais do que dominação regional, como quase sempre é considerado. Há uma clara clivagem racial e de classe que atravessa as novas formações nacionais trazendo para o seu interior a clivagem moderno-colonial já várias vezes aqui invocada. (GONÇALVES, 1992, p.238).

Nestes termos, ao analisar as formas de relações de poder aqui existentes, verifica-se que os colonizadores portugueses se valeram de vários meios representativos do poder simbólico²⁸ como estratégia ideológica de dominação e controle. Desta forma, retrataram os povos originários como passivos e submissos e apagaram no imaginário social, as formas de luta e resistência destes povos por seus territórios.

Figura 7. Representação da “Primeira Missa no Brasil” feita em por Victor Meirelles em 1860



Fonte: <http://www.historiaeimagem.com.br/a-primeira-missa-no-brasil/> Acesso em 22 de outubro de 2018.

Diante destas formas de representações distorcidas e simplistas sobre os fatos históricos que aqui aconteceram, comprova-se que as construções sociais destes episódios concretizaram-se a partir de estratégias de poder na disputa pelo território. Estas relações de poder são extremamente eficientes, pois não envolvem somente a dominação dos corpos, como também das mentes. Para Quijano (2005), estes mecanismos de representação social denominado como colonialidade do saber²⁹, foram tão significativos que atravessaram o tempo e ainda se fazem presentes no imaginário social. Prova disso, observa-se que o município de Porto Seguro vive ainda sobre uma espécie de manto colonial, reproduzindo no imaginário coletivo falsas narrativas eurocêntricas do processo de colonização. Estes discursos são comprovados nas variadas formas

²⁸Ao analisar a obra da “Primeira Missa no Brasil realizada em 26 de abril de 1550, verifica-se que o pintor fez a tela em 1860, ou seja 360 anos depois. Desta forma verifica-se que esta forma de representação foi utilizada como mecanismo de dominação e poder simbólico, pois retira as formas de violência cometidas contra os povos indígenas e os retratam como dóceis e passivos. (Elaborado pelo próprio autor, 2018)

²⁹MIGNOLO, Walter. Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

de representações simbólicas inscritas no município, sejam nos nomes nas ruas, escolas, praças e/ou monumentos, como a estátua de Cabral, localizada em uma área central da cidade, categorizando como herói, o europeu branco cultuado como “descobridor” do Brasil. (Ver figura 8).

Figura 8. Estátua de Pedro Álvares Cabral, localizada no centro de Porto Seguro- Ba



Fonte: <https://www.portosegurotur.com/o-que-fazer/59-trevo-do-cabral>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

Ao compreender o território como híbrido, formado a partir de processos históricos, sociais e políticos distintos, verifica-se que as relações de poder entre os diferentes atores/agentes sociais estão intrínsecas, ou seja, estão sempre presentes nos territórios e estas relações de forças são materializadas ou mesmo imaterializadas não somente através de signos e símbolos, como também institucionalizadas nos corpos e mentes na sociedade. Segundo Raffestin (1993) mesmo que estas relações de poder se concretizam sobre condições assimétricas ou simétricas, ainda assim, fazem-se presentes nos territórios, pois segundo o autor o poder é algo relacional, multidimensional e imanente a qualquer grupo social, sejam estes atores hegemônicos ou mesmo hegemonizados, visto que os grupos subalternos também possuem poder.

As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e consequentemente às relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as

empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios" (Raffestin, 1993, p.152)

Nestes termos, observa-se claramente que existe uma interação entre o poder e o território, em que a vivência de um, está condicionada a do outro. Nesta premissa, qualquer que seja o território haverá sempre uma relação de poder, que é baseada em um movimento dialético, onde os indivíduos ora exercem poder, ou são subordinados por ele. Por esta razão o autor afirma que o poder é inseparável do território e seu agenciamento vai muito além do poder político.

1.4. O conceito de território e seus agenciamentos: entre segmentaridades, territorialidades e linhas de fuga

Em consonância com as novas temporalidades e outras emergências advindas das diversas transformações nos territórios e sua fluidez no mundo contemporâneo, provocaram nas ciências humanas, especialmente na Ciência Geográfica a buscarem maior eficácia e rigor no entendimento destas mudanças. Assim, com o desenvolvimento e construção do conhecimento geográfico, o estudo sobre território passa a ter maior notoriedade e dinamismo e sua dimensão vai além da concepção política e abrangem outras escalas de ordem social, econômica e cultural. Para Milton Santos (1978, p.189) estas mudanças em torno da concepção e significados do território foram necessárias, pois segundo o autor, o território é um produto histórico e por isso deve ser compreendido como algo mutável, flexível e passível de mudanças, tanto numa perspectiva temporal, como espacial. Este devir em torno do conceito de território se deve conforme Santos (2002), às geograficidades³⁰ que se materializam nas relações do homem com seus lugares.

A Geografia alcança neste fim de século [XX] a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, danação, do lugar. (SANTOS, 2002, p. 9).

³⁰ “(...) amor ao solo natal em busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem a Terra, uma geograficidade (géographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino”. (DARDEL, 2001.p.1)

Diante da discussão em torno da espacialidade humana, surgem no cenário geográfico outras correntes mais eficazes para entender estas efervescências contemporâneas em torno do conceito de território. Dentre estas correntes, destacam-se a Geografia crítica, fundamentada no materialismo histórico e dialético e a Geografia humanista³¹, que analisa o comportamento geográfico e suas relações sociais a partir dos sentimentos e trocas envolvidas entre os indivíduos com seus territórios de vivência. Estas correntes do pensamento geográfico foram as que mais se aproximaram das mudanças recentes em torno do debate sobre território, que passou a ser compreendido como cenário de diversas relações de poder estabelecidas entre os diferentes sujeitos, em busca de suas territorialidades.

A partir deste entendimento, o território passa a ser constituído como um encontro simultâneo de forças políticas, econômicas e culturais, que mediante as imbricações estabelecidas nas diversas relações sociais, vão atribuindo significância ao lugar. Sob este viés, Antônio Carlos Robert Moraes (2002) afirma que o território:

[...] pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. (MORAES, 2002, p. 74).

Em meio a emergência do entendimento em torno dos “territórios usados”, compreendido por Santos como “sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS & SILVEIRA, 2001), sinaliza que os estudos sobre esta categoria de análise passaram a ter maior notoriedade e significado, principalmente em consonância com outros conceitos correlacionados ao tema, como territorialidade, territorialização, des-reterritorialização e ainda o conceito de multiterritorialidade, proposto por Haesbaert (2004), que segundo o autor é mais pertinente devido a realidade contemporânea e hodierna.

³¹ “(...) A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”. (TUAN, 1982)

Assim, concebendo o território enquanto o “lugar do vivido”³², formado a partir de um misto de experiências plurais entre diversos sujeitos, Haesbaert distancia de qualquer neutralidade em torno do tema e compreende o território como “múltiplo, “diverso e complexo””. Para o autor, trata-se um espaço híbrido, sobre o qual se expressam várias relações de poder que são constituídas a partir de diferentes usos, sejam estes funcionais e/ou simbólicos, que atuam de forma simultânea. (Haesbaert 2008, p. 21). Fundamentado no pensamento lefebvriano³³, o autor compreende que os usos funcionais sobre o território estão relacionados ao valor de troca, enquanto o simbólico expressa o valor de uso, ou seja, estão ancorados a partir das marcas e experiências vividas pelos grupos sociais subalternizados nos seus lugares de vida. Neste sentido, Haesbaert define território como:

(...) como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade - recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias"[na acepção de Jean Gottman], ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-política ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p.79)

Ao compreender o território de forma híbrida, em sua multiplicidade, o autor faz emergir em sua análise, as formas de usos, desejos e agenciamentos³⁴ proposto por Deleuze & Guattari(1997). Segundo os princípios filosóficos destes autores, o desejo é entendido como uma força de movimento, que funciona como mola propulsora para atingir um determinado objetivo. Ou seja, é a partir do desejo, que na maioria das vezes “vêm agenciados”, que os indivíduos criam seus territórios e neles constroem territorialidades.

Assim, seguindo o pensamento deleuze-guattariano, “é sempre por rizoma que o desejo se move e produz. Toda vez que o desejo segue uma árvore acontecem as quedas internas que o

³²TUAN, Y.FU 1983

³³ LEFÉBVRE, H. A produção do espaço. 1986

³⁴“Agenciamento - uma “unidade real mínima” (não é a palavra, a ideia ou o conceito; nem o significante, mas o agenciamento [...]. É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 84).

fazem declinar e o conduzem à morte; mas o rizoma opera sobre o desejo por impulsões exteriores e produtivas”. (Deleuze e Guattari, 2004, p 22-23). Nesta lógica, segundo os autores, os agenciamentos mútuos, moldados a partir de desejos, correspondem como formas de territorialização do espaço, pois “todo agenciamento é em primeiro lugar territorial.”³⁵

Nestes termos, para entender o conceito de território a luz das reflexões feitas por Deleuze e Guattari, faz-se necessário se opor a concepção unidimensional, binária e dualista do tipo “forma-conteúdo”, “sujeito-objeto”, “uno-múltiplo”. Ao contrário, os autores constroem seu pensamento a partir da teoria das multiplicidades, que envolvem conexões pluriculturais entre o ser e estar, que se materializam a partir de correlações rizomáticas. Conforme Deleuze e Guattari:

Princípio de multiplicidade: é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para "voltar" no sujeito. Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza. (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 15)

Assim, o pensamento filosófico de Deleuze e Guattari opera-se a partir de rizomas, se opondo ao modelo rígido e linear arborescente, considerado por estes autores como centros de poder hierarquizado sob o qual as interligações como o outro se dão quase sempre de forma limitada. Contrário ao modelo de árvore-raiz, “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo.” (Deleuze e Guattari, 2004, p.14). Ou seja, segundo o entendimento destes autores, “não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas.” (2004, p.16). Diante disso, Deleuze e Guattari concebem modelo de rizoma como polimórfico, já que estes não seguem uma linearidade definida e apresentam-se sob formas variadas.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...”. Há nesta conjunção força suficiente para desenraizar o verbo ser (2004a, p. 37).

³⁵ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo, Ed. 34. 1997. pg. 218.

Portanto, ao compreender o território de forma híbrida, resultado de vários processos rizomáticos que se interligam entre si e com o outro, faz-se necessário entender que as formas de territorialidades constituídas nos diferentes territórios alcançam dimensões não somente geográficas, como também sociais, pois de acordo com as reflexões feitas por Porto Gonçalves (2002), “o ser social é indissociável do estar”. Dito isso, o autor afirma a urgência da superação, ainda hoje do modelo dualista dicotômico³⁶ proposto pelo padrão ocidental, patriarcal etnocêntrico, que ao se valer de interesses privados de controle e expropriação, dissocia os sujeitos das relações sociais e propõe um certo distanciamento do homem com seu ambiente, como forma de domínio e contenção territorial e também cultural. Para o autor, “é preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar - junto (proxemia) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu - espaço não sendo possível existir, pois, uma separação entre o social e o geográfico”. (Gonçalves, 2002, p. 219).

Deste modo, surgem as premissas propostas por Robert David Sack, ao afirmar que o conceito de territorialidade está “intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.” (1986, p.6). Nesta lógica, o território passa a adquirir uma dinâmica social, pois ao estabelecer relações afetivas com o espaço, assume um sentimento de pertença, responsável por uma relação de identidade territorial. Ainda sobre esta relação de afetividade envolvidas nos territórios, Raffestin afirma:

É no processo de apropriação, de territorialização, que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são desenvolvidas, quando os sujeitos vão além da necessidade da apropriação de um espaço, quando desenvolvem ali valores ligados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, recriando seu espaço de vida, ao qual se identificam e se sentem pertencer. (Raffestin, 1981, p. 69).

No âmbito desta discussão, o território passa então a ser então compreendido como uma construção social e histórica das diversas relações de poder, que são constituídas a partir de múltiplos desejos e sentidos. Assim, ao tomar como base, as reflexões feitas por Haesbaert(2016) e ancoradas no arcabouço teórico-filosófico de Deleuze e Guattari(1995,1997) em relação as

³⁶“Esse pensamento moderno europeu, hoje em crise, na sua busca de uma verdade objetiva distinguiu objetos “claros e definidos”, retirou o sujeito da relação que, assim, de fora, pelo método científico, isto é, racional, desvendaria os mistérios da natureza para melhor dominá-la. Assim, se ergue todo um conjunto de categorias dualistas características do pensamento moderno europeu-natureza e cultura; sujeito e objeto; matéria e espírito; corpo e mente; razão e emoção; indivíduo e sociedade”. GONÇALVES (2002, p. 219)

multiplicidades rizomáticas, encontra-se a possibilidade de refletir o território sob uma perspectiva integradora, associando-o a ideia de territorialidade, multiterritorialidade e ainda transterritorialidade, propostas pelos autores como mais completas e dinâmicas.

Segundo o enfoque unilateral proposto por alguns autores centrados apenas na dimensão política, preconizam que a fluidez e a mobilidade podem representar o fim, ou mesmo a destruição dos territórios. Este entendimento de saída ou mesmo abandono do território foi denominado por Deleuze e Guattari (1995) como desterritorialização. Porém, contrários a esta visão hierárquica do poder político, centrado no modelo arborescente enraizado, os autores afirmam que já não cabem, pois as relações de poder surgidas no território são polarizadas e dinâmicas e assemelham-se mais ao modelo de rizoma, pois se movem por meio de agenciamentos que envolvem ao mesmo tempo rupturas, segmentaridades, viscosidade e também por meio de linhas de fuga, já que os rizomas não obedecem a um caminho único, ou mesmo centros de poder.

O rizoma pode fugir se esconder, confundir, sabotar, cortar caminho. Não que existam caminhos certos, talvez o correto seja o mais intensivo (e não o caminho do meio). As linhas de fuga são aquelas que escapam da tentativa totalizadora e fazem contato com outras raízes, seguem outras direções. Não é uma forma fechada, não há ligação definitiva. São linhas de intensidade, apenas linhas de intensidade. (TRINDADE, 2013, p. 23)³⁷

Para Haesbaert (2004), a vinculação do termo desterritorialização a processos simplistas de saída ou exclusão dos territórios não fazem sentido, pois os indivíduos e grupos sociais podem desterritorializar-se sem mesmo terem feito um deslocamento físico do território. Por esta razão, o autor prefere utilizar o termo “territorialização precária” (2004), visto que estes vetores que promovem a saída dos territórios estão muitas vezes mais relacionados a processos de “precarização dos territórios humanos”, do que propriamente a ideia de fuga do território.

Como exemplo deste fenômeno proposto pelo autor, pode-se citar o fluxo migratório ocorrido em uma das regiões da Bahia entre de 1980 a 2000, que devido aos problemas socioeconômicos relativos a crise na cacauicultura em meados da década de 90 provocado pelo

³⁷TRINDADE, Rafael. Deleuze: Rizoma. Disponível em: <http://arazaoadequada.wordpress.com/2013/09/21/deleuzerizoma/>. Acessado em: 13 de outubro de 2018.

fungo *Crinipellis pernicioso* e *Moniliophthora roreri* (Moreira, 2006), popularmente chamado de vassoura-de-bruxa, provocaram uma migração substancial de moradores grapiúnos da região Sul da Bahia, sobretudo a população rural dos municípios, que diante da crise do cacau viram-se obrigados a abandonar seus territórios em busca de outros lugares, como forma de sobrevivência. Conforme o depoimento do morador do bairro Baianão.

Eu morava em Camacan, lá todo mundo vivia do cacau e tinha uma vida sossegada na roça, até que veio a vassoura de bruxa e fomos obrigados a deixar nossa terra. Naquela época, nossa única saída era morar em Porto Seguro, porque Itabuna também estava ruim de trabalho, então eu e minha família viemos pra cá. Foi tanta gente que veio da minha cidade, que antes o Baianão era apelidado de Camacanzinho. (M. 5. J.G, 2018)

Diante destas formas precarização dos territórios, trabalhadores desempregos, expulsos do campo, migraram para o município de Porto Seguro em busca de oportunidades de trabalho no mercado turístico, que naquele período despontava como importante fator de atração populacional. Segundo dados do IBGE em relação ao censo de 1980-2000 (ver tabela 1), estes fatores contribuíram para a redução populacional de alguns municípios da região Sul da Bahia, como Arataca, Buerarema, Camacan, Mascote, dentre outros municípios da região cacauzeira, que passaram a apresentar uma perda populacional considerável, tanto na zona urbana e principalmente na zona rural. Em contrapartida, neste mesmo período houve um crescimento populacional significativo em Porto Seguro. A comprovação destes dados se concretiza ao verificar a naturalidade da maior parte da população adulta do bairro Baianão, que é constituída atualmente, quase que totalmente por moradores oriundos desta região.

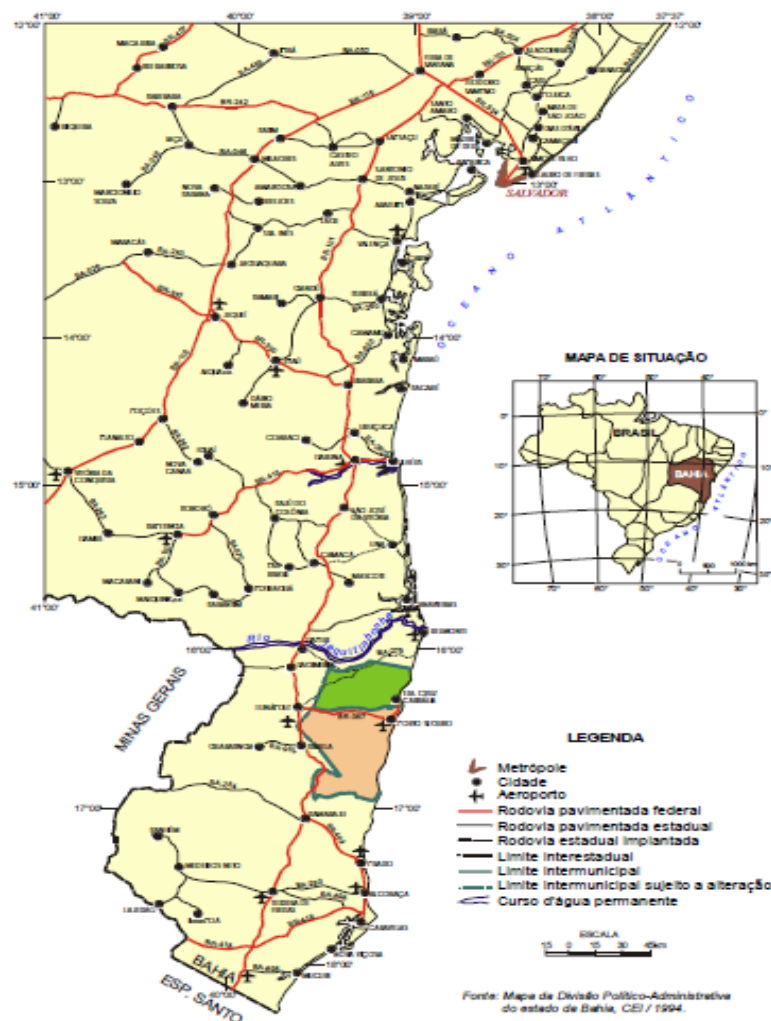
Tabela 1. Tabela com as variações populacionais (rural e urbana) dos municípios mais atingidos pelos efeitos da crise cacauzeira – censo de 1980/2000

Municípios	1980			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Arataca**	4.237	11.552	15.789	5.451	5.740	11.191
Buerarema**	10.546	15.087	25.633	16.249	2.880	19.129
Camacan**	15.252	25.968	41.220	24.282	6.760	31.042
Mascote**	1.284	18.104	19.388	11.929	4.243	16.182
Porto Seguro*	5.834	40.995	46.829	79.557	16.108	95.665

*Crescimento populacional / ** Perda populacional. Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens populacionais. Elaborado pela autora, 2018.

Como consequência do processo migratório, o município de Porto Seguro, que até então apresentava um baixo crescimento demográfico decorrente do isolamento geográfico e pouca importância econômica, passou a apresentar um salto populacional expressivo, principalmente a partir da abertura da BR-101 e a BR-367 na década de 70, que interligou o município a outras regiões brasileiras, impulsionando ainda mais a ascensão do turismo como importante atividade econômica na região, caracterizando como principal fator de atração populacional. (Ver mapa 2)

Mapa 2. Mapa da malha rodoviária de Porto Seguro, interligando o município a outras regiões brasileiras através da BR -101 e BR- 367.



Fonte: CEI, 1994.

Ao analisar a projeção do crescimento urbano entre 1970 a 2018, verifica-se que de acordo com os dados do IBGE, entre 1970 e 1980 houve um crescimento populacional considerado normal, comparado a outros municípios baianos. Contudo a partir da década de 1990, com o advento da crise cacaueteira na região sul da Bahia e seus desdobramentos, aliado a ascensão do turismo de massa como oportunidade de empregos, elevou o número de habitantes que migraram para Porto Seguro. Conforme os dados deste período (Ver tabela 2) verifica-se que em apenas cinco anos, o número total de habitantes no município passou de 34.661 em 1991 para 64.957 em 1996, um crescimento de aproximadamente 87%.

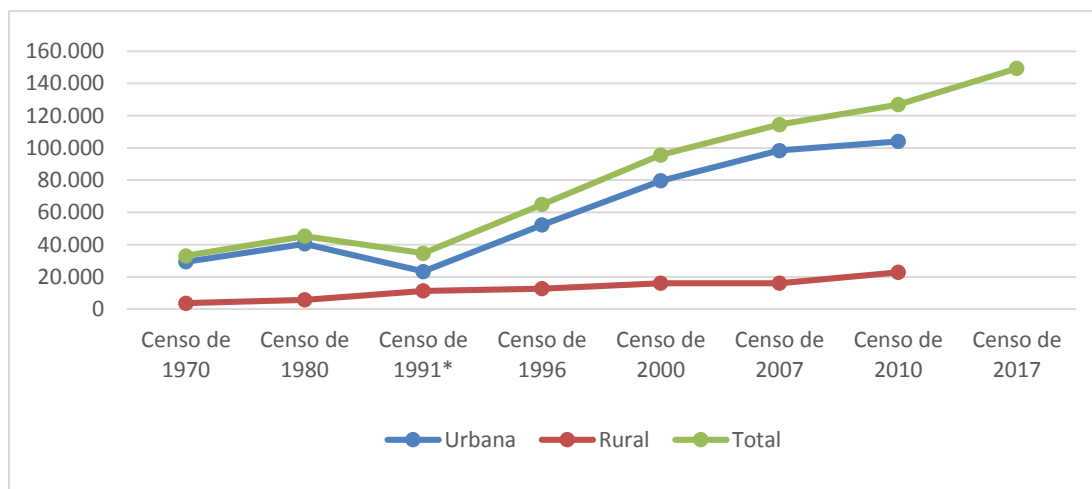
Tabela 2. Variações populacionais no município de Porto Seguro- BA / Censo de 1970-2017

Censo/ano	Urbana	Rural	Total
Censo 1970	3.588	29.520	33.108
Censo 1980	5.725	40.575	46.400
Censo 1991*	23.315	11.346	34.661
Censo 1996	52.241	12.716	64.957
Censo 2000	79.619	16.102	95.721
Censo 2007	95.814	18.645	114.459
Censo 2010	104.078	22.851	126.929
Censo 2018**	123.993	22.632	146.625

Fonte: IBGE. Censo os Demográficos: 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007, 2010 e 2018. * Eunápolis se emancipou em 1988 e Itabela 1991 / ** População estimada.
Elaborado pela autora, 2018.

Verifica-se que estes números continuaram a crescer no município, ao compararmos os números iniciais da população urbana, a projeção é ainda maior, passando de 3.588 habitantes em 1970 para 123.993 pessoas em 2018, um crescimento de aproximadamente 3.455%, segundo estimativa feita pelo IBGE. O comparativo total de habitantes no município, incluindo a população rural e urbana também acompanhou um crescimento demográfico elevado, passando de 33.108 em 1970, para 146.625 habitantes em 2018, um crescimento médio de cerca de 440%, conforme demonstra no gráfico. (Ver gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução demográfica em Porto Seguro 1970 – 2018



Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007, 2010 e 2018. * Eunápolis se emancipou em 1988 e Itabela 1991/ ** População estimada.

Fonte IBGE, elaborado pela autora, 2018.

Contudo, de acordo com a reflexão de Deleuze e Guattari, este fenômeno de migração não se limita somente como uma linha de fuga ou desterritorialização, pois ao se adaptar a novos territórios, os sujeitos automaticamente se reterritorializam nos seus lugares e estabelecem nestes territórios novos vínculos e pertencimentos. Neste sentido, verifica-se que o processo de desterritorialização, está intimamente associado ao fenômeno de reterritorialização. Diante desta realidade, Deleuze & Guattari (1991) compreendem o território como um processo de agenciamentos contínuos, que funcionam como movimento ininterrupto de encontros e/ou desencontros que se complementam entre si, ou seja, um “constante por vir” coletivo (1995). Assim, de acordo com a concepção destes autores, “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, a existência de um esforço para se reterritorializar em outra parte.” (HAESBAERT, 2002, p.1). Numa proposição de analogia entre as formas de interligação dos seres da natureza e as formas de desterritorialização social, os autores realizam uma reflexão integradora na construção dos territórios, frutos de processos rizomáticos, que se articulam e renovam entre si. Conforme Deleuze e Guattari:

Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros? A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa, no entanto,

tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela se reterritorializa a orquídea, transpondo o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade. (DELEUZE, GUATTARI, 1995, v.3. p.18).

A partir do entendimento do pensamento deleuze-guattariano em relação a mobilidade e dinamismo dos territórios, percebe-se que o processo de (re)construção dos territórios, assim como as formas de relações sociais estabelecidas nestes lugares são dinâmicas e fluidas. Neste sentido, podem acontecer também no movimento, pois segundo os autores “se constrói territorialidades também na mobilidade”. (DELEUZE, GUATTARI, 1995). Fiel as premissas epistemológicas em relação ao movimento constante das relações sociais envolvidas com seus territórios, Haesbaert, estabelece que:

A vida é um constante movimento de desrerritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas. No cotidiano, a dinâmica mais comum é passarmos de um território para outro. É uma des-reterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado. (HAESBAERT ,2006, p. 138)

Diante desta premissa, o autor considera o processo de desterritorialização como “mito” (2001, 2004), pois segundo ele não se pode compreender as formas de territorialização de forma estanque ou dissociada da realidade, ao contrário, de acordo com Haesbaert, “não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal territorial".” (2007, p.20) A partir deste contexto, o autor propõe a concepção de “multiterritorialidade, como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como “desterritorialização”. Segundo o autor, “muito mais do que perder ou destruir os territórios, ou melhor, os processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), as sociedades e os indivíduos, na maior parte das vezes, vivenciam a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial”. (Ibid, p, 19).

No marco destas reflexões sobre o conceito de território e as formas de territorialidades envolvidas nos processos de construção e reconstrução das sociedades, os autores escolhidos para fundamentar este estudo aqui já citados - Deleuze-Guattari, Foulcaut, Gonçalves, Santos, Haesbaert, Ratzel e Rafesttin - propõem uma análise menos dual e profundamente integradora sobre esta importante categoria de análise. A partir da reflexão destes autores e para este estudo,

o território passa então a ser compreendido como um todo dinâmico, formado a partir de usos e interesses distintos, que são constituídos a partir de múltiplas relações de poder existentes entre os diversos sujeitos ou agentes sociais. Em meio a estas imbricações de usos e desejos, o território portosegurense passa a simbolizar como um retrato da vida social, em suas múltiplas faces.

CAPÍTULO SEGUNDO

O LUGAR E A PERCEPÇÃO DO VIVIDO: EM BUSCA DO TERRITÓRIO DE PESQUISA

A imagem da cidade é formada não pela cidade em si,
mas pela percepção de seus cidadãos.
(LYNCH, 1997).

As cidades, com suas ruas, bairros e praças são considerados como formas de representações de espaços de vivência, compreendidos como lugares de construção social, onde a vida se revela. Para o geógrafo Yi Fu Tuan, lugar consiste em “uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar.” (TUAN, 1993, p. 203). Neste sentido, enquanto espaço de apreensão do vivido, o conceito de lugar tem uma importância fundamental nas ciências sociais, em especial na ciência geográfica, pois simboliza como substrato das experiências humanas, dotadas de significado e memória. Como bem salientou Eric Dardel:

A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que arai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade.” (DARDEL, 2011, p.34).

Ao considerarmos o lugar como uma espécie de lente das experiências vividas e imaginadas, chega-se à conclusão que os vínculos afetivos, de cunho subjetivo apresentam amplo significado, pois estão impregnados de histórias e memórias dos diferentes sujeitos, que individualmente ou mesmo socialmente constroem seus lugares de referência, territorializando-os. Como exemplo desta relação íntima que os sujeitos estabelecem com seus lugares, verifica-se a fala da moradora do Baianão ao relatar sobre sua percepção do lugar e a territorialidade por ela construída.

Eu fui embora da minha terra porque lá não tinha mais trabalho, a gente estava passando necessidade e quando cheguei aqui não tinha nada, era tudo muito difícil. Morei em vários barracos, as vezes nem comida tinha direito pra dá meus filhos pra comer, mas depois de muita luta e trabalho eu venci. Esta cidade me deu um chão e aqui pude ser feliz novamente. (M.3 M..S 2018.)

Diante deste registro, observa-se claramente que o sentido de lugar vai além dos aspectos físicos e geográficos, pois estes lugares simbolizam como espaços de vidas experienciadas, que são marcadas por diversos atores sociais com usos e interesses plurais. Assim, de acordo com o entendimento de Edward Relph, “o lugar significa muito mais que o sentido

geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes, de segurança”. (RELPH, 1979, p. 156).

Contudo, é necessário que se compreenda que devido a sua abrangência teórico-conceitual, o entendimento sobre a concepção de lugar é bastante fluido e polissêmico, pois de acordo com o entendimento de Tuan(1995), enquanto (i)materialidade das experiências vividas, assumem usos e significados distintos para os diferentes grupos sociais e assim como no território, estão ancorados sob várias relações de poder. Desta forma, o que difere a percepção do vivido, não é simplesmente o lugar físico ou geográfico e sim as experiências de cada indivíduo com seu lugar e com o outro. (TUAN, 1983). E estas confluências híbridas entre os diferentes sujeitos com seus lugares, podem ser consideradas tanto difusas e conflitantes, ou mesmo harmônicas, já que “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar, que podem estar imbuídos de felicidade e realização, ou mesmo tristeza e melancolia.” (TUAN, 1983, p,158).

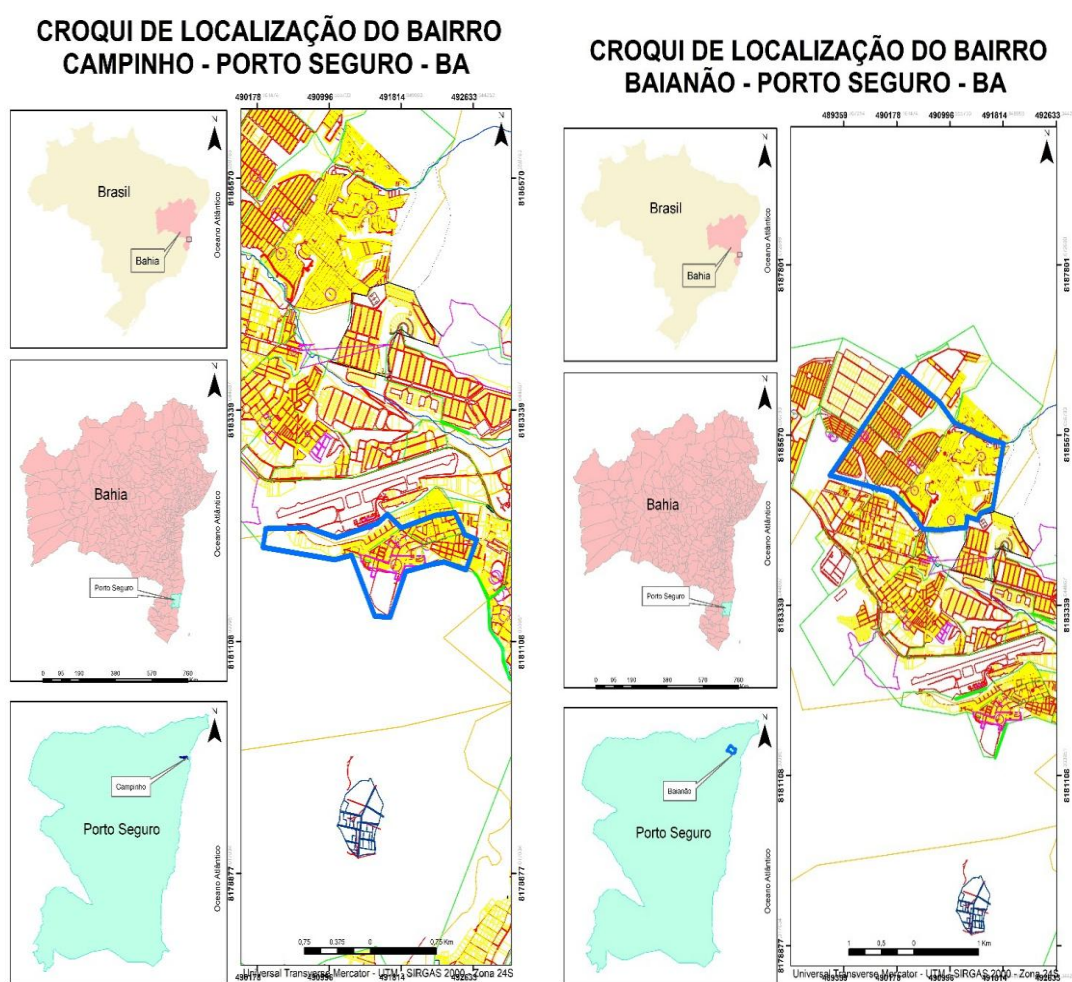
A partir desta realidade, verifica-se que as essências dos lugares estão condicionadas a partir da vivência de cada sujeito com seu cotidiano e esta relação com o lugar, ou até mesmo nos “entre lugares”, não envolvem somente o lugar geográfico, mas também ambientes fronteiros, pois as trocas e expressões culturais se fazem presentes sob diferentes formas. Partindo deste entendimento, Homi Bhabha compreende que “as identidades não se constroem nas singularidades, como às de gênero, etnia, classe social, mas nas fronteiras. São os entre - lugares que possibilitam que a fronteira torne-se “[...] o lugar do qual algo começa a se fazer presente.” (BHABHA, 2003, p. 24). Neste contexto, estes “entrelugares” fronteiros podem estar presentes nas ruas, nos bairros, nas periferias e centros das cidades, pois estes lugares simbolizam como espaços de expressão cultural. Conforme HOLZER:

Lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; O lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização; ele é uma entidade única, com conjunto ‘especial’ que tem história e significados. O lugar encarna as experiências e as aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade concreta a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes dão significados. (TUAN, apud HOLZER, 1999, p.70).

É neste contexto de perceber o lugar como lócus da vida cotidiana que se contextualizam as dinâmicas e contradições dos bairros Campinho e Baianão, localizados numa extensa área

periférica do município Porto Seguro (Ver croqui 3-4). Assim como tantas outras cidades turísticas, os moradores destes bairros vivem sob diferentes formas de segregação socioespacial, totalmente excluídos dos bens e serviços oferecidos por este tipo de turismo de massa, onde os lugares e os recursos naturais existentes são vistos meramente como mercadorias a serem exploradas e consumidas por uma pequena parcela da sociedade, enquanto que a maioria dos munícipes locais, vivem marginalizados socialmente em seus bairros, numa espécie de “cercas imaginárias, onde se definem o tipo de lugar para cada grupo social.” (ROLNIK, 1995)

Croqui 1-2 – Localização geográfica dos bairros Campinho e Baianão



Fonte: Elaborado por Ava Seixas e autora, 2018.

Com isso, ao considerarmos a importância do entendimento do lugar para a compreensão do vivido, este capítulo propôs estabelecer uma breve discussão teórico-

metodológica em torno do conceito e associado a ele o de percepção, como forma de entender as identidades e contradições vividas nestes bairros, além de verificar as formas de apropriação dos lugares pelo turismo. Para tanto, foi utilizando como aporte teórico e metodológico as reflexões conceituais dos autores Yi Fu Tuan (1980, 1982, 1983), Milton Santos (2005), Paul Claval (1997, 2001), Edward Relph (1979), dentre outros escritores que contribuíram com estas discussões. Além disso, o capítulo propôs trazer as reflexões sobre a percepção dos moradores dos bairros Campinho e Baianão, como forma de entendimento das representações sociais estabelecidas nestes lugares e as formas de territorialidades por eles construídas.

2.1 O conceito de lugar como apreensão do vivido

O pássaro de Minerva tem seus gritos e seus cantos; os princípios são gritos, em torno dos quais os conceitos desenvolvem verdadeiros cantos. (Gilles Deleuze e Felix Guattari, 1991, p.9)

Pensar sobre o conceito de lugar enquanto categoria de análise geográfica e entendimento do espaço vivido nos remete inicialmente a refletir sobre alguns questionamentos feitos por Yi Fu Tuan: “O que é um lugar? O que dá identidade e aura a um lugar? (TUAN, 1983, p.4). Para responder a estas indagações, se faz necessário primeiramente compreender as dificuldades de teorizar conceitos.

De acordo com as reflexões filosóficas feitas por Deleuze e Guattari, não existem conceitos simples, pois estes “não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam.” (DELEUZE E GUATTARI, 1991, p.4). Diante disso, verifica-se que os conceitos não surgem do nada ou do acaso, estes devem ser construídos a partir das nossas próprias experiências com o novo, de acordo com as problemáticas e indagações vividas por cada um de nós. Retomando os autores, constata-se que os conceitos surgem então a partir dos questionamentos e incertezas a respeito de algo, ou seja, o problema funciona como uma mola propulsora que alimenta e dá luz aos conceitos. Assim, de acordo com o pensamento destes autores, “todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução.” (1991, pp. 27–28).

A partir desta realidade, verifica-se que as respostas as indagações feitas anteriormente por Tuan não são tão simples, uma vez que o entendimento de lugar é ao mesmo tempo plural,

pois envolvem experiências vividas por diferentes sujeitos com culturas e costumes distintos e também singulares, já que estão intimamente relacionadas a vivências particulares de cada indivíduo no seu cotidiano.

Desse modo, assim como tantos outros, o conceito de lugar é visto como polimórfico pois se apresenta sob várias formas e segundo Tuan (1980) depende da realidade vivida por cada pessoa no seu ambiente. Partindo deste entendimento, conclui-se que o lugar adquire um caráter polissêmico, pois as experiências vividas pelos sujeitos são distintas e tanto podem estar vinculadas as experiências afetivas que remetem satisfação, familiaridade ou mesmo identidade, como também, numa perspectiva contrária, de repulsa, aversão e medo. Para Tuan, esta relação de simbiose existente entre o homem com seu lugar, baseados a partir de sentimentos que envolvem afetividades e pertencimentos, são denominados como topofilia. “A palavra “topofilia” (...) pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.” (TUAN, 1980, p. 107). Já em um sentido reverso, baseado em um sentimento de negação, ou mesmo rejeição sobre o lugar de morada, é denominada pelo o autor como topofobia.

A partir desta perspectiva, verifica-se que o mesmo lugar pode muitas vezes ter uma percepção dual, pois esta ligação vai depender das experiências de vida de cada sujeito com seus lugares. Assim, as ruas e os bairros das cidades apresentam perspectivas múltiplas, pois cada um de nós temos vivências íntimas sobre estes lugares. Além disso, estão também envolvidas nestas relações com o lugar, as experiências culturais e simbólicas vividas por cada indivíduo, que podem condicionar percepções variadas. Sobre este olhar solitário e único de cada sujeito sobre seu lugar, Tuan compreende que “a imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo que dispõe de tempo, mas de quase mais nada.” (TUAN, 1980, p. 259).

Contrapondo à posição simplista de alguns autores que compreendem o lugar somente como espaço de vivência material, ou mesmo vinculado as experiências culturais, Milton Santos vai além, de acordo com seu entendimento, o lugar tem uma importância fundamental pois esta categoria geográfica representa como uma ponte de acesso para o mundo, ou seja, “o lugar, (...) se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente.” (Santos, 1996, p.35). Conforme Santos:

Lugar, assim como o território, é simultaneamente uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a dimensão espacial do cotidiano. (SANTOS, 1996, p. 32)

Dito isso, verifica-se que a compreensão de Milton em relação a dimensão do lugar é ampla, uma vez que é formada por uma totalidade real, ancorada com o cotidiano. Para o autor, o lugar representa tanto o palpável e percebido, como também o simbólico, por isso assemelha-se ao território usado, fruto de trocas, resistências e usos distintos entre diferentes sujeitos nos seus lugares.

2.2 O lugar e as experiências vividas em Porto Seguro

De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. (...). Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa de metal nem de ferro, nem lho vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douros e Minho (...). As águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.”
(CAMINHA, 1500, p.239)

Compreender o lugar como uma construção social, implica necessariamente entender as dinâmicas envolvidas entre o local e o global. Segundo Santos, “o mundo oferece as possibilidades e o lugar as ocasiões” (2005, p. 163). Dito isso, o autor nos leva a compreensão de que o lugar não pode ser visto como algo estático e fragmentado, ao contrário é totalidade e movimento, pois segundo o autor, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.” (Santos, 1996, p. 273). Assim, para compreender as dinâmicas locais e as relações socioeconômicas, culturais e ambientais envolvidas no município de Porto Seguro, sobretudo nos bairros Baianão e Campinho, faz-se necessário entender também as lógicas e interesses globais aqui envolvidos.

Tomada como o primeiro lugar de apropriação dos colonizadores portugueses, o município de Porto Seguro vem no decorrer da sua história sendo alvo de diversas disputas econômicas. Assentado numa formação geomorfológica composta por três unidades morfoesculturais denominadas como Superfície Pré-Litorânea, Planícies Flúvio-Marinhas e predominantemente por Tabuleiros Costeiros (Dantas & Medina, 2000), também chamada de

Cidade Alta³⁸ (Ver figura 9), constituiu-se naquele período, como um lugar estratégico³⁹ de defesa e exploração dos colonizadores europeus.

Figura 9: Fotografia da Cidade Alta, Porto Seguro – BA, 1952



Fonte: Acervo do IBGE, 2018.

Conforme os registros feitos na carta de Caminha para o então rei de Portugal, D. Manuel I em relação ao “achamento do Brasil”, verifica-se que mesmo antes de atracar em solo brasileiro, os portugueses identificaram nesta região interesses mercantis pela exploração dos recursos naturais que aqui existiam, além de instituírem em seu domínio, formas violentas de opressão cultural e religiosa sobre a população indígena como meio de apossarem de seus territórios. Assim, mesmo diante de um processo de luta e resistência dos povos tradicionais pelo direito do seu lugar de origem, os colonizadores envolvidos numa relação desigual de poder, tomaram o território da população que aqui viviam e estabeleceram neste território várias formas de opressão física e também simbólica. Estas cicatrizes deste processo foram tão significativas que mesmo hoje, após séculos de independência política e administrativa da colônia portuguesa,

³⁸O conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro foi tombado pelo Iphan, em 1968. Nesta área está remanescentes arquitetônicos de grande valor histórico e o lugar que é considerado o local de origem da nação brasileira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/117>. Acesso em: 28 nov.2018.

³⁹A principal regra seguida, no que se refere à geomorfologia, diz respeito ao lugar onde a cidade deveria ser construída: a cidade deveria ser posta em situação de fácil defesa contra os indígenas ou contra os inimigos vindos do mar. (Omegna, 1961, p.11)

as marcas do colonialismo ainda se fazem presentes no cotidiano do município. Conforme observa Boaventura de Sousa, isso se deve ao fato que:

Ao contrário do que vulgarmente se pensa, a independência política das antigas colônias europeias não significou o fim do colonialismo, significou apenas a substituição de um tipo de colonialismo (o colonialismo de ocupação territorial efetiva por uma potência estrangeira) por outros tipos (colonialismo interno, neocolonialismo, imperialismo, racismo, xenofobia, etc. (SANTOS, 2017, p.3)

Marcada historicamente por diversos processos de ocupação e exploração dos recursos naturais, o município de Porto Seguro está geograficamente localizado no Extremo Sul da Bahia, sendo formado pelos distritos de Arraial D'Ajuda, Trancoso, Vale Verde, Caraíva e também pela sede do município. De acordo com o território de identidade, o município está localizado na Costa do Descobrimento⁴⁰, conforme rege a Lei Orgânica da Cultura da Bahia, nº 12.365, que instituiu os territórios de identidade como política para assegurar a atenção à diversidade de manifestações culturais presentes em todos os territórios da Bahia.

Após o longo período de ocupação portuguesa, marcada por várias formas de opressão, a cidade voltou a sua calma de outrora. Com uma vasta faixa litorânea de aproximadamente 90 quilômetros de extensão, banhada pela foz do Rio Buranhém e ampla rede hídrica composta por cerca de 22 cursos d'água⁴¹, a cidade foi considerada inicialmente por seus moradores, predominantemente formada por nativos, uma vila de pescadores. Porém, em meados da década de 50 até o início da década de 90, as extrações madeireiras provocada por grandes empresas extrativistas e a pecuária extensiva, trouxeram, mais uma vez modificações no cotidiano do município. Em 1952, a instalação de empresas multinacionais como a indústria madeireira Bralanda (Brasil Holanda de Indústria S/A) e Florestas Nipo-Brasileiras (Flonibra) na região foram responsáveis pela expropriação de vastas áreas de terras, grilagem e principalmente pelo

⁴⁰ Os territórios de Identidade são conceituados no Decreto 12.354, de 25.08 no seu § 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2860/pdf_89> Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

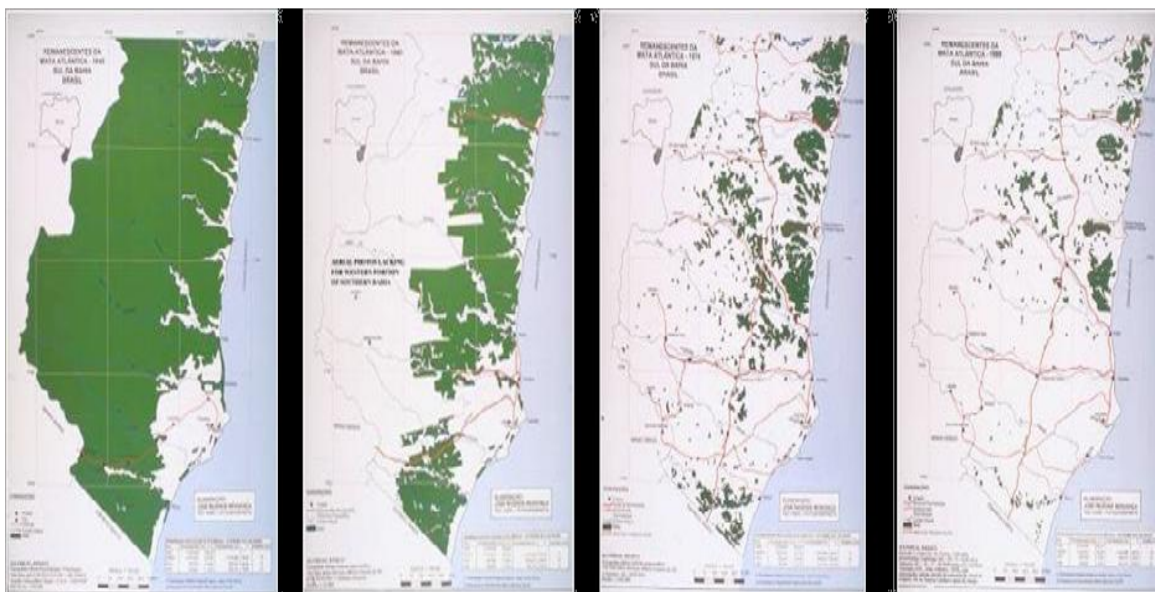
⁴¹ Segundo dados do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro fazem parte da rede hidrográfica do município os seguintes rios: Buranhém, Jardim, dos Mangues, Mundaí, São Francisco, Da Vila, Mucugê, Pitinga, Lagoa Azul, Taípe, da Barra, Córrego do Entulho, Trancoso, Verde, Nova Itapororoca, Itaquena, Dos Frades, Setiquara, Pratiçu, Jurema, Caraíva e Corumbau. (PMMA, 2014, p.23-24)

crescimento acelerado do desmatamento da Mata Atlântica local, que passou a se intensificar no ano de 1960. Segundo Machado:

(...) grandes grupos madeireiros realizaram essa atividade com mais sofisticação com maquinários mais potentes e dotados com uma logística para atender, mormente o mercado externo, com isso conseguiram extrair grandes volumes de madeira da vegetação nativa “(Machado, 2000, p. 27)

Segundo o levantamento feito pelo Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro – PMMA realizado no ano de 2014, a devastação do bioma de Mata Atlântica vem intensificando-se na região devido a vários vetores, como a ação de empresas do ramo madeireiro que foram um dos responsáveis pelo desmatamento da floresta nativa; o aumento dos danos socioambientais causados pelo setor agropecuário; as perdas da vegetação primária provocados pela silvicultura de eucalipto e também a ação de novos empreendimentos imobiliários surgidos no município, decorrentes da expansão urbana desordenada e responsáveis pela supressão de áreas de relevância ambiental. (Ver mapa 5)

Mapa 5. Mapa do desmatamento da Mata Atlântica no Sul e Extremo Sul da Bahia no decorrer dos anos de 1945, 1960, 1973, 1990*



*Da esquerda para a direita.

Fonte: Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro - PMMA, 2014.

Diante da pressão exercida por estes fatores, o município de Porto Seguro elevou o nível do desmatamento da região, apresentando perdas de aproximadamente 53,97% de Mata Atlântica original, restando atualmente cerca de 33.372 hectares, uma média de 40% do território coberto por vegetação nativa, que estão hoje protegidas em áreas de preservação permanente, localizadas no Parque Nacional do Pau Brasil e Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, em um bom estágio de preservação⁴². (PMMA, 2014)

Os reflexos do desmatamento ilegal da vegetação primária provocados pelas indústrias de florestas foram bastante visíveis na região, trazendo consequências não somente ambientais como também sociais. Como exemplo negativo deste processo, pode-se citar a substituição da mata nativa em área de pastagem e também para uso agrícola, colaborando com o aumento do crescimento do êxodo rural no município, que diante da expropriação de terras provocadas por estas empresas, levaram pequenos produtores rurais a venderem suas propriedades a preços irrisórios, obrigando-os a morar em áreas urbanas. Como desdobramento deste processo, houve um aumento no parcelamento do solo para fins urbanos, elevando ainda mais os problemas socioambientais na cidade.

Os resultados deste processo podem ser comprovados a partir na análise dos dados relativos ao aumento do êxodo rural na região. Ao analisar os números do crescimento populacional em Porto Seguro entre os anos de 1970 a 1996 (ver tabela 3), verifica-se que até meados da década de 80, a população do município era predominantemente formada por trabalhadores do campo, voltados quase que exclusivamente para o cultivo de alimentos relativos a agricultura familiar. Conforme os dados, em 1970, a população rural do município era relativamente alta se comparada a população urbana, correspondendo por cerca 29.520 habitantes vivendo no campo, enquanto que na cidade viviam apenas 3.588 habitantes, uma taxa de urbanização proporcionalmente baixa, representando uma média 11% dos moradores urbanos. Na década seguinte, em 1980 a taxa de moradores rurais ainda era expressiva, apresentando um crescimento ainda maior da população rural, que passou a ter 40.575 pessoas envolvidas diretamente com atividades voltadas ao campo, enquanto que a população urbana continuava relativamente pequena, formada por aproximadamente 5.725 habitantes.

⁴²Dos 95.756,73ha de florestas, 33.372ha estão em bom estado de conservação (florestas primárias e em estágio avançado de regeneração). Os dois parques nacionais, que somam 33.538 hectares, protegem a quase totalidade das áreas bem preservadas. Dentre as áreas antropizadas, as pastagens ocupam 91.962ha (38,2%), os plantios de eucaliptos cobrem 23.268ha (9,67%), a agricultura ocupa 6.919ha (2,87%) e as áreas urbanas, 2.636ha (1,1%). (PMMA, p.15, 2014)

Tabela 3. População Rural e Urbana residente em Porto Seguro- BA - 1970 -1996

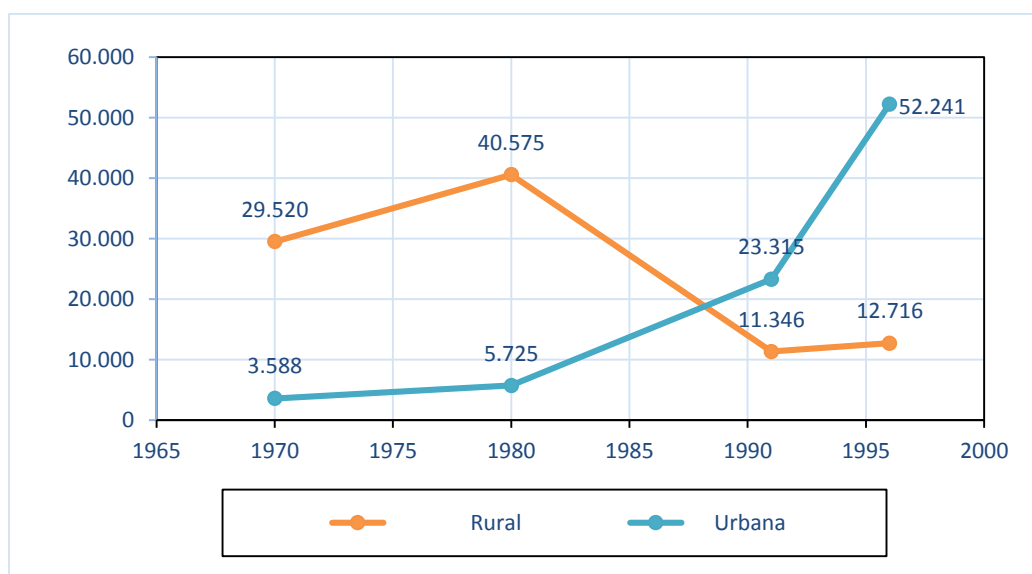
Censo/ano	Rural	Urbana	Total	Taxa Urbanização (%)
1970	29.520	3.588	33.108	11
1980	40.575	5.725	46.400	12
1991	11.346	23.315	34.661	67
1996	12.716	52.241	64.957	80

Elaborado pela autora, 2018.

Fonte: IBGE. Censo os Demográficos: 1970, 1980, 1991, 1996

Porém, segundo estes dados, no início da década de 90 esta realidade foi se modificando, sem terras para morar, trabalhadores desterritorializados do campo migram para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho e sobrevivência. Como consequência do êxodo rural interno provocado pela ação dos madeireiros na região e principalmente pela migração crescente de pessoas vindas da região Sul da Bahia em busca de oportunidades de emprego e moradia, ocasionou um salto populacional expressivo no município, sobretudo em área urbana, que passou de 3.588 habitantes em 1970 para 52.241 em 1996, apresentando um crescimento de 1.455 %, uma taxa de urbanização de aproximadamente 80,42%. (Ver gráfico 2).

Gráfico 2. População residente em Porto Seguro -BA – Rural/ Urbana - 1970 - 1996



Elaborado pela autora, 2018.

Fonte: IBGE, 2018.

A partir da análise do gráfico, pode-se verificar que a população urbana cresceu de forma abrupta entre os anos de 1991 a 1996, enquanto que a população rural decresceu vertiginosamente, passando de 29.520 habitantes em 1970 para apenas 12.716 em 1996. Como o aumento da população urbana em Porto Seguro aconteceu de forma acelerada, não foi seguida de um planejamento prévio capaz para absorver as necessidades de ofertas de equipamentos urbanos e de serviços públicos adequados, esta situação elevou o crescimento desordenado e sem controle, ocasionando várias consequências negativas para o município, como ocupação de áreas de encostas, supressão de áreas ambientais, favelização, aumento da violência, dentre outros problemas.

Ainda sobre o aumento demográfico em Porto Seguro, vale ressaltar que ao comparar os dados obtidos em escala regional e local entre os anos de 1991- 2010, verifica-se que o crescimento médio da população no município superou os dados obtidos na Costa do Descobrimento e também na média do Estado da Bahia, tanto na área urbana, como rural. Segundo estes dados, enquanto o Estado da Bahia apresentou um crescimento médio de apenas 1,1% na década de 90, o município de Porto Seguro alcançou neste período uma taxa de crescimento de aproximadamente 12,1%. Ao comparar estes dados com a Costa do Descobrimento, estes números também são maiores. Lembrando, que o crescimento da população logrado neste território de identidade, equivalente a 4,4 % está diretamente relacionado a média de crescimento populacional em Porto Seguro.

A partir destes números, verifica-se que este aumento expressivo de moradores na região são reflexos da migração ocorrida na região sul da Bahia, decorrente da crise cacaueteira e a ascensão do turismo de massa, se caracterizando naquele período como um importante vetor de atração populacional. Nos anos subsequentes, que compreendem os anos de 2000 a 2010, os números do crescimento populacional no município ainda superavam a média do Estado da Bahia, que apresentou um crescimento de apenas 0,7 % e também dos municípios que fazem parte da Costa do Descobrimento, que obteve em conjunto um crescimento de 1,6%, conforme verifica-se nos estudos feitos pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). (Ver tabela 4)

Tabela 4 - Taxa de crescimento geométrico anual da população total, segundo os municípios e Territórios de Identidade, Bahia – 1991-2000 e 2000-2010

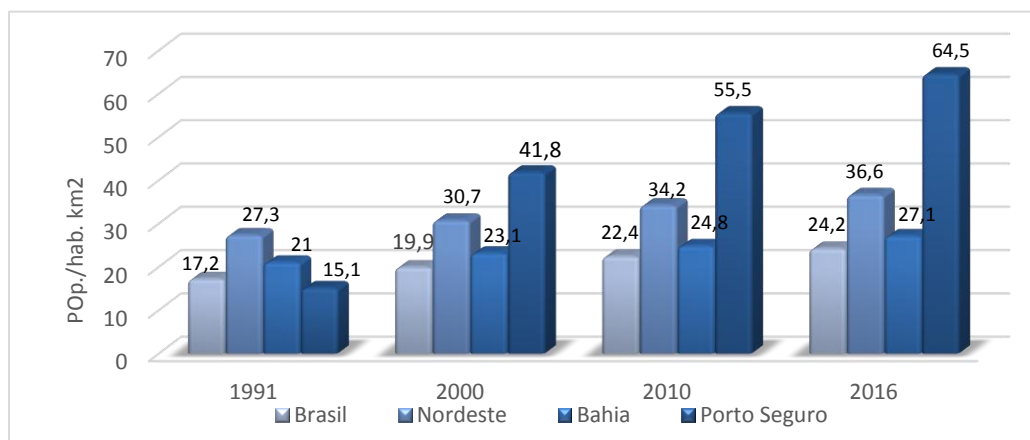
Bahia / Territórios de Identidade/ Municípios	Taxa de crescimento 1991/2000			Taxa de crescimento 2000/2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Bahia	1,1	2,5	-1,3	0,7	1,4	-1,0
Costa do Descobrimento	4,4	6,0	0,4	1,6	1,9	0,5
Porto Seguro	12,1	14,8	4,0	2,9	2,7	3,6

Elaboração: SEI/DIPEQ/COPESP

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Se fizermos um comparativo destes números com dados mais recentes, verifica-se que o município de Porto Seguro apresentou um crescimento demográfico bastante acentuado se comparado com outras escalas nacionais e regionais. Segundo os dados obtidos no IBGE, enquanto o Brasil apresentou uma média de 24,2 % de crescimento populacional no ano de 2016, em Porto Seguro este crescimento representou cerca de 64,5%, ultrapassando a média da Bahia que chegou a 27,1% e também o Nordeste, que obteve um crescimento populacional de 36,6%, conforme indicadores do gráfico. (Ver gráfico 3)

Gráfico 3 - Evolução da densidade populacional por unidade geográfica - 1991-2016



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2018.

Conforme estes dados, verifica-se que em consonância com o extrativismo madeireiro, associado a atividade de silvicultura e o crescimento do turismo de massa, elevaram o nível do crescimento urbano acelerado no município, trazendo várias consequências negativas para a região, como a supressão de recursos naturais, a ocupação de áreas de encostas, favelização, perda da qualidade ambiental, aumento da violência urbana e a ocupação de áreas de preservação ambiental, como manguezal, restinga e Mata Atlântica. Conforme denúncia realizada pelo jornal local, no ano de 1992, a respeito dos problemas socioambientais decorrentes da ocupação de aproximadamente um milhão de metros quadrados de áreas de mata nativa no Baianão, que foram quase toda desmatada para fins de moradia e também a ocupação de áreas naturais no povoado de Arraial D Ajuda, elevando o crescimento do desmatamento da Mata Atlântica local. (Ver figura 10).

Figura 10. Reportagem jornalística sobre a ocupação do Baianão e Arraial d'Ajuda - 1992.

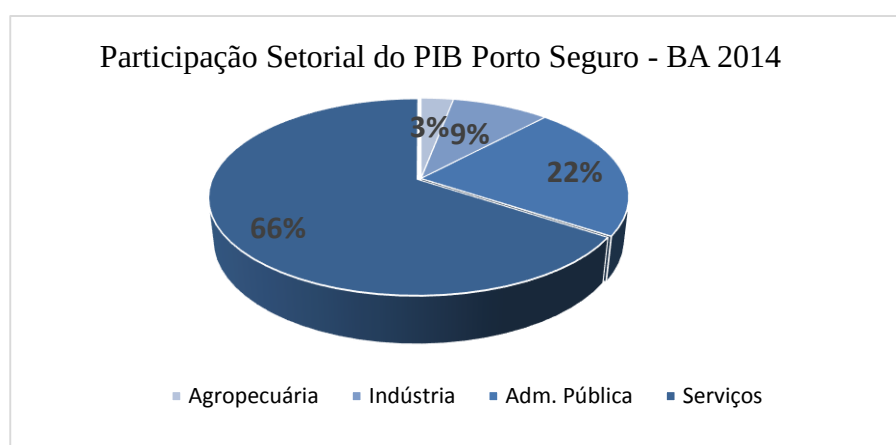


Fonte: Arquivo do Jornal do Sol, edição 6, Julho de 1992.

Diante deste contexto, verifica-se que além do extrativismo madeireiro, associado a atividade de silvicultura como elemento modificador da vida e do cotidiano dos moradores do município e seus condicionantes, outro importante vetor de transformação territorial em Porto Seguro foi o turismo de massa, que começou a deslançar no final da década de 1980 e início da década de 90, baseado no segmento sol e mar, voltado principalmente para o aproveitamento das belezas naturais, que passam a ser convertidos em mercadorias a serem consumidas.

Impulsionado por incrementos privados, custeados pelos setores de hotelaria e serviços interessados em explorar as belezas cênicas da região como forma de acumulação de capital e também financiados pelo Estado, o turismo passa a se configurar como a principal atividade econômica do município. Segundo os dados do IBGE de 2014, a participação no setor de serviços representava uma média de 66% do PIB do município deste período, enquanto os outros setores econômicos tinham pouca relevância se comparado ao turismo. (Ver gráfico 4). Atualmente, o turismo corresponde como a principal atividade econômica da região, representando cerca de 70% do PIB do município, segundo o censo do IBGE realizado em 2016.

Gráfico 4. PIB dos setores da economia em Porto Seguro- BA



Fonte: IBGE, 2014.

Como pano de fundo deste cenário constituído por grandes empreendimentos turísticos, belas praias e áreas de lazer e serviços se destacam as diferentes formas de segregação impostas a população pauperizada do município de Porto Seguro, que vivem marginalizadas em bairros periféricos da cidade, sem nenhum acesso a estes bens de consumo. Assim, diante desta relação desigual dos espaços, os moradores figurantes deste cenário contraditório que envolvem o binômio sol-mar, estabelecem em seus territórios abrigo, diferentes formas de territorialidades.

2.3 O Campinho e o Baianão como lugar da “coexistência do diverso”

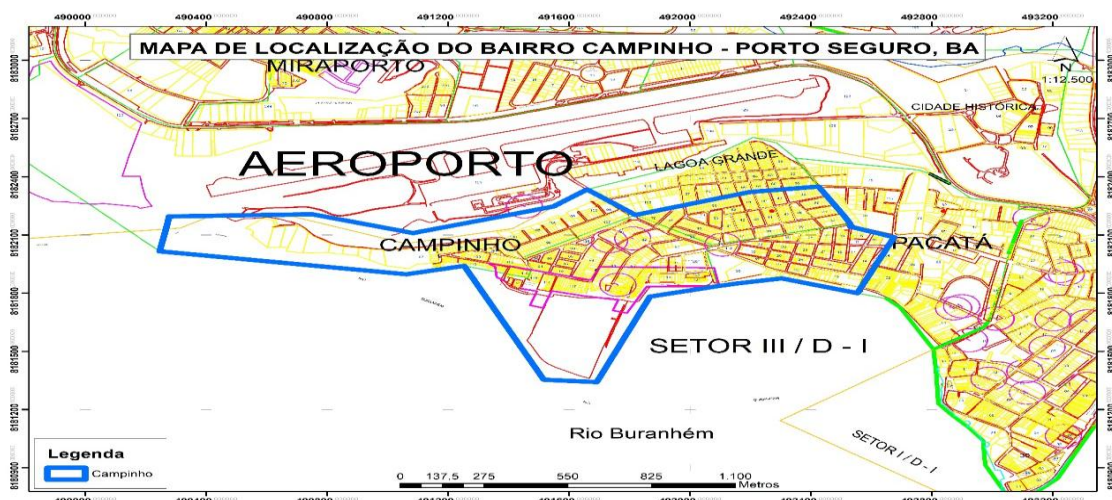
Ao compreender o lugar como cenário onde a vida se revela, este passa ser considerado como “lôcus da co-existencia do diverso” (GONÇALVES, 2002, p.233), isso significa dizer que os bairros enquanto lugares da coletividade e das confluências de vidas distintas, são marcados

por experiências e acontecimentos únicos, onde os sujeitos individualmente ou mesmo coletivamente traçam nas ruas e praças destes bairros, suas memórias e histórias de pertencimento, identidade ou mesmo negação sobre seus lugares. É neste contexto, marcado por enormes contrastes socioculturais que se configuram as nuances envolvidas nos bairros Campinho e Baianão, constituídos por diferentes sujeitos, em sua maioria migrantes reterritorializados, que buscaram em Porto Seguro meios de vida e sobrevivência.

Longe dos olhares dos turistas, estes bairros se formaram a partir da expansão urbana desordenada, que possibilitou o surgimento de novos núcleos habitacionais sem nenhuma lei que regulamentasse o uso e ocupação do solo. Estes espaços urbanos favelizados foram constituídos a partir da explosão demográfica surgida no município no final dos anos 80 e meados da década de 90, decorrentes de vários fatores como o êxodo rural imposto pelas indústrias madeireiras responsáveis pelo deslocamento interno; a migração provocada pela crise cacaueteira na região Sul da Bahia e sobretudo pelo crescimento do turismo de massa na região, se estabelecendo como principal fator de atração populacional e instrumento de segregação do espaço urbano local.

Diante deste cenário de invisibilização social dos moradores marginalizados da periferia, é que se caracteriza o bairro Campinho, que está localizado geograficamente na cidade baixa de Porto Seguro, situado nas proximidades da foz do Rio Buranhém e margeados na parte esquerda pelo ecossistema de manguezal. (Ver mapa 6).

Mapa 6. Mapa de localização do bairro Campinho – Porto Seguro –BA



Fonte: Elaborado por Ava Seixas e autora, 2018.

Formado inicialmente por uma comunidade de pescadores, a história do bairro Campinho está intimamente ligada as relações estabelecidas entre os moradores com os ambientes de rio, mar e também com o ecossistema de manguezal, reconhecidos como territórios ricos em simbologias e pertencimentos, além de constituírem como uma importante fonte de sobrevivência, lazer e também morada para os moradores migrantes deste bairro, que sem terem onde morar, buscaram o mangue como proteção e abrigo.

Segundo pesquisas realizadas por órgãos ambientais, os manguezais são ambientes que oferecem condições ideais para o desenvolvimento de inúmeros organismos vivos, que procuram este ecossistema em busca de proteção, alimentação e reprodução, além de desempenharem uma função ímpar na natureza, pois neste espaço são realizados fluxos de energias e trocas de nutrientes entre os ambientes marinhos e terrestres favorecendo a manutenção do equilíbrio ecológico e geomorfológico. Somando-se a função física e biológica, o manguezal destaca-se ainda por sua contribuição socioeconômica, já que a riqueza deste ecossistema atrai seres humanos que deles tiram o seu sustento.

Neste sentido, verifica-se a existência de uma estreita relação entre o homem e o mangue, pois este ecossistema tem sido fundamental para a subsistência de comunidades ribeirinhas economicamente marginalizadas, que sobrevivem dos bens e serviços por ele oferecidos. Conforme Grasso:

As áreas de manguezais são, portanto, de extrema importância social para a população ribeirinha, uma vez que delas provém boa parte das proteínas consumidas (mariscos e peixes), tão essenciais para subsistência e apresentam como fonte de renda financeira. GRASSO; TOGNELLA, p. 43, 1995

Apesar da contribuição ambiental e socioeconômica do manguezal, este ecossistema vem sendo fortemente ameaçado no município de Porto Seguro, provenientes de várias interferências humanas, sobretudo pela intensa ocupação urbana iniciada no início dos anos 70 e se estendendo até meados da década de 90, conforme o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA realizada pela Veracel em 1996. (Ver mapa 7).

Mapa 7. Fotocarta sobre a evolução da ocupação na sede urbana de Porto Seguro- BA, 1996



Adaptado da Veracel Celulose S.A, 1996.
 Fonte: Cristina Araújo e Sérgio Bernardes, 2016.

De acordo com o levantamento feito pela Veracel em 1996, o crescimento urbano em Porto Seguro deu-se de forma crescente, comprometendo vários ambientes naturais, sobretudo o ecossistema de manguezal que começou a ser ocupado no início na década 70. Conforme a imagem da fotocarta⁴³, no ano 1974 houve um aumento na ocupação do mangue, sobretudo na margem esquerda do Rio Buranhém que passou a ser totalmente aterrado para dar lugar a novos empreendimentos urbanos. Segundo as informações registradas no mapa, a redução das manchas de manguezal na parte baixa da cidade, onde atualmente encontra-se o centro e os bairros Campinho e Pacatá acompanharam o crescimento populacional e urbano do município e com o passar do tempo este ecossistema foi quase que totalmente destruído nestas áreas. Nos anos subsequentes, verifica-se uma continuidade da supressão deste ambiente costeiro, intensificando ainda mais no final dos anos 80, limitando-se a pequenas manchas que abrangem as proximidades do bairro Campinho. Estes vetores favoreceram a ocupação de áreas inaptas e relevantes do ponto de vista ambiental, ocasionando diversos danos socioambientais nas zonas costeiras, especialmente no ecossistema de manguezal, como a perda da qualidade ambiental da região estuarina comprometendo o equilíbrio da fauna e flora, aterramento e drenagem do mangue resultando um desequilíbrio ambiental, assoreamento do estuário marinho, retirada da vegetação original do mangue para a construção de casas de palafitas, proliferação de doenças causadas pelo acúmulo de lixo sólido e também pelo lançamento de esgoto in natura diretamente na rede fluvial e no ecossistema de manguezal, dentre outros problemas. Segundo COUTINHO:

⁴³Carta ou mapa topográfico que se obtém mediante fotografias aéreas.

O aumento do contingente populacional nessas áreas tem provocado consequências inevitáveis aos seus ecossistemas, devido a introdução de usos conflitantes que oscilam entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e o manejo dos recursos naturais. Cada vez mais, observam-se graves problemas de desequilíbrio ambiental que resultam na perda de habitats, redução da biodiversidade e alterações nas características ecológicas muitas vezes de caráter irreversível. É fácil identificar que o desequilíbrio na relação homem/natureza está por detrás desses problemas. (1999, p.136).

Edificado sobre o ecossistema de manguezal, o bairro Campinho foi formado inicialmente por uma população predominantemente nativa, constituído por famílias de pescadores, caboclos e antigos moradores que diante do avanço do turismo na localidade se viram forçados a deixar o centro da cidade para dar lugar a novos equipamentos turísticos. Contudo, a calma e tranquilidade de outrora vivida pelos moradores antigos do bairro, passou a ser modificada a partir do crescimento urbano acelerado vivido no município no final da década de 80 e início da década de 90, provenientes do aumento expressivo da população e a consolidação do turismo como principal fonte de renda. Diante desta realidade, o bairro passou a receber uma quantidade considerável de novos moradores de baixa renda, constituídos sobretudo por migrantes desterritorializados da região sul da Bahia, que sem terem onde morar, ocuparam as áreas de manguezal em busca de “territórios abrigos”. (Ver mapa 8)

Mapa 8. Mapa de ocupação de manguezal nas proximidades do bairro Campinho, 2018.



*Ocupação formada pela Comunidade do Rato, Favela da Paz, Favela Fonte Nova, dentre outras.

Fonte: Elaborado Ava Seixas e autora, 2018.

Em meio a fragilidade do ecossistema de manguezal, as marcas deixadas por estes assentamentos irregulares se materializaram sobre o mangue, modificando completamente a paisagem, deixando cicatrizes ainda hoje vistas no ecossistema. (Ver figura 11). As consequências deste processo de uso e ocupação ilegal destas áreas de manguezal refletiram não somente no aumento da degradação do ecossistema, como também comprometeram as redes fluviais, que passaram a receber o lançamento de efluentes sanitários sem nenhum tipo de tratamento, comprometendo assim, a saúde da população. Tal situação convergiu para um cenário de danos não somente ambientais, como também sociais, uma vez que o ser humano e natureza são indissociáveis. Segundo Ajara

(...) a problemática ambiental é inseparável da problemática social, concebendo-se o meio ambiente como um sistema integral que engloba elementos físicos-bióticos e sociais. Assim sendo, a apreensão de uma dada questão ambiental dar-se-á apenas quando recuperadas as dinâmicas dos processos sociais e ecológicos, atribuindo igual ênfase à história da sociedade e da natureza, ou seja, à naturalização da cultura e a culturalização da natureza. (AJARA. Apud. MESQUITA, 1993, p. 9 -11).

Figura 11. Reportagem de capa do jornal local, sobre a ocupação desordenada em área de Manguezal, 1994.

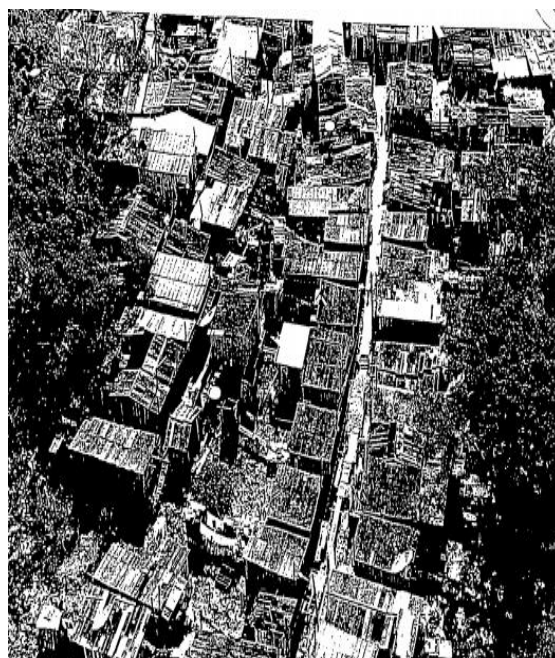


Fonte: Arquivo do Jornal do Sol, edição 45, Julho 1994.

Diante desta situação eminente de perdas e danos ao meio natural e de repercussões negativas na imagem do turismo as vésperas das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, fizeram com que o governo municipal e estadual, juntamente com os órgãos ambientais federais sinalizassem ações para amenizar os impactos causados pela densa ocupação ilegal no ecossistema de manguezal. Assim, entre os anos de 1999/2000, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - BA em parceria com os órgãos federais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Esporte e Turismo (MET), realizaram um projeto de despoluição dos manguezais existentes na foz do Rio Buranhém, visando a recuperação do ecossistema, bem como a preservação dos recursos hídricos. De acordo com relatório inicial elaborado pelo CONDER, o projeto de recuperação das áreas degradadas previam ações não somente ambientais, como também urbanísticas, com a realização de diversas obras de infraestrutura, como a construção de “i) ciclovias e pista de patinação; ii) quiosques; iii) campo de futebol e quadra poliesportiva; iv) assentamento de pedra portuguesa; v) parque infantil e instalação de bancos em concreto; vi) plantio de grama, árvores e arbustos; e, vii) iluminação pública.”⁴⁴que não foram totalmente concretizadas.(Ver figuras 12 a 15).

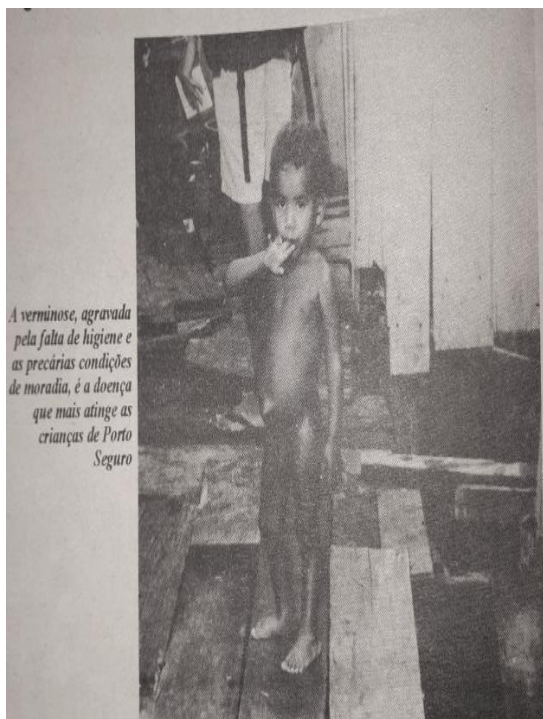


A)

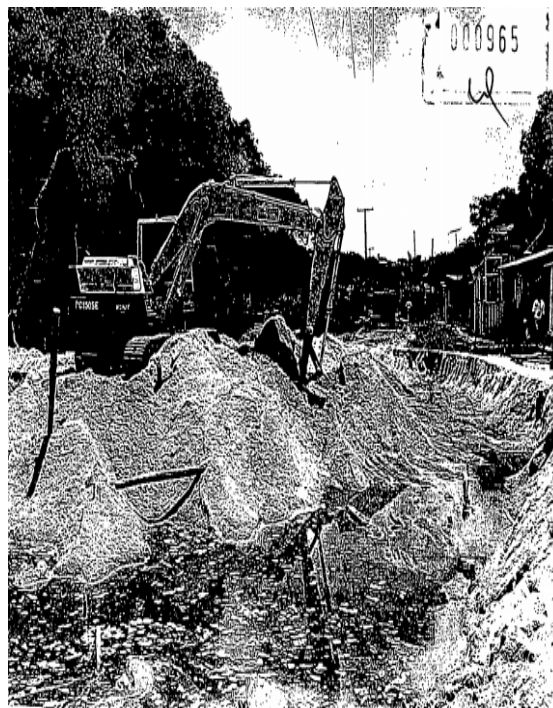


B

⁴⁴Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Parecer Técnico nº RR 273/2002 Brasília, 17 de setembro de 2002.



C)



D)

(A- Placa do início das obras (1999), B- Vista aérea de áreas degradadas(2000). C-Agravamento de doenças acometidas em crianças moradoras das “favelas do mangue”, provenientes da ausência de serviços de esgoto e coleta de lixo(2000), D - Remoção das casas e aterro para o replantio do manguezal(2000).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Diretoria de Programa de Estruturação, p. 90-93-94, 2002 /Arquivo do Jornal do Sol, edição 49, setembro de 1994.

Além da recuperação ambiental, o projeto exigiu ainda a retirada definitiva de quase 1588 famílias que residiam em casas de palafitas vivendo em condições precárias de moradia, saúde e saneamento básico. Para tanto, foi feito um projeto de habitação no Bairro Vila Vitória, localizado nas proximidades do Baianão, com a construção de 205 unidades habitacionais que deveriam ser entregues a estas famílias com toda infraestrutura de drenagem, água e esgoto. Contudo, apesar da entrega do conjunto habitacional para as famílias que viviam nas “favelas do mangue” em meados do ano de 1997, muitos moradores se recusam a mudar para o bairro Vila Vitória devido a distância do centro da cidade e continuaram a viver no Campinho. Conforme depoimento da moradora (M.R, 2018):

Eu, meu marido e meus filhos viemos pra cá porque na roça de cacau não tinha mais emprego pra gente e quando a gente chegou aqui, não tinha onde morar, então a saída foi construir um barraco dentro do mangue. Era difícil porque a gente veio da roça, não tava acostumado com as coisas do mar e quando a mãe subia molhava tudo, o barraco balançava, a gente tinha medo. Foi uma época muito difícil, as crianças adoeciam e tinha muito mosquito e mal cheiro. Mas mesmo assim, ali era minha casa, eu e meus filhos estavam seguros lá, porque

era melhor que morar na rua. Quando saiu as casinhas no Baianão, vários conhecidos meus foram pra lá, mas meu marido não quis ir porque a gente trabalhava aqui em baixo. Hoje tenho minha casa na rua São Luís, que fica perto do mangue e as vezes me lembro do passado e mesmo com as dificuldades, sou feliz aqui. (M.8. M.R, 2018)

Atualmente o bairro é formado por uma população predominantemente nativa, constituída por antigos moradores e por migrantes reterritorializados que vivem hoje em pequenas casas construídas nas proximidades dos manguezais ou mesmo em residências alugadas em estilo de cortiços, onde várias famílias dividem quintais ou corredores coletivos, além de pequenos núcleos familiares formados por moradores de rua ou mesmo usuários de drogas, que residem esporadicamente no mangue, sem nenhuma infraestrutura. Diante das singularidades e pertencimentos em relação ao mar, muito moradores do bairro, especialmente os pescadores tradicionais, sobrevivem de atividades pesqueiras, enquanto as maiores dos moradores trabalham em atividades ligadas ao turismo. (Ver figuras 18 a 20).

Figura 16 -18 – Situação de áreas de manguezal, Porto Seguro -BA, 2019.



A)



B)



C)

A-Lançamento de esgoto in natura na Foz do Rio Buranhém e no ecossistema de manguezal, localizado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca (Rua do Mangue); B - Ocupação atual em área de manguezal por moradores de rua e usuários de drogas; C - Rua Padre José de Anchieta, Campinho.

Fonte: Imagens feitas pela autora da pesquisa, 2019.

Apesar das peculiaridades distintas entre os bairros Campinho e Baianão e as formas de rivalidades impostas por facções que disputam o território local pelo tráfico de drogas, a história destes dois bairros se cruzam. Assim como o Campinho, o bairro Baianão surgiu a partir do processo de ocupação e uso desordenado do solo, provenientes do denso crescimento populacional imposto pela migração crescente no município, marcado por um cenário de diversas perdas ambientais e também por diferentes formas de segregação e invisibilidade socioespacial.

Denominado como Complexo Baianão devido sua extensa área territorial que abrangem os bairros Parque Ecológico, Paraguai, Ubaldinão e adjacentes, o bairro Frei Calixto popularmente denominada de Baianão⁴⁵ está localizado na cidade alta do município, na margem direita da BR 367. Em meio ao crescimento urbano desordenado vivido na cidade no fim dos anos 80 e meados da década de 90, decorrentes da explosão demográfica levou a população de migrantes desterritorializados da região Sul da Bahia a ocuparem também a parte oeste do município, avançando sobre importantes áreas naturais do ponto de vista ambiental, onde atualmente localiza-se o bairro Baianão. (Ver mapa 9)

Mapa 9. Mapa de localização do Complexo Baianão e suas adjacências, 2018.



Fonte: Elaborado Ava Seixas e autora, 2018.

⁴⁵O bairro Frei Calixto foi popularmente denominado Baianão devido a influência exercida pelo antigo prefeito do município Ubaldino Pinto, que imbuído de proveitos eleitoreiros incentivou a população pauperizada a ocupar lotes em troca de votos para seu filho, o então candidato a deputado Estadual da Bahia Ubaldino Junior que foi eleito com uma quantidade de votos significativos. Posteriormente o mesmo deputado exerceu o mandato de prefeito da cidade Porto Seguro e foi deposto no ano de 2003, em vista do seu envolvimento em corrupção e desvio de verbas públicas. Informações retiradas em reportagens feitas pelo Jornal do Sol, 1990- 1993.

O Baianão foi originalmente assentado numa área de grande potencial ambiental, formada pelo bioma de Mata Atlântica e também por uma ampla rede hídrica composta por vários cursos d'água que abrangem as cabeceiras dos rios São Francisco, Mundaí e o importante Rio dos Mangues, responsável pelo abastecimento da cidade, além de várias nascentes que atualmente cortam as ruas, esgotos e boqueirões do bairro. Como consequência deste processo de ocupação e adensamento urbano, várias áreas de relevância ambiental foram seriamente comprometidas, especialmente a floresta de Mata Atlântica que foi quase toda desmatada para dar lugar a novos núcleos habitacionais pauperizados. Conforme verifica-se na reportagem feita pelo jornal local sobre às condições de moradia dos migrantes vindos do Sul da Bahia e as dificuldades por eles enfrentados na busca de um território abrigo. (Ver figura 19)

Figura 19. Ocupação desordenada em área de Mata Atlântica⁴⁶ - 1992



Fonte: Arquivo do Jornal do Sol, edição 8, setembro 1992.

⁴⁶“O desmatamento é de natureza grave, exige pronta e eficaz adoção de medida cautelar. Determino à prefeitura que interrompa imediatamente qualquer atividade poluidora, com a retirada de todos os habitantes, com a supervisão de técnicos do Ibama e a utilização de reforço policial.” (Promotor Ariomar José Figuera da Silva). Jornal do Sol, 18 de setembro 1992.

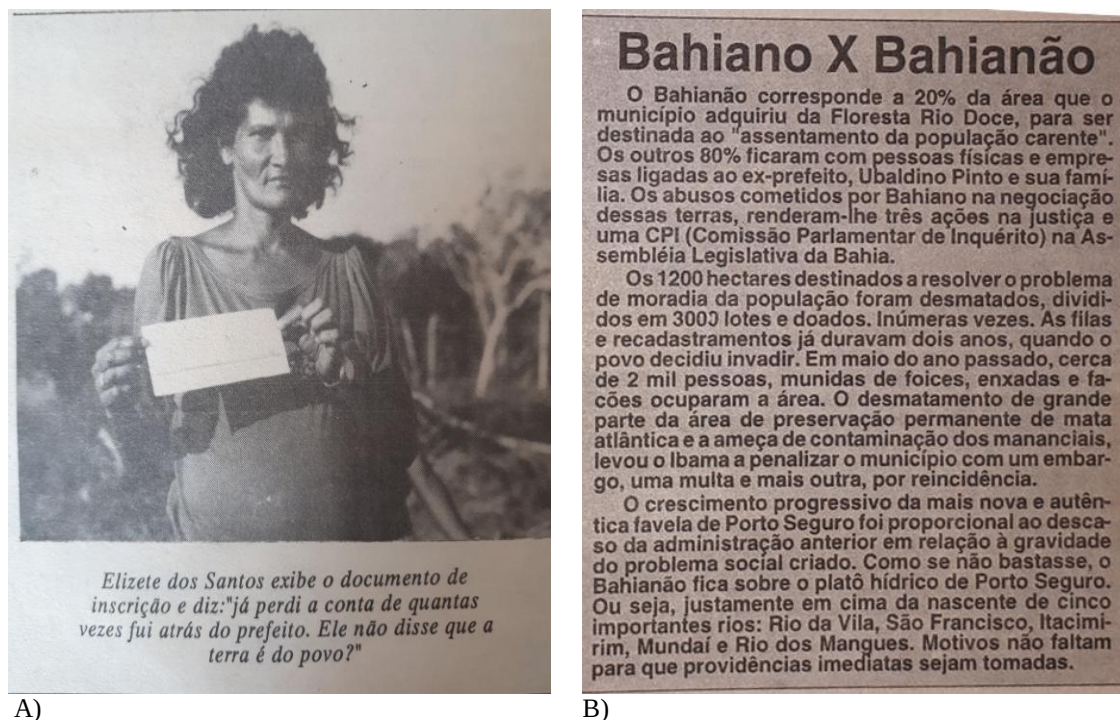
De acordo com as narrativas de antigos moradores e também pelas reportagens feitas nos jornais locais da época, a expansão periférica do Baianão deu-se principalmente pelo o processo de migração crescente no município e também por conta das políticas eleitoreiras do então prefeito Ubaldino Pinto (Bahiano como era chamado), que juntamente com o aval de empresários locais apropriaram-se de cerca de 6.000 hectares de terras da Floresta Rio Doce, formada originalmente por vegetação nativa de Mata Atlântica, que foram adquiridas pela prefeitura no ano de 1989. Interessados em angariar votos dos moradores migrantes para o seu filho Ubaldino Junior, o então candidato a deputado estadual da Bahia, levou este grupo a apropriar-se de terras em áreas de Mata Atlântica e destinarem uma pequena parte desta área, cerca de 1.380 hectares, uma média de aproximadamente 20% do total para assentamentos populares, enquanto que a maior parte destas terras foi ocupada por alguns grupos de políticos locais e empresários do ramo de especulação imobiliária.

Em meio a estas disputas territoriais travadas em Porto Seguro, a ocupação do Baianão acentuou-se com o desgaste ocorrido entre o prefeito Ubaldino e os moradores vindos da região grapiúna, que cansados de esperar uma decisão da prefeitura em relação a distribuição destes lotes, ocuparam áreas de Mata Atlântica e construíram neste lugar sua morada, edificando suas casas e barracos neste território com meio de vida e sobrevivência. Conforme é demonstrado nas narrativas de antigos moradores que vivenciaram esta história recente do bairro Baianão, como Dona Elizete⁴⁷, antiga moradora da favela do mangue, que lutada pelo direito de recebimento do lote prometido pela prefeitura, em campanha eleitoral (Ver figura 20). E também pelas denúncias feitas pelo jornal local nos anos de 1992 e 1993 em relação a ocupação ilegal de área de Mata Atlântica pelos políticos locais e seus interesses individuais e eleitoreiros. (Ver figura 21)

Eu morava junto com os caranguejos, não aguentava mais esperar. Agora vou fazer minha casa de um jeito ou de outro. (Dona Elizete, migrante desreterritorializada da favela do mangue do Campinho, 1992)⁴⁷

⁴⁷ Relato da moradora Elizete, 36 anos, teve 22 filhos (apenas 10 estão vivos) e também votou no filho do prefeito. Ela é uma das centenas de pessoas carentes que fizeram a inscrição na prefeitura e sonhava com o dia da liberação dos lotes. Fonte: Arquivo do Jornal do Sol, novembro 1992.

Figura 20-21 Reportagens sobre a ocupação do bairro Baianão, 1992-1993



A) Reportagem sobre situação dos moradores migrantes que lutaram para receber os lotes prometidos pelo então prefeito, Ubaldino Pinto, 1992. B) Reportagem sobre denúncia de peculato e crime eleitoral de compra de votos, envolvendo políticos locais, envolvidos na ocupação de terras no bairro Baianão, 1993.

Fonte: Arquivo do Jornal do Sol, 1992-1993.

Como resultado deste processo de expropriação de terras públicas, diversos moradores vindos de diferentes lugares, ocuparam estes lotes de forma desordenada e construíram neste bairro novas territorialidades. Nesta perspectiva, o território passa a ser concebido num sentido amplo e constitui-se como importante vetor de trocas, sob o qual se expressam diversas relações de poder que podem ser tanto material como simbólico e nestas imbricações sociais envolvidas nos usos e fins dos territórios, os moradores do bairro Baianão foram recriando seus lugares de vivência, territorializando assim, seus espaços. Sobre as relações de poder exercidas neste território, PEREIRA (2005) afirma:

O Baianão tem sua origem nas ações de agentes ligados ao poder público local que atraíram migrantes pauperizados, com promessas de emprego e doações de lotes em troca de votos e outros interesses que é possível identificar através da análise de todo o processo que começa com a aquisição de terras públicas. Na verdade, foi um conflito de três campos de força. De um lado, a população de baixa renda necessitando de emprego e moradia, do outro, agentes políticos almejando votos e especuladores fundiários criando meios para a valorização da terra urbana. (PEREIRA. A. 2005).

Estas relações de força e poder exercidas por diferentes agentes sociais⁴⁸ com interesses e usos distintos, trouxeram modificações profundas no Baianão. E como consequência deste processo de adensamento urbano crescente o bairro passou a apresentar um crescimento urbano desordenado, desencadeando uma série de impactos negativos sobre este lugar do ponto de vista socioambiental como a ocupação de áreas de encostas, supressão de rios e nascentes, elevação dos índices de desmatamento em áreas de Mata Atlântica, crescimento da violência local, favelização, ausência de saneamento básico, precarização dos serviços públicos, aumento da exclusão social, dentre outros problemas enfrentados ainda hoje pelos moradores deste bairro. (Ver figura 22 e 23)

Figura 22-23 – Ocupação em áreas de encostas no Baianão, 2019



A)



B)

A) Ocupações em área de encostas na principal rua de acesso ao bairro Baianão B) Ocupação de encostas na Rua do Gravatá, Baianão, 2019.

Fonte: Foto da autora, 2019.

⁴⁸Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? Que estratégias e ações concretas desempenham no processo de fazer e refazer a cidade? Estes agentes são os seguintes: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995, p.12).

Devido aos fluxos migratórios e sua extensão geográfica (Ver mapa 10), o Baianão é atualmente o bairro mais populoso do município e segundo os dados do IGBE - 2010 apresenta uma população de aproximadamente 23.634 habitantes, representando uma média de 1/3 da população total de Porto Seguro. Como consequência desta migração, a população adulta do bairro é constituída quase que totalmente por pessoas oriundas de outras regiões da Bahia, sobretudo da região cacauífera, formada principalmente por moradores vindos dos municípios de Camacan, Santa Luzia, Guaratinga, Mascote, dentre outras localidades. Diante deste cenário de alta densidade populacional, o bairro têm-se firmado como importante centro comercial, atraindo vários empreendimentos voltados ao mercado de consumo, como lojas, supermercados, concessionárias de motos, farmácias e outros estabelecimentos ligados a prestação de serviços, motivando a circulação de pessoas não somente do bairro, mas de toda a cidade de Porto Seguro. E como atividade econômica, os moradores deste bairro sobrevivem basicamente de serviços ligados ao comércio local e principalmente relacionados ao turismo, sejam no mercado formal em hotéis, pousadas ou restaurantes da cidade, ou mesmo na informalidade, como ambulantes no litoral norte.

Mapa 10. Mapa de ocupação do Complexo Baianão e suas adjacências*



(*) Ocupado originalmente em área de Mata Atlântica, hoje totalmente desmatado, restando pequenas manchas de área verde.

Fonte: Elaborado Ava Seixas e autora, 2018.

Portanto, ao analisar as representações imagéticas do Baianão registradas no passado e no presente, é visível perceber que as transformações socioespaciais e ambientais vividas neste lugar foram frutos de diversas relações de poder e resistência dos moradores locais pelo direito de uso do território abrigo. E mesmo diante da precarização da vida e as várias formas de negação do lugar, os moradores deste bairro estabeleceram neste espaço novas territorialidades.

CAPÍTULO TERCEIRO

CARTOGRAFIA SOCIAL E AS FORMAS DE TERRITORIALIDADES VIVIDAS NOS BAIRROS BAIANÃO E CAMPINHO

*“Tú, mapa mundi,
objeto,
eres bello como
una paloma verde opulenta,
o como una
transcendente cebolla,
pero
no
eres
la tierra, no
tienes
frío, sangre,
fuego, fertilidades.”*

Pablo Neruda⁴⁹

Ao conceber o território enquanto palco das representações sociais e suas múltiplas formas de ocupação e uso, faz-se necessário refletir sobre que tipo de território se está analisando. Numa perspectiva histórica e social, o território portosegurense tem alcançado diferentes sentidos, desde o território concreto-funcional que atende a interesses políticos e econômicos formado por diferentes atores hegemônicos que vêm historicamente se valendo deste território enquanto recurso a ser explorado, até mesmo o território simbólico-cultural que expressa o lugar das trocas e “experiências vividas” por diferentes sujeitos hegemonzados, que mesmo diante da negação dos seus territórios, estabelecem nestes lugares diferentes formas de territorialidades e simbolismos com seus territórios abrigo.

Segundo as reflexões feitas por BOLIGIAN e ALMEIDA (2003) a respeito dos territórios simbólicos e afetivos, as relações sociais envolvidas nestes lugares não envolvem somente trocas individuais ou coletivas entre os sujeitos, mas também transcendem de outras relações existenciais entre estes com seus territórios abrigos e também com a natureza. E estas relações sociais entre os sujeitos com seu entorno estão intensamente imbuídas de sentimentos, que envolvem identidade, simbolismos, afetividades, pertencimentos ou mesmo numa perspectiva contrária, sensações que expressam repulsa ou negação com seus territórios de vida.

⁴⁹Oda AL Globo Terráqueo

Sobre esta construção de elementos simbólicos presentes neste território, D. Joana, moradora nativa, ressalta:

Pra mim Porto Seguro é como se fosse o retrato da minha vida, toda vez que ando por esta cidade eu vejo coisas da minha infância, me lembro da gente brincando no mangue descalço e descendo o Rio Buranhém escondido da nossa mãe na canoa velha de seu Antônio. Quando chegava à noite, a gente brincava até tarde, juntava todo mundo da rua e era uma festa. Às vezes eu e minhas amigas íamos para a praça do coreto ouvir as bandinhas tocar, lá onde hoje é a Passarela do Álcool. Era uma alegria, até que a luz dos postes apagavam e todo mundo vinha correndo com medo da mãe brigar. (Risos). (M.4 – J.P. 2018)

Segundo o depoimento da moradora nativa de Porto Seguro, a construção da imagem que compõe este lugar foi formada a partir de elementos naturais ou mesmo construídos que fazem parte da sua vida cotidiana e das experiências vividas e experimentadas por ela neste território. Assim o Rio, o mangue e a praça são elementos significativos que remetem a sua infância e estão carregados de simbolismos e pertencimentos. Daí o entendimento Santos (1999) ao afirmar que o sentido do lugar é pautado a partir do seu uso e das experiências vividas nos seus territórios.

Por esses motivos, os territórios não devem ser compreendidos como algo inerte e estático, ao contrário constitui-se como um conceito dinâmico que abrangem diferentes escalas e múltiplos sentidos. Assim, compreender o território enquanto espaço de vida é parte do pensamento proposto pelo geógrafo Milton Santos (1999), segundo o autor, o território deve ser concebido como um conceito vivo, imbricado de identidades e pertencimentos. Neste sentido, ao analisar as experiências simbólico-culturais existentes nos territórios de vida, estes passam a ser compreendidos como:

O território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural. (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.241).

Diante desta polissemia em torno da concepção de território, este capítulo buscou desvendar as formas de representações sociais estabelecidas pelos moradores dos bairros Baianão e Campinho em seus territórios abrigo, valorizando as memórias e as experiências vividas por estes sujeitos, além de analisar as tramas envolvidas na ocupação destes lugares, fruto de apropriação de diversos atores sociais, com interesses e usos distintos. O principal objetivo da

pesquisa foi compreender como se processam as formas de territorialidades construídas pelos moradores destes bairros e identificar as relações cognitivas e subjetivas relacionadas a percepção social, ambiental e cultural que os mesmos têm com seus lugares de vida.

Assim, como suporte teórico-metodológico este capítulo fundamentou-se nos aportes da Geografia Humanista, que envolvem a construção do território simbólico e cultural e suas inter-relações nos espaços vividos. Para tanto, utilizou-se como fundamentação conceitual, as reflexões feitas pelos autores: Alfredo Wagner Berno de Almeida (2013), Henri Acselrad(2010), Antonio Castrogiovanni(2000), Deleuze e Guattari(1960, 1992), Milton Santos (1999, 2005), Paul Claval (1997, 2001), Pedro Demo(2008), Yi Fu Tuan (1980,1982, 1983), dentre outros pensadores que concebem o território como o lugar do mundo vivido.

Com intuito de desvendar as nuances envolvidas no processo de territorialização construídas pelos moradores dos bairros Campinho e Baianão e as formas de representações das historicidades vividas por estes sujeitos nestes lugares, o estudo utilizou-se como instrumento metodológico de pesquisa o uso da cartografia social, associada a entrevistas orais que foram feitas ora coletivamente, ou mesmo individualmente. Segundo, Alfredo Wagner (2010), “o propósito da cartografia social é criar condições para que cada comunidade (...) possa se autocartografar, levando em conta o que de fato é relevante para elas, o que consideram essencial na natureza e na vida cotidiana.” Daí a necessidade de compreender os mapas mentais como produto sociocultural, que oportuniza diferentes atores sociais, com realidades e experiências distintas a registrarem em forma de desenhos suas próprias apreensões do lugar do vivido. Estes exercícios de mapeamento social levam em conta tanto as percepções concretas, como também as experiências subjetivas, que são imbuídas de sentimentos de pertença ou de negação com seus territórios.

3.1 Territorialidades e os caminhos da pesquisa

O município de Porto Seguro tem passado nos últimos anos por transformações socioambientais e culturais significativas, decorrentes da ação de diversos atores sociais com interesses e necessidades divergentes, que vem ressignificando os lugares para diferentes usos. Assim, a ação destes atores e sujeitos sociais condicionou não somente as transformações socioespaciais, como também ampliaram a complexidade das relações socioeconômicas, políticas

e ambientais, criando e recriando culturas, hábitos e formas. Logo imprimiram na cidade novas marcas e atribuíram a estes lugares, outros sentidos e usos.

Em meio a um cenário de adensamento urbano, aliado ao grande fluxo migratório e a ausência de políticas públicas, desencadearam uma série de impactos negativos sobre o município, elevando os níveis de vulnerabilidade urbana, ambiental e cultural da população local, sobretudo nos bairros periféricos como o Baianão e Campinho, onde os moradores convivem com várias formas de precarização dos espaços públicos, além da negação dos seus territórios de vida.

No intuito de identificar as formas de territorialidades construídas pelos moradores dos bairros Baianão e Campinho nos seus lugares de vivência, foram realizadas inicialmente entrevistas semiestruturadas, onde os mesmos puderam relatar questões relacionadas as condições de moradias, percepção e uso dos espaços naturais, aspectos socioeconômicos gerais e algumas questões relacionadas as relações culturais e identitárias a respeito do lugar onde vivem. Porém, de acordo com o andamento das entrevistas, foi percebido que o uso do diálogo informal entre pesquisador e moradores surtiriam um efeito mais significativo, possibilitando um maior envolvimento e interação com a pesquisa, sobretudo com os moradores mais idosos, que se sentiram mais confortáveis em fazer seus relatos orais e registrar suas memórias e apreensões sobre os lugares por eles vividos.

A forma escolhida para o registro destes depoimentos orais com os sujeitos participantes da pesquisa foi feita separadamente em cada um dos dois bairros analisados, isso porque os moradores destes lugares tem vivencias e percepções diferenciadas a respeito do município. Enquanto no bairro Campinho os participantes da pesquisa são em sua maioria moradores nativos, o Baianão ao contrário, é formado quase que predominantemente por uma população adulta constituída por migrantes reterritorializados.

A escolha destes dois bairros como objeto de pesquisa se deram porque estes lugares se constituíram como palco de várias transformações socioespaciais e ambientais relevantes no município de Porto Seguro, além disso, estes bairros são formados por uma população pluricultural, composta por caboclos, indígenas, nativos e migrantes, todos sobreviventes de uma história de negação e direito aos seus territórios abrigo. Contudo, mesmo diante deste cenário de negação dos territórios, estes moradores subalternizados estabeleceram em seus bairros várias formas de territorialidades e estas foram representadas pelos sujeitos da pesquisa em forma de

registros orais e mapas mentais, onde os mesmos puderam registrar suas memórias, signos e simbolismos pertencentes ao imaginário cognitivo e de vida em seus territórios.

3.2 Mapeando os elementos socioculturais e ambientais dos bairros sobre a ótica de seus atores sociais

O homem é ator geográfico, o lugar é seu espaço de vida, todas as relações aí se
misturam num labirinto de ligações veiculando nossos sentimentos, nossas
memórias coletivas e nossos símbolos.
BAILLY e SCARIATI apud NOGUEIRA⁵⁰

Na tentativa de compreender os elementos formadores que compõe a imagem do lugar e as percepções dos diversos atores sociais a respeito das transformações socioespaciais, ambientais e culturais ocorridas nestes territórios, a escolha dos sujeitos envolvidos diretamente na pesquisa seguiram um critério temporal, buscando entrevistar moradores adultos de meia idade à idosos, já que os mesmos tinham uma vivência maior nestes bairros, entre nativos moradores do Campinho e migrantes oriundos de diversas regiões, sobretudo os trabalhadores do campo oriundos da região Sul da Bahia, que diante da crise do cacau se viram obrigados a deixar seus territórios e hoje representam uma porcentagem significativa da população que vivem no bairro Baianão em Porto Seguro. Desta forma, foi possível observar através dos relatos e mapas mentais feitos por estes sujeitos, as percepções que os mesmos têm a respeito dos seus lugares e suas relações de identidade, pertencimentos ou mesmo negação sobre os seus territórios de vida.

Ao explicar os objetivos e finalidades da construção dos mapas sociais e sua relevância enquanto instrumento de representação das experiências vividas neste território, os participantes da pesquisa se mostraram interessados em relatar oralmente as memórias construídas na cidade e representar os seus lugares através de mapas mentais. Inicialmente, alguns demonstraram certa apreensão, pois relataram suas dificuldades em representar seus lugares através de desenhos. Contudo, no decorrer das conversas informais e das trocas de experiências vividas entre os moradores dos bairros Baianão e Campinho, houve uma interação coletiva entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. (Ver figura 24 a 26).

⁵⁰NOGUEIRA, A, R, B. Por outra geografia radical: compreendendo os lugares sob um olhar fenomenológico. Anais do I Colóquio Brasileiro de História do pensamento geográfico. Universidade Federal de Uberlândia. Abril de 2008.

Figura 24 - 26 - Sujeitos participantes da pesquisa elaborando seus mapas mentais*, 2018



Segundo encontro sobre memórias e suas cartografias de vida dos moradores do Baianão, realizado no laboratório de informática no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, 2018.

(*) Foi mantida apenas a inicial do nome dos moradores para guardar a identidade do entrevistado.

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Ao analisar as percepções construídas pelos sujeitos em relação aos seus lugares, nos remete a reflexão feita por Merleau-Ponty (1996) ao afirmar que “o mundo não é aquilo que penso, mas aquilo que vivo.” Dito isso, chega-se à conclusão que cada sujeito tem uma percepção própria e individual sobre o lugar do vivido e estas apreensões vão depender das experiências construídas por cada pessoa ao longo da sua vida e do seu cotidiano.

Assim, ao conceber os lugares em suas múltiplas formas e sentidos, faz-se necessário o uso da percepção como forma de entendimento das singularidades impressas nos espaços de vivência, que são impregnados de histórias e memórias dos sujeitos aí envolvidos. Neste contexto, o uso da cartografia social como instrumento de representação do vivido, teve como objetivo inicial oportunizar aos sujeitos participantes da pesquisa a revelar e mapear suas próprias marcas e significados construídos em seus lugares e as formas de territorialidades estabelecidas nestes territórios.

A importância destas formas de percepção que envolvem afirmação, identidade ou mesmo negação em relação aos territórios de vida, se mostram bastante positivas, pois proporcionam aos moradores locais uma reflexão sobre os problemas que permeiam estes lugares, sobretudo numa cidade que tem como principal atividade cultural e econômica o turismo exploratório, onde comumente as belezas naturais são comercializadas e consumidas por um pequeno grupo de turistas vindos de diferentes lugares do Brasil e do mundo, enquanto que a maior parte da população pauperizada do município, vivem marginalizadas em bairros periféricos da cidade, sem nenhum acesso a estes bens e serviços.

Na verdade, o que se observa no município é que estas formas de negação dos lugares e invisibilização socioespacial dos moradores da periferia, tem como pano de fundo segregar ainda mais esta população e tirar destes moradores subalternizados o direito de acesso ao seu território abrigo, além de usar estes sujeitos como instrumento de mão de obra barata para atender os serviços voltados ao turismo exploratório, já que este lugar é constituído como uma cidade mercadoria. Ao serem questionados sobre a percepção que têm a respeito do turismo e as possíveis mudanças impressas no território decorrentes desta atividade, duas moradoras de bairros diferentes responderam:

Pra mim o turismo é importante para a cidade, porque trouxe desenvolvimento e trabalho para as pessoas e tirou este lugar do atraso, pois antes o Baianão só tinha mata. Apesar de não conhecer estes lugares que o povo diz que tem aqui, o turismo ajuda a botar comida em casa. A gente veio pra cá porque aqui tinha mais oportunidade. Na cidade que eu morava estava muito ruim de trabalho e quando viemos pra cá o Baianão não tinha nada. Quase todo domingo chegava combis e caminhões lotados de gente de outras cidades e era uma confusão, um dia a gente marcada o terreno, no outro a marcação não tava mais no lugar. Foi uma luta, mas hoje apesar das dificuldades, o bairro está bem melhor que antes. Quando a gente chegou aqui, eu e meu marido fomos trabalhar na praia. No início foi difícil, porque a gente não tinha o capital pra comprar as coisas, mas aí meu marido arrumou um dinheiro emprestado com minha cunhada e começamos a fazer salgados pra vender na praia. Depois conseguimos um lote no Baianão e construímos nossa casinha. Agora todo mundo lá em casa trabalha no turismo, eu e minha filha trabalhamos no hotel, meus outros dois filhos casaram e também faz bico de garçom numa barraca da orla e meu marido vende roupas de banho na praia no final de semana. Então apesar das dificuldades, a gente venceu. (M.7 – A.S. 2018)

X

Depois que a cidade cresceu as coisas aqui mudou muito. Veio muita gente do sul pra trabalhar no turismo e a cidade foi perdendo muita coisa. Antes quando a

gente era criança, eu e minhas irmãs íamos lavar roupa na lá na fonte nova, o povo da cidade ia de jegue pegar água, porque naquela época não tinha água encanada em todas as casas. Era um lugar muito bonito, as pessoas se encontravam e colocavam a conversa em dia. Hoje este lugar nem existe mais. No Campinho tinha um areião com uma nascente de água pura, era muito bom pra brincar, agora neste lugar só tem casa. Todo ano a gente participava das apresentações da Folia de Reis que aconteciam na Praça da Bandeira e também na Rua Marechal Teodoro. No carnaval tinha as competições entre blocos, naquela época tinha uma disputa entre o Pacatá e Centro pra ver qual era o mais bonito e animado, tinha porta-estandarte, umas fantasias coloridas lindas feitas pelas próprias moradoras e pelas costureiras e tinha também as bandas que acompanhavam os desfiles dos blocos pelas ruas da cidade. Mesmo quem não brincava, ficava na porta das casas esperando o desfile passarem. Dona Estefânia e Dona Maria Boneca animavam a cidade. Mas aí o turismo foi trazendo esta gente de fora, a cidade foi crescendo e as coisas foram se perdendo, Agora não tem mais nada, só tem diversão pra quem vem de fora. (M.9 – M. P. 2018)

Ao traçar um paralelo em relação a percepção destas duas moradoras a respeito dos seus lugares e a influência do turismo como elemento modificador da paisagem, chega-se à conclusão que a percepção de cada uma delas estão condicionadas as experiências vividas neste território. Ao analisar este lugar sobre duas lentes, a primeira associada como o lugar do trabalho e a outra como o lugar da cultura, verifica-se que as apreensões estabelecidas entre estes sujeitos são distintas. Apesar das expoentes registrarem em seus relatos orais a influência do turismo como elemento transformador da paisagem, voltado basicamente para exploração das belezas naturais aqui existentes, a primeira moradora, mesmo não usufruindo dos bens e serviços oferecidos pelo turismo, compreende esta mudança como positiva, pois segundo sua concepção esta atividade econômica foi a grande responsável pelo desenvolvimento deste lugar, pois retirou a cidade do atraso, de um período que segundo seus registros, o bairro era coberto apenas por matas. Numa perspectiva contrária, voltado para as relações estabelecidas entre os elementos naturais, socioculturais e simbólicos vividos no passado da cidade, a moradora nativa associa o turismo e o crescimento populacional como algo negativo, pois segundo sua percepção, os signos pertencentes a sua memória afetiva já não existem mais, já que estes elementos culturais deram lugar a outros valores aqui estabelecidos. Portanto, ao compreender o lugar como fenômeno das experiências vividas, constata-se que apesar das moradoras entrevistadas estabelecerem percepções diferenciadas sobre o território, ambas mantêm uma relação de afetividade e pertencimento com este lugar.

Diante deste cenário contraditório, assentado na exploração das belezas naturais e no turismo denominado histórico-cultural, vale ressaltar as formas de representações simbólicas

impressas no município de Porto Seguro, que mesmo depois de anos de independência, ainda reproduzem no imaginário social narrativas que remetem ao período colonial, retratando um discurso hegemônico como “terra do descobrimento”. Estes signos são facilmente encontrados nos nomes das ruas, avenidas e praças, além da presença de monumentos e memoriais propagados pela cidade que exaltam o branco colonizador, categorizando-os como heróis que livraram os bárbaros da selvageria. Estas narrativas são cristalizadas na memória do município e estão ancoradas num pensamento hegemônico europeu, que reforça a invisibilidade dos povos tradicionais locais, relacionando os mesmos como meros personagens da história, relegando-os como sujeitos sem importância e valor. Sobre estes signos pertencentes ao imaginário histórico da cidade, a moradora do Campinho relata que:

Eu moro nesta cidade desde que nasci e minha mãe dizia que eu sou cabocla, porque a mãe dela era índia. Antes do turismo a cidade era diferente, era mais alegre. Todo mundo se conhecia, a gente participava das festas dos pescadores, do bloco de carnaval de D. Maria Boneca e das apresentações na praça da Bandeira. Eu ficava na rua até tarde com minhas amigas, ouvindo as lendas da cidade, da Cova da Moça, da índia e o português. Agora o povo de hoje nem respeita mais os índios, parece que esqueceu que esta terra era deles. (M.10 – A.N. 2019)

Ao analisar os registros relacionados a percepção da moradora entrevistada, verifica-se que os elementos culturais presentes no imaginário histórico da cidade não limitam-se apenas a esta construção hegemônica de “terra do descobrimento”, ao contrário, estão presentes em sua memória personagens da vida experimentada, como D. Maria Pinto Bonfim, moradora nativa, responsável pela promoção de vários eventos culturais pela cidade. Filha de pescador, D. Maria Boneca como popularmente era conhecida na cidade, foi a precursora do Carnaval Cultural de Porto Seguro e fundador do bloco Fantástico, um bloco feminino criado no ano 1974. Naquela época, as mulheres participantes do bloco saíam pelas ruas da cidade fantasiadas de colombinas, vedetes, bailarinas, praianas, pierrôs, dentre outras fantasias feitas pela própria idealizadora do bloco e mesmo hoje, após 45 anos de fundação ainda desfilam no carnaval de Porto Seguro. Além dos festejos carnavalesco, Dona Maria Boneca também foi responsável por outros folguedos culturais na cidade, como a apresentação de Ternos de Reis, atuação nas novenas juninas, ornamentação de andores, encenações de festejos natalinos, incentivadora das brincadeiras típicas, como o pau-de-sebo, dentre outras atividades que valorizaram a cultura

popular local. Quando perguntados sobre as vivências construídas no passado neste lugar, a moradora J.S, 2019 relata:

Eu sinto saudade da minha cidade daquele tempo, era tudo muito diferente de hoje. Antes deste povo de fora chegar não tinha tanta violência como hoje. O único ladrão que tinha na cidade era Vivino, ele entrava na casa do povo sem ninguém ver e quando ele gostava da pessoa, devolvia o que tinha roubado. (Risos). Ele pegava fumo, corda, linha pra rede, estas coisas. Outro morador daquela época também engraçado era o Sr. Barleta. Cansado de dar informações para as pessoas que passavam por sua rua, ele resolveu fazer um boneco de pano do tamanho de um homem adulto deitado na rede. Quando os turistas passavam e faziam perguntas sobre a cidade, ele dizia que não sabia, mas o boneco Chiquinho da Taca saberia responder. (Risos). (M.11 – J.S, 2019)

Diante destes depoimentos orais, verifica-se que estes personagens presentes na memória afetiva dos moradores nativos, fazem parte da construção das experiências vividas no cotidiano da cidade e estes elementos simbólicos e culturais pertencentes ao patrimônio histórico do município passam a ter maior significado e importância que o passado tradicional ou oficial da história do descobrimento, pois são estes atores sociais, formados por diferentes sujeitos, que dão (i)materialidade e significativo ao lugar.

3.3 Rompendo os silêncios - cartografias e questões latentes

Em meio a este cenário marcado por várias formas de negação pelo direito ao território abrigo e da sobreposição de elementos externos pertencentes ao imaginário histórico da cidade, dissociado das histórias vividas e experimentadas pelos moradores locais em seu cotidiano, a proposta de mapeamento⁵¹ social visa proporcionar aos sujeitos envolvidos na pesquisa, a representarem individualmente suas apreensões do território, se caracterizando como um importante instrumento metodológico de análise e percepção das problemáticas vividas por estes moradores da periferia e ainda como forma dos mesmos representarem suas próprias territorialidades e identidades, que são muitas vezes silenciadas ou mesmo invisibilizadas no seu dia a dia. Apesar da pesquisa não ter a pretensão inicial de fazer paralelos em relação a percepção dos moradores sobre seus lugares de vivência, estas diferenças se mostraram bastante

⁵¹Mapeamento é uma ferramenta de análise que permite identificar os fatores sociais, econômicos, culturais, de gênero ou de qualquer outra variável que nos interesse estudar, para solicitar informações e produzir uma representação espacial sua baseada na distribuição das áreas geográficas onde se produzem essas variáveis. (ALMEIDA, 2013, p.3)

pontuais durante a pesquisa, pois o olhar e o entendimento feitos por estes sujeitos foram bastante difusos, já que os mesmos tiveram experiências distintas nestes lugares.

Como exemplo destes encontros e desencontros presentes em seus territórios de vida, destaca-se os relatos orais feito por duas moradoras com experiências e apreensões distintas sobre os seus lugares. A primeira entrevistada revelou em suas narrativas memórias relacionadas a sua infância no bairro Campinho, carregada de afetividade, pertencimentos e um certo saudosismo de uma cidade que, segundo seus relatos outrora pertenciam somente ao moradores nativos. Já a segunda moradora entrevistada, que também residiu no Campinho, traz em seus registros momentos de uma vida difícil e de negação ao direito ao território.

As relações de identidade demonstradas pela moradora nativa em relação ao seu lugar de infância são carregadas de sentimentos, denominado por Tuan (1980) de topofilia, que envolvem um “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”. (TUAN, 2012, p. 5). Estas relações afetivas com o lugar estão presentes nas narrativas feitas pela moradora e também registradas no mapa mental. Verifica-se que tanto nas suas memórias orais, como imagéticas, a presença do mangue como elemento marcador de identidade é muito representativo e não está vinculado apenas a sua fonte de riqueza ambiental, mas principalmente como símbolo de suas memórias e brincadeiras de infância. (Ver mapa mental 1).

Minha infância em Porto Seguro foi muito bonita, eu nasci neste bairro e aqui era muito bom. Quando era criança vivia brincando no rio, me lembro de ir como minha mãe lavar as roupas no Rio São Francisco e era muito divertido. Lá as mulheres mais velhas contavam casos de uma pessoa que achou uma pedra muito bonita e brilhosa neste rio. Eu brincava muito nas margens do Rio Buranhém, onde hoje fica a Rua do Mangue e da minha casa a gente via de longe o Arraial d'Ajuda e também o pôr do sol. Era tão lindo, naquela época não tinha o manguezal como hoje, as árvores eram baixas e a gente vivia procurando as canetinhas do mangue pra brincar de escola, de professora. Estas canetinhas eram as sementes do mangue (risos). Eu passava o dia no rio, tomava banho de calcinha, pulava corda, gangorra e não tinha sujeira como tem hoje, mas aí a cidade foi crescendo e o povo de fora foi chegando e mudou tudo. Naquela época a cidade era somente nossa e todo mundo se conhecia, se a gente aprontava na rua, logo nossa mãe ficava sabendo (risos). Muita coisa mudou, mas pra mim o pior de tudo foi o mangue, antes eu tinha uma vista em frente da minha casa, a agente brincava naquele lugar, depois que o Ibama não deixou mais cortar as árvores e não vejo mais nada, só sujeira e esgoto. (Ver figura 27) (M.1 – M.G. 2018)

Mapa mental 1. O Rio e o mangue como referência afetiva (M.G, 2018)



“Minha casa ficava em frente ao Rio Buranhém perto ao manguezal, neste lugar a gente brincava até tarde, daqui eu via o pôr do sol e até a igreja do Arraial d’Ajuda, agora não dá pra ver mais nada, porque o mangue não deixa.”. (M.1 – M.G. 2018)

Fonte: M.1 – M.G. 2018

A partir da análise do registro oral feito pela moradora e associado ao mapa mental por ela produzido, nos faz compreender que a mesma estabelece com este lugar uma relação de identidade e pertencimento que estão ligados as experiências vividas em sua infância. Os signos destacados em sua cartografia de vida ressaltam a presença do Rio Buranhém e do mangue como elementos naturais presentes em sua memória afetiva e nas brincadeiras de criança. (Ver figura 27). De acordo com os registros feitos por esta moradora, a presença do manguezal hoje é pra ela um empecilho, pois em sua memória afetiva este lugar era o espaço das brincadeiras e também de devoção, pois da janela da sua casa se via a igreja Nossa Senhora D’Ajuda e também o Rio Buranhém e com o crescimento das árvores de mangue estes lugares não são mais vistos. Além destes signos pertencentes a sua memória de infância, outro aspecto também destacado no mapa social feito pela moradora foram os elementos paisagem humanizada, com destaque para as casas, ruas, aeroporto e também a rodoviária da cidade, simbolizando as modificações do espaço urbano, que segundo ela trouxeram mudanças significativas para o município. Apesar da

presença de certo saudosismo em relação a momentos vividos no passado, as narrativas feitas pela moradora expressam uma relação íntima com este lugar.

Figura 27. Fotografia da Rua Marechal Deodoro, Porto Seguro- BA.



“Rua do mangue” antes do crescimento do manguezal. *

(*) Relatado pela moradora, como o lugar da sua infância. (M.1 – M.G. 2018)

Fonte: Foto cedida pela entrevistada, M.G. 2018

De acordo com as espacialidades vividas e percebidas pelos moradores, as apreensões sobre os mesmos lugares podem ser bastante distintas (SOUZA, 2013). Enquanto a moradora nativa estabeleceu uma relação de topofilia com seu lugar, com marcas e símbolos que remetem a construção de sua história vivida durante a infância nesta cidade, a outra participante da pesquisa, que no passado foi moradora do Campinho e atualmente vive no Baianão, não estabeleceu inicialmente vínculos afetivos com seu lugar de morada, pois devido a precarização socioeconômica imposta no seu território de vida, obrigou a família a sair da sua cidade de origem e migrar para Porto Seguro e viver dentro do mangue.

Retirante da crise do cacau que assolou a região Sul da Bahia, o mangue representou para esta moradora um misto de sentimentos que remetem desde sentimentos de topofobia, até a sentimentos de pertença, que foram condicionados as dificuldades por ela enfrentada. Segundo os relatos da moradora, ao chegar no município de Porto Seguro sua família não tinha como pagar um lugar pra morar e a saída encontrada foi residir nas casas de palafitas dentro do mangue. Inicialmente o manguezal representou para esta moradora um sentimento repulsa e negação, pois

de acordo com suas narrativas era um ambiente fétido e sujo. Porém diante da dureza e dificuldades da vida, marcada por um processo de desterritorialização imposto a ela e sua família, se viram obrigados a deixar seu lugar em busca de sobrevivência e o mangue passou a ser reconhecido naquele momento o mangue como um território abrigo. Segundo o entendimento de Santos(1999), isso se deve porque o lugar do vivido passa com o tempo a ser percebido como sinônimo de território usado, isto porque foi neste território que a moradora identificou como sendo sua casa. Conforme se verifica em seus relatos orais e no mapa mental produzido por esta moradora. (Ver mapa mental 2).

Quando eu cheguei de em Porto Seguro foi bom e ruim. Bom porque a gente veio pra cá pra trabalhar pois na roça não tinha mais emprego, a vassoura de Bruxa levou tudo que minha família tinha. Quando nós chegamos, era bem diferente, foi difícil no início, aqui não era nossa casa, eu morava na fazenda de cacau de Sr. Manuelito e lá era bom, tinha fartura, não tinha violência e as crianças brincaram no terreiro. Quando chegamos aqui, achamos tudo muito diferente, porque a gente não estava acostumada a morar na cidade. Foi difícil no início, porque a gente não tinha onde morar, aí meu marido pegou um dinheiro que a gente trouxe e compramos um barraco no mangue, um lugar feio, fedido, mas era nossa casa. (M. 2 – O.S. 2018)

Mapa Mental 2. O mangue representado como território abrigo (O.S. 2018)



“Quando eu cheguei aqui em Porto Seguro minha vida foi difícil, não tinha emprego, casa, até que juntamos um dinheiro e compramos um barraco no mangue. Era ruim, quando a maré subia a gente corria, pegava os documentos e saía. Fedia muito, eu não gostava daquele lugar, mas era melhor que não ter casa.” (M. 2 – O.S. 2018) *

(*) Relatado pela moradora sobre o mapa mental feito por ela e as dificuldades vividas neste lugar.

Fonte: M. 2 – O.S. 2018.

A partir da compreensão dos signos representados no mapa mental elaborado pela moradora migrante e associado aos seus relatos orais, verifica-se que as relações estabelecidas por ela neste território, passaram por um período transitório. Primeiro foi estabelecido uma relação de repulsa e negação com o lugar de vivência e depois devido às dificuldades enfrentadas na vida, o mesmo território simbolizou como um lugar de morada e abrigo. Isso se deve porque diante da negação de outros territórios, a mesma encontrou neste lugar, meios de sobrevivência. Ao analisar o mapa mental feito pela moradora, verifica-se que a mesma retrata paralelamente elementos tanto do passado, como do presente. O principal elemento representado foi o manguezal, que aparece nos seus registros em meio a casas de palafitas. Isso demonstra que apesar destas construções não estarem mais presentes na atualidade, este símbolo faz parte das experiências vividas por ela neste território. Também destacou-se em sua representação elementos da paisagem humanizada, que devido ao rápido crescimento urbano e populacional ocorrido no município, provocaram mudanças significativas na cidade, que passou a adquirir novos equipamentos urbanos, como praças, ruas pavimentadas, aeroporto e maior quantidade de residências. Diante dos seus registros, constata-se que a representatividade das experiências vividas no passado por esta moradora, foram tão marcantes que mesmo morando atualmente no Baianão, a mesma representou no mapa mental, sua vivência no mangue no bairro Campinho como um símbolo de luta e resistência pelo território abrigo.

Ao analisar as narrativas orais e simbólicas registradas por estas duas moradoras a respeito das histórias e experiências vividas em Porto Seguro, são perceptíveis as diferenças em relação ao sentimento de pertencimento e identidade que as mesmas têm sobre este lugar. Enquanto a moradora nativa do bairro Campinho guarda em sua memória fatos que remetem uma infância feliz e tranquila neste lugar, a moradora migrante do Baianão, ao contrário, demonstrou certa negação inicial ao chegar à cidade. Porém ao analisar de forma mais atenta os sentimentos envolvidos em seus relatos a respeito da importância da casa como um lar, foi percebido certa relação de pertencimento com este lugar, que passou a ser concebido como morada e abrigo, pois naquele momento o mangue era sua casa. A partir do entendimento das historicidades vividas por cada uma destas moradoras, verifica-se que apesar de suas apreensões sobre este território se mostrarem distintas, o mangue enquanto marcador de identidade foi bastante presente na memória destas mulheres, pois as duas identificaram neste ambiente uma relação de

pertencimento, a primeira relacionando-o as suas brincadeiras de infância e a segunda moradora, como seu lar e abrigo.

Na tentativa de compreender as formas de territorialidades construídas pelos moradores nos seus lugares de vivência e as complexidades envolvidas nos bairros Campinho e Baianão, chega-se à conclusão que esta tarefa não é tão simples, pois as geografias dos lugares permeiam por variedades que vão muito além das aparências. Dito isso, ao analisar os mapas mentais feitos pelos participantes da pesquisa, observa-se em suas representações pictográficas vários elementos da paisagem natural, cultural e humanizada, que fazem parte das suas memórias afetivas com o ambiente de rio, mangue, praia, praças e ruas. Contudo diante dos contrastes sociais presentes nestes territórios, surgem também nos registros feitos pelos moradores participantes da pesquisa, as marcas da violência urbana a qual estão submetidos a população destes bairros, que envolvem sentimentos de medo e repulsa pelo território.

Apesar de hoje haver certo antagonismo entre estes dois bairros, marcado por uma disputa territorial pelo controle do tráfico de drogas no município, estes territórios apresentam características bem semelhantes, pois ambos apresentam problemas socioeconômicos e ambientais muito próximos e também estão duplamente envolvidos em formas comuns de territorializações perversas. Ao compreender que estes territórios foram estabelecidos a partir de diversas relações de poder, verifica-se que a ausência do Estado e do poder público sobre estes lugares contribuíram para o surgimento do poder paralelo do tráfico de drogas e esta violência urbana, tão comum as populações periféricas brasileiras, mostram-se muito presentes no dia a dia dos moradores destes bairros. Prova disso, ao serem questionados sobre a relação de afetividade ou mesmo repulsa em relação aos seus territórios, todos os entrevistados afirmaram uma relação de afetividade e identidade em relação aos seus lugares, todavia, se mostraram amedrontados em face de violência diária que permeiam a vida nestes bairros.

Eu gosto do Campinho, aqui é um lugar bom pra morar, a maior parte das pessoas é boa, tem escolas para os meninos estudar, a feira fica perto. Eu morava no centro, depois vendemos nossa casa e compramos aqui, antes era melhor, não tinha a violência de hoje. Agora é tudo diferente e a gente nem pode falar muito disso, porque os homens ficam sabendo. Estes meninos escrevem nos muros, nas paredes da escola, tudo que é lugar tem o nome do grupo deles. (M. 6– O.V. 2018).

Eu vim pra cá desde o início do Baianão e gosto muito daqui. Eu e os companheiros da minha cidade chegamos aqui de caminhão. Naquela época só tinha mata, a gente fez nosso barraco de madeira e era um pouco perigoso porque um dia a gente marcava o terreno, no outro a escora não tava mais lá e a gente não podia fazer nada. Mas agora tá pior, eles usam a mata não mais pra tirar madeira e fazer suas casas, lá na matinha, como eles falam, é cheio de traficante, ninguém vai lá porque tem medo. A gente tem medo que nosso neto de 12 anos fique perto desse povo, eles enganam os meninos, aqui é muito perigoso, todo dia aparece um morto. (M. 12– M.A. 2018)

Mapa Mental 3. Representação das marcas da violência nas periferias urbanas. (N.S. 2018)



Mapa social feito pela participante da pesquisa, moradora migrante do bairro Baianão – (M. 3 – N.S. 2018)
Fonte: N.S. 2018

Eu desenhei aqui meu bairro, eu gosto daqui, quase todo mundo aqui tem emprego, seja de doméstica, camareira, vende coisa na praia. É grande, a gente nem precisa ir no centro comprar nada. Eu desenhei aqui as ruas, o posto, o monte de lojas. Na parte central do Baianão as lojas foram tomando lugar das casas. Eu gosto muito daqui, por que minha família, meus filhos, todo mundo que veio da minha cidade moram neste bairro. A única coisa que a gente tem medo aqui é da violência, tem muito jovem envolvido com que não presta, o filho da minha irmã mesmo tá envolvido com este povo, todo dia a gente escuta barulho de tiro e já fica preocupada. (M. 3 – N.S. 2018)

A partir do registro oral feito pela moradora e o mapa mental por ela construído, constata-se que o bairro Baianão é carregado de vários equipamentos urbanos que fazem parte das transformações socioespaciais e ambientais ocorridas no município. Apesar das dificuldades enfrentadas no início da ocupação do bairro, a moradora demonstra em seus relatos relações de

pertencimento e familiaridade com este lugar. Contudo, está presente em suas narrativas orais e também no mapa mental feito por ela, sua preocupação com a violência local. A violência, enquanto fenômeno social constante na vida dos moradores da periferia, simboliza um cenário de descaso com a população subalternizada, que vivem sobre várias condições de vulnerabilidade social e urbana. É perceptível também em sua representação imagética a ausência de elementos naturais, pois diante do crescimento desordenado do bairro, a vegetação original deu lugar a paisagem construída, como ruas, praças, lojas, igrejas, dentre outros elementos.

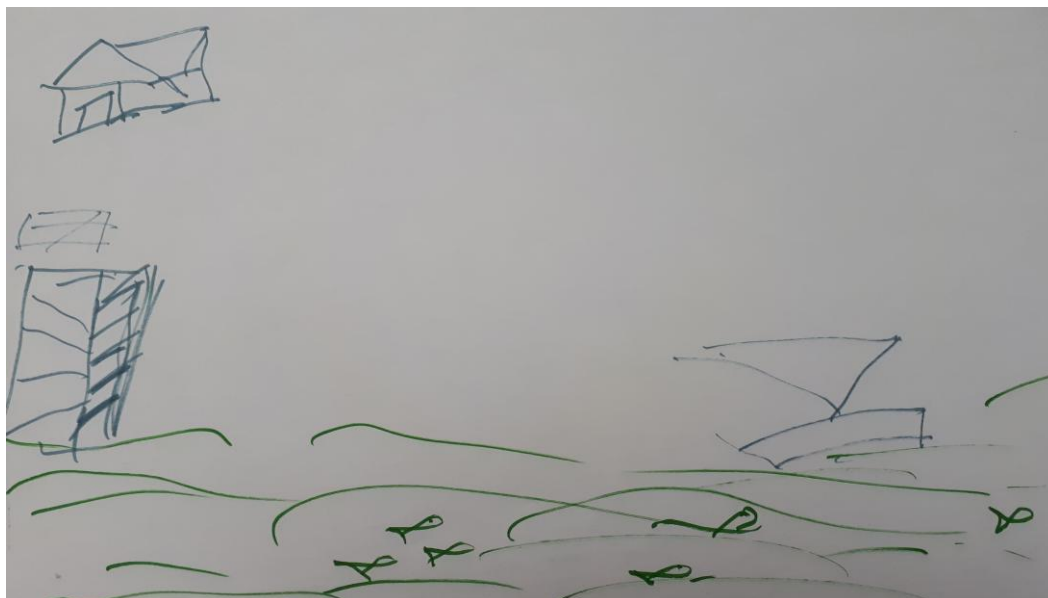
Ao analisar a representação cartográfica feita do lugar vivido e percebido pela moradora do bairro Baianão a partir da luz do pensamento de Deleuze e Guattari, fica claro o entendimento dos autores ao afirmar que o mapa, diferente do decalque é uma representação “inteiramente voltada para uma experimentação ancorada no real, na ação. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói.” (DELEUZE, GUATTARI, 2002, p.22). Dito isso, verifica-se que ao representar as formas de violências vividas por estas pessoas em forma de mapa, estas agressões sofridas e/ou vivenciadas nos territórios passam a ter materialidade, pois estes operam através de rizomas, com entradas e saídas múltiplas. Segundo Deleuze:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p.42)

Ao tentar compreender as diferentes formas de subjetividades envolvidas nas representações cartográficas feitas pelos atores sociais em seus territórios de vida, percebe-se que estes lugares apresentam uma riqueza de simbologias e signos próprios, que estão presentes em vários elementos significativos para cada uma destas pessoas entrevistadas, que envolvem desde ambientes da paisagem natural, como o mar, o mangue, o Rio, até símbolos socioculturais, como as casas, praças, ruas e festas, etc. Como exemplo de elementos citados como marcadores de identidade, o mar e o Rio Buranhém representam para o morador nativo do bairro Campinho como uma extensão da sua vida cotidiana. Segundo seus registros, a atividade pesqueira vai além do sustento diário, pois ele enxerga este ambiente como sendo sua morada e território. Ao ser questionado sobre a relação que estabelece com seu lugar, o morador responde:

O meu lugar é minha casa e meu barco. Eu passo mais tempo no mar e no rio, do que na terra. Comecei a pescar quando era rapazinho com meu pai e nunca mais parei. Hoje tá tudo mudado, a cidade cresceu e chegou muita gente nova. Muitos companheiros antigos parou de pescar, tem muita coisa errada aqui, mas mesmo assim tô satisfeito. Fico dias longe da minha patroa e dos meninos, mas quando chego em casa, sinto falta do mar. (M. 14– J. O, 2018).

Mapa Mental 4. Cartografias de um pescador



“O meu lugar é minha casa e meu barco.” (M. 14– J.O, 2018).

Fonte: J.O, 2018

Ao compreender o território a partir das experiências vividas no cotidiano de um pescador, morador nativo do bairro Campinho, observa-se que sua história está intimamente atrelada ao mar. À prova desta relação de pertencimento e identidade estabelecida com este ambiente pode ser verificado a partir dos seus registros. A presença do mar é tão significativo, que é chamado de casa pelo pescador. Além disso, este ambiente não se limita apenas como um elemento da paisagem natural, ao contrário, neste lugar estão envolvidos elementos sociais, subjetivos, econômicos e principalmente culturais, já que em sua memória afetiva, a presença do mar tem uma importância fundamental, pois não representa somente como um meio de sobrevivência, mas uma extensão de sua vida.

Outro importante elemento simbólico presente nas narrativas dos entrevistados locais foram às casas e praças dos bairros Campinho e Baianão. Ao relatar sobre suas vivências individuais e/ou coletivas em seus lugares de vida, estes ambientes passam a configurar-se como

marcos socioculturais de construção de identidade e pertencimento. As praças simbolizam como um lugar de encontro, de trabalho e trocas estabelecidas entre os moradores que vivem nestes bairros, além disso, este signo da paisagem urbana simboliza com importante elemento de afirmação ou mesmo negação do território, já que estes lugares são palcos de várias formas de manifestações ou acontecimentos surgidos nos bairros. Já as casas, como elemento de afirmação, identidade e pertencimento, significam para estas pessoas como lugar de proteção e abrigo. A comprovação desta relação de afetividade em relação a estes signos podem ser comprovadas tanto nos mapas mentais feitos pelos moradores do Bairro Baianão e Campinho, como também nos relatos orais. (Ver mapas mentais 5 e 6).

Mapas Mentais 5 – 6 - As Praças e as casas como elementos representativos das territorialidades construídas



A)



B)

(A- Mapa mental com representação da Praça do Gravatá no Baianão. (M. 14– A. L, 2018). B- Mapa mental com registro de casas do Bairro Baianão. (M. 16– R. P, 2018).

Fonte: A. L, 2018/ R. P, 2018.

- A- “Eu moro no Baianão desde que o bairro começou a surgir. Minha família veio toda pra cá por conta das dificuldades da vida. Depois de período de dificuldades, conseguimos nosso chão. Eu gosto muito deste bairro, o povo que não conhece fala da violência e das coisas que acontece aqui. Mas o Baianão é também um lugar de muita coisa boa. Depois que eu e minha família saímos da igreja, vamos na praça do Gravatá comer e conversar. Neste lugar a gente conta coisas do nosso dia a dia, as novidades do bairro, fofocas(risos). Sou feliz neste lugar, aqui é meu lar.” (M. 14– A. L, 2018).

X

- B- “Agora tá tudo muito diferente no Baianão, antes só tinha mata, não tinha energia, água encanada, nada. Era uma dificuldade só. Foi muito difícil consegui um lote pra morar aqui. Quando a gente chegou de Panelinha, que fica perto de Camacan eu e minha família fomos morar na favela do mangue. Era muito ruim, tinha mosquito e mau cheiro pra todo lugar. Depois viemos pra cá e construímos nosso barraco. Hoje graças a Deus tenho minha casa, não é boa, mas é minha. As vezes ando nas ruas do bairro e me lembro do passado e quanto este lugar mudou pra melhor.” (M. 16– R.P, 2018)

De acordo com os depoimentos feitos por estes dois moradores, estão envolvidos neste lugar, relações de referência afetiva e de pertencimento. Apesar dos seus registros demonstrarem problemas próprios dos bairros da periferia urbana, o Baianão representa para estas pessoas um território abrigo, pois diante das dificuldades impostas pela vida, aqui construíram seu lar. Como ícones presentes em suas memórias afetivas, destacam-se dos depoimentos orais a presença de elementos da paisagem humanizada, frutos das transformações surgidas no bairro, como casas, ruas, praças e igrejas.

Outro importante elemento de análise e compreensão presente nos depoimentos dos expoentes da pesquisa foram os deslocamentos humanos típicos do mundo contemporâneo, que diante das dificuldades impostas pela vida do trabalho, fizeram com que várias famílias migrassem para o município de Porto Seguro em busca de melhores oportunidades de vida. Nas histórias orais feitas por estes sujeitos reterritorializados, estão presentes em sua memória as mudanças sociais e espaciais vividas nestes bairros e quase sempre remetem a períodos de dificuldades e resistência pelo direito ao território abrigo. E como elementos marcadores deste tempo, as praças simbolizam como um lugar de referência deste lugar imaginado, de histórias e experiências vividas no passado da cidade e que hoje estão presentes em suas memórias como um período de superação. Conforme as cartografias de vida e registros orais feitos pelos moradores entrevistados dos bairros Baianão e Campinho. (Ver mapa mental 7 e 8)

Diante da compressão das histórias de vida e as representações dos lugares feitos por estes moradores entrevistados, constata-se que em suas narrativas estão presentes as dificuldades e conquistas enfrentadas por estes sujeitos no processo de deslocamento. Neste contexto, a imagem do lugar foi construída por símbolos, objetos e signos que remetem as dificuldades vividas no passado e também com os elementos significativos da sua vida cotidiana, que passam a ser apropriados por estes sujeitos. Assim, as casas, as ruas, os bairros e as praças simbolizam a ligação que construíram com este novo lugar e as formas de territorialidades por eles construídas.

Dentre os elementos simbólicos, apropriados pelos moradores do Baianão, se evidencia a presença das praças como importante elemento simbólico presente nas narrativas e nas representações realizadas pelos moradores entrevistados, principalmente a Praça da Caixa D'água, que simboliza como um forte elemento de centralidade e representatividade do Baianão, isso porque no início da ocupação do bairro, vários migrantes que aqui chegaram se deslocavam diariamente para este lugar para abastecer suas casas, pois neste período não existiam ainda o serviço de água encanada.

A representatividade simbólica deste lugar é tão significativa que até mesmo os representantes da política local vêm se apropriando deste território como espaço de domínio e poder. Durante anos, o antigo prefeito da cidade, Ubaldino Junior, filho do então “fundador” do bairro, Ubaldino Pinto, apelidado de Baiano, fazia as comemorações do seu aniversário em plena praça pública. Nesta data era servido um bolo aos moradores do bairro, que no início das comemorações tinha 27 metros e de acordo com a idade do então prefeito, crescia a cada ano. Esta comemoração, baseada na velha política do pão e circo iniciou-se em 1997, ano do seu primeiro mandato e perdurou por quase 20 anos. Nesta comemoração, o então prefeito discursava para eleitores, representantes públicos e autoridades locais e regionais e depois estas pessoas eram convidadas a se servirem e participar da festa que se estendia por toda a noite, como a contratação de shows musicais e trios elétricos mantidos com dinheiro público. Diante da clara apropriação simbólica deste espaço para fins políticos e eleitoreiros, os futuros prefeitos da cidade adversários políticos de Ubaldino, proibiram o andamento destes festejos. Atualmente a Praça da Caixa d'água funciona como centro de circulação de pessoas, rodeadas de casas residenciais, comerciais, ponto de ônibus e áreas de lazer privadas, onde comumente os moradores ficam a conversar, conforme registro oral e representações gráficas feitas pelos moradores do bairro Baianão. (Ver mapa mental 9,10)

Eu moro no Baianão desde o início do bairro. Quando cheguei aqui não tinha nada, tudo era só mato. Quem não tinha dinheiro pra fazer um poço nas casas, tinham que pegar água com lata na cabeça todos os dias no poço, que ficava na Praça da Caixa d'água. Hoje tudo tá diferente minha casa e minha igreja ficam perto desta praça, quando eu passo por lá, me lembro daquele tempo (risos). Aquele tempo tudo era mais difícil, mas a gente venceu e hoje tenho minha casa e gosto deste lugar. (M. 7– A. S, 2018).

X

Eu cheguei nesta cidade a muito tempo, era um tempo difícil, não tinha nem água. No final do dia os homens, mulheres e os meninos iam pra bica pegar água, onde hoje fica a Praça da Caixa d'água. Era uma correria, uma confusão na fila. Tudo era muito difícil, tudo aqui era mato, quando chovia era um lameiro só. Mas aí foi chegando gente e o bairro foi crescendo. Hoje tem muita coisa pra melhorar, mas tá muito melhor que antes. (M.5. J.G, 2018)

Mapa Mental 9- 10. Praça da Caixa d'água como elemento de centralidade e representatividade do bairro Baianão



A)



B)

A – Mapa mental da Praça da Caixa D'água. (M. 7– A. S 2018). B-Mapa mental da centralidade da Praça da Caixa D'água (M. 5– J. G 2018).

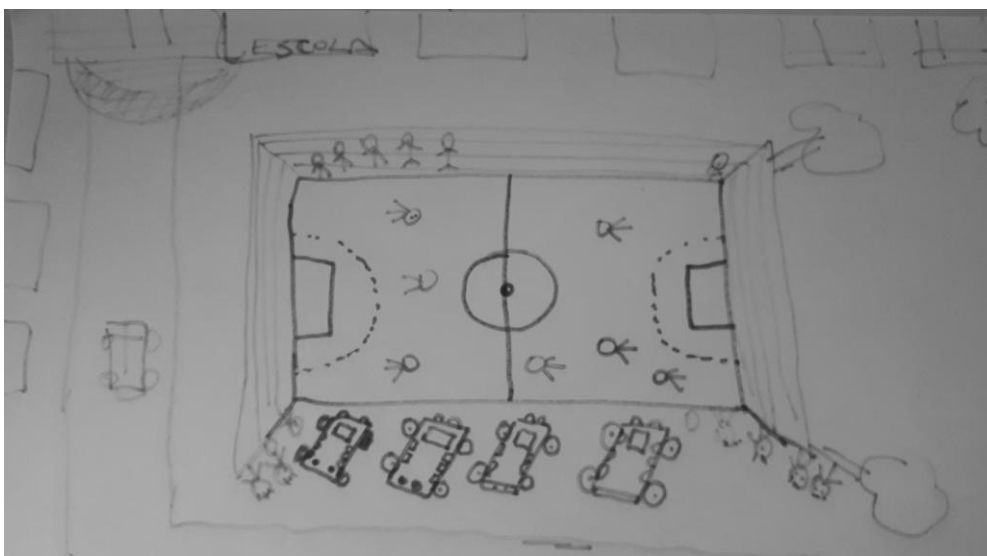
Fonte: A. S 2018 / J. G 2018

Ao compreender as formas de territorialidades construídas pelos moradores destes bairros, ficou claro em suas narrativas que as percepções que os mesmos estabelecem sobre seus lugares estão muito vinculadas a símbolos e elementos da paisagem natural e também da

paisagem antropizada. No Campinho, por ser um bairro formado por uma comunidade predominantemente nativa, constituída por famílias de pescadores, marisqueiros e pessoas do mar, carregam em suas memórias relações topofólicas relacionadas aos elementos naturais, como o mar, o rio e o mangue, além dos registros de personagens marcantes na história da cidade.

Porém diante das transformações provocadas pela migração e pelo crescimento populacional, outros elementos importantes passam a compor este lugar. Como exemplo de novos signos simbólicos presentes na vida cotidiana dos moradores deste bairro, destacam-se a quadra esportiva, denominada pelos residentes locais como a “quadra do Campinho”. Segundo o mapa mental produzido pelo sujeito entrevistado, este lugar como expressão simbólica do meio social funciona como ponto de encontro. Nela, duas gerações de moradores formadas por jovens e idosos dividem este lugar como território de lazer e diversão. Os jovens utilizam a quadra para a prática de esportes e também como lugar de passagem e encontros a caminho das escolas. Os senhores se reúnem para conversas e prosas do cotidiano. Além disso, a quadra é considerada como um local de parada e descanso para os trabalhadores rodoviários do transporte público municipal e devido à grande circulação de pessoas funciona como um lugar de encontro para moradores do bairro. (Ver mapa mental 11).

Mapa mental 11. Mapa mental da quadra do Campinho, feito pelo morador do Campinho. (M. 17– J. A, 2018).



Fonte: J. A, 2018

Ao analisar o território a partir das múltiplas dimensões sociais, culturais e ambientais, chega-se à conclusão que estes lugares são apropriados a partir de diversas relações de poder, que envolvem diferentes usos e interesses distintos sobre os territórios. Desta forma, os territórios não se limitam a simples área ou localização geográfica, ao contrário, representam identidades, negação, pertencimentos e simbolismos que se processam a partir de várias formas de territorialidades. Daí o entendimento do pensamento de Bourdieu, (1989) ao afirmar que “o território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização– enseja identidades –territorialidades– que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social.”

Dito isso, ao analisar as cartografias vividas pelos participantes da pesquisa, chega-se à conclusão que as formas de territorialidades construídas pelos moradores dos bairros Baianão e Campinho deram-se a partir de um processo de luta e resistência pelo direito ao território abrigo. Frente a esta realidade, conclui-se que a população portosegurense vive um processo de desreterritorialização material e/ou imaterial permanente, e tanto para os moradores migrantes que aqui vieram em busca de melhores oportunidades de vida, como para os moradores nativos, o acesso e direito ao território foi muito doloroso. Todavia, mesmo diante das várias formas de negação e invisibilização socioespacial impostas pelo capital público e privado nestes dois bairros, estes sujeitos reinventaram seus territórios e estabeleceram neste lugar, outras territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões e questionamentos levantados ao longo do trabalho e diante dos resultados apresentados pelos atores sociais envolvidos diretamente no estudo, me levaram a refletir sobre os objetivos iniciais propostos e também na pergunta norteadora da pesquisa: De que forma, os moradores dos bairros Baianão e Campinho constroem suas territorialidades e como estes representam seus processos de territorialização, identidade ou mesmo negação sobre o lugar onde vivem?

Estas indagações a respeito das formas de territorialidades construídas nestes territórios, partiram inicialmente das minhas próprias inquietações vividas nestes bairros. Enquanto professora da rede pública, era comum ouvir relatos depreciativos dos discentes sobre estes lugares e uma certa negação identitária que alguns demonstravam em relação ao seu lugar de vivência. Contudo, apesar da área de estudo ser marcada por um cenário de extrema segregação socioespacial, onde os moradores subalternizados da periferia são quase sempre excluídos dos bens e serviços oferecidos pela atividade turística, as respostas a estas indagações não são tão simples como parece, isso porque mesmo vivendo em condições de vulnerabilidade e invisibilização social, as apreensões do vivido concretizam-se a partir das experiências cotidianas vividas por cada sujeito em seus lugares e estas podem ser marcadas por relações distintas, que vão desde relações de identidade, familiaridade e pertencimentos, ou mesmo numa perspectiva contrária, de aversão ou repulsa com seus territórios.

De acordo com as respostas dadas pelos participantes da pesquisa, verifica-se que mesmo envolvidos numa relação desigual de poder, os moradores demonstraram através das histórias orais, ou mesmo nos mapas mentais por eles produzidos, uma relação de identidade e pertencimento por este território. Assim, diante das espacialidades vividas e percebidas pelos moradores locais, foi possível perceber que tanto os moradores do Campinho, constituídos em sua maioria por moradores nativos, como para os migrantes reterritoralizados do Baianão, que buscaram este lugar como meio de sobrevivência e refúgio, demonstraram através do uso e apropriação de elementos da paisagem, vínculos afetivos com seus territórios.

Em meio a um território rico em diversidade biológica, constituída por um ambiente de praia, rios, manguezal e Mata Atlântica e também por sua riqueza pluricultural, formada por indígenas, caboclos, negros, nativos ou migrantes vindos de vários lugares, observa-se neste território, a presença de vários elementos simbólicos significativos da paisagem. Dito isso,

verificou-se no decorrer dos capítulos, que as formas de territorialidades construídas pelos sujeitos nos seus territórios abrigo e suas relações de identidade e pertencimento estabelecidos neste lugar, foram representados pelos participantes da pesquisa através do uso de imagens, signos e símbolos pertencentes a memória afetiva destes moradores com seus lugares de vivência e nos seus registros orais, ou mesmo nos mapas mentais produzidos, estavam presentes vários elementos significativos da paisagem, que foram imbuídos de subjetividades e simbolismos.

Neste contexto, o uso da cartografia social como instrumento de mapeamento e representação socioambiental e cultural, possibilitou visualizar de forma clara as formas de territorialidades estabelecidas pela comunidade pesquisada em seus territórios de vida, pois nos registros estavam presentes as marcas e significados construídos por estes sujeitos em relação aos seus lugares do cotidiano, que envolveram tanto elementos da paisagem natural, como da paisagem construída. Além disso, o mapeamento social proporcionou aos participantes da pesquisa a terem um contato mais próximo com suas próprias realidades, no afã de estabelecerem uma reflexão mais crítica sobre os problemas socioculturais e ambientais que permeiam estes lugares, sobretudo numa cidade mercadoria, onde comumente as riquezas naturais e o patrimônio material e imaterial são comercializados e consumidos por um pequeno grupo de turistas, enquanto que a maior parte da população pauperizada, vivem segregadas em bairros periféricos da cidade, sem nenhum acesso a estes bens e serviços.

Diante da sobreposição de elementos externos pertencentes ao imaginário histórico da cidade, quase sempre dissociados das histórias construídas e experimentadas pelos moradores locais, foram utilizados também como recurso metodológico de pesquisa, entrevistas semiestruturadas ou mesmos depoimentos orais livres. Os resultados deste instrumento de pesquisa mostraram-se bastante significativos, pois os participantes em sua maioria formado por pessoas entre 52 a 73 anos de idade sentiram-se à vontade para relatar suas próprias histórias e apreensões do vivido. Além disso, estas narrativas orais foram significativas, pois não se limitaram a esta construção ideológica de “terra do descobrimento” impostas pelo turismo. Ao contrário, possibilitou um deslocamento desta história tradicional e evidenciou a presença de vários personagens da vida experimentada, que estão presentes nas memórias afetivas destes sujeitos e são responsáveis pela construção da história vivida em Porto Seguro.

Vale ressaltar, que ao longo do trabalho, os objetivos e caminhos traçados inicialmente na pesquisa foram quase todos alcançados, ficando de fora apenas alguns elementos importantes

que dizem respeito as formas de representações culturais presentes na cidade, sobretudo as festas tradicionais, rituais e encontros promovidos por personagens importantes da história vivida e experimentada pelos moradores locais. Estes descaminhos da pesquisa deram-se principalmente pelas dificuldades em estabelecer contatos com os moradores mais antigos da cidade e também devido ao pouco acesso a documentos, mapas ou mesmo imagens relacionadas as transformações socioespaciais e ambientais surgidas no município. Como a transformação urbana e o crescimento populacional foram relativamente recentes, quase não se tem registros deste período, restringindo apenas a estudos coloniais ou pós-coloniais. Talvez isso se deva pela ausência de universidades ou centros de estudo e pesquisa no município, já que as duas instituições públicas superiores tem menos de uma década de existência.

Sem a pretensão de esgotar ou apresentar respostas conclusivas, a pesquisa buscou contribuir com as discussões sobre o assunto e traçar caminhos para outras pesquisas. De acordo com as minhas expectativas futuras, estes desencontros traçados ao longo do caminho possam ser conduzidos para um trabalho futuro, com destaque para as múltiplas formas representações pluriculturais presentes na região, não somente nos bairros analisados, mas no município de Porto Seguro, que envolvem comunidades rurais, ribeirinhas, aldeias indígenas, além de povoados e distritos ricos em simbologias e identidades.

Dialogar com os saberes expressos por estes sujeitos da pesquisa, me possibilitou a vivenciar um contato mais próximo da realidade vivida pelos moradores pertencentes a minha comunidade escolar, de forma a compreender as múltiplas relações de poder envolvidas neste território e as dificuldades enfrentadas pela população destes bairros pelo direito ao território abrigo. A partir das minhas andanças nestes dois bairros, das leituras feitas neste período e sobretudo os diálogos traçados com os participantes da pesquisa, pude perceber que mesmo vivendo em um cenário de violência e de relações socioespaciais desiguais, a população subalternizada destes bairros, estabeleceram diferentes formas de territorialidades e construíram nos seus lugares de vivência, vínculos afetivos e identitários. Além disso, enquanto moradora migrante, também encontrei nesta cidade, meu território abrigo.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. ACSELRAD, Henri (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010, p. 9-46.
- _____. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p.13-43.
- _____. **Mapeamentos, identidades e territórios**. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Cartografia social e dinâmica territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2010.
- _____. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2013.
- ALVES, Richard. “Centro Empresarial do Baiano – 2003”. Porto Seguro, SEBRAE, 2003.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. In: _____. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Manaus: PNCSA/UEA, 2013. p.157-173. Acesso em: 08 mai, 2018
- ARAUJO, Cristina Pereira de. **“Porto (in) Seguro: A perda do Paraíso: os reflexos do turismo na sua paisagem”**. Dissertação de Mestrado, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo:2004.
- _____. **Um Porto Seguro para os próximos 500 anos**. In: **Retrospectiva 2005 e Perspectiva**. Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI 2007
- BAHIA. **Decreto nº 12.354, de 25 de Agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras Providências. Disponível em: Acesso em: 28 ago. 2018.
- BERTIN, M. **Geografia Humanística - o papel das representações sociais e espaciais em manifestações contemporâneas**. Revista Geografar. Curitiba, v.8, n.2, p.104-132, dez./2013.
- BRASIL, **Ministério do Turismo. Sol e praia: Orientações básicas. /Ministério do Turismo**, Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela D. **A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia**. In: GERARDI, Lúcia H. **Ambientes: Estudos de Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CALLAI, H.C. **Do ensinar Geografia ao produzir o pensamento geográfico**. In: REGO, N. et all (orgs.). **Um pouco do mundo cabe nas mãos: geografizando em Educação o local e o global**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 57-73.
- CANCELA, F. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763- 1808)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

_____. **Políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro no governo de José Marcelino da Cunha (1810 – 1819).** Revista Brasileira de História, ANPUH, 2017

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos

CASTRO, I. E. de (Org.). **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, p. 89-118.

CALVINO, I. 1990. **As cidades invisíveis.** São Paulo, Companhia das Letras.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo.** Lisboa: Liraria Sá da Costa, 1978.

CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CLAVAL, P. **O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

_____. **A Geografia Cultural.** Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999

CORREIA, Claude de Souza. **Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre.** 2007. Tese de Doutorado

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil.** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo: Perspectiva, 2001. p.1

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Lisboa: Assírio & Alvim.

_____. 1992. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. 1995 a. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.1.** Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. 1995b. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. 1996. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3.** Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. 1997. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5.** Rio de Janeiro: Ed. 34.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos.** 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de la Liberacion.** Bogotá; Editorial Nueva América, 1996.

FIGUEIREDO, Silvio. **Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação.** In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

FREMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido.** Coimbra: Almedina, 1980.

FOULCAULT, Michel. **Outros Espaços.** In: MOTTA, Manoel Barros (org.). Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel.** Paris: ed. Fayard, 1984. GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: ed. Contexto, 2001.

GARCÍA, J. L. **Antropología del Territorio.** Madrid: ed. Josefina Betancor, 1976. GOTTMAN, J. La politique des États et sa Géographie. Paris: ed. Armand Colin, 1952.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, C. W. 2002. **Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades.** In: Sader, E. e Ceceña, A. E. (orgs.) La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO.

GRASSO, M. TOGNELLA, M. M. P. 1995. Utilização econômica. En: Schaeffer-Novelli, Y. (Coord.). **Manguezal: ecossistemas entre a terra e o mar.** Caribbean Ecological Research, São Paulo, Brasil: 43-47

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** GEOgraphia, Niterói, v. 4, n. 7, 2002. Disponível em: Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo. Anais do... São Paulo: USP, 2005.

_____. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades).** In: ARAÚJO, Frederico Guilherme;

_____. **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: accss, 2007, p. 93-123.

_____. **Território e Multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.

_____. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço.** 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

_____. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

LA BOÉTIE, E. **O discurso da servidão voluntária ou O Contra Um**. In: CLASTRES, P.; LEFORT, C.; CHAUI, M. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1982

LEFEBVRE, Henri. **La produccion del espacio**. Sociologia, [S.l.], n.3, p. 221, 1974.

LITTLE, Paul E. (2002), “**Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade**”, Série Antropologia, 322. Acedido 12/10/2009, <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>

MARTINELLI, M. **Cartografia Temática: caderno de mapas**. São Paulo: Edusp, 2003

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Nascimento, Rosemy da Silva. **O mundo é o mar: pescadores tradicionais e seus mapas mentais Armação do Pântano do Sul**, Florianópolis-SC; UFSC, 2015 (Dissertação de Mestrado\)

Negri, Antonio e Michael Hardt 2001 Império (Rio de Janeiro-São Paulo: Record).

PORTO-GONÇALVES, C. W. “**Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**” em Ceceña, Ana Esther (org.) 2002 A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial (Rio de Janeiro: Ed. Vozes/LPP/CLACSO).

PEREIRA, A.S. **Migrantes em Porto Seguro- BA: atraídos e excluídos em um contexto de dinâmica urbana turística**, Salvador- Ba: UFBA, 2005 (Dissertação de Mestrado\).

_____. **Porto Seguro- BA: o cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade mercadoria**, São Paulo-SP, USP, 2018 (Tese de doutorado)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Ratzel. Tradução de Antônio Carlos Robert de Moraes. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Las razas humanas**. Barcelona: Montaner y Simon, 1906.

_____. – **Sociedade, Estado e Território** (trecho da obra Antropogeografia vol.1, 1882)

RELPH, E. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia. Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1- 25, abr. 1979.

SACK, R. 1986. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.

SAQUET, M.A. **Abordagens e Concepções de território**. 3ªed. Outras Expressões. São Paulo. 2013

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In

_____. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83. SANTOS, B. S.;

_____. (1997) **As abordagens da Geografia Cultural**. Tradução de Paulo Cesar da Costa Gomes. In: <https://jornalgggn.com.br/noticia/a-esquerda-sem-imaginacao-por-boaventura-de-sousa-santos>, Acesso 27.nov 2018.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996. _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 1982.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978. SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005 [SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1978

_____. **O retorno do território**. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988

SILVA, L.T. **Cultura, turismo e identidade local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro, Bahia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Ilhéus – BA: UESC.

TUAN, Yi –Fu. **Topofilia, um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 288 p. 1980.

_____. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

ANEXOS

Instrumento de coleta de informações:

Observação: O questionário foi feito como um roteiro das questões pertinentes à pesquisa, pois as entrevistas foram feitas livremente, respeitando as individualidades de cada sujeito entrevistado. Com a autorização dos mesmos, os registros orais foram gravados e depois transcritos.

Dados sobre o entrevistado:

1.Sexo: Mas. () Fem. ()

2. Idade: _____

3.Tempo que mora em Porto Seguro:

() 10 a 20 anos

() 31 a 40 anos

() 21 a 30 anos

() 41 a 50 anos

() nativo da cidade

() mais _____

Identificação do bairro pelo entrevistado:

. Quantos anos mora no bairro? _____ anos.

1. Roteiro da pesquisa: Rompendo os silêncios - cartografias e questões latentes (responder em pequenos grupos ou individualmente- (cartografia social)

Discursão sobre as potencialidades e problemáticas da área de estudo

1.Na sua opinião, quais são os lugares mais importantes do bairro?

2. De que forma esses lugares são utilizados?

3. Quais desses lugares são pontos de referência para localizar-nos no bairro?

4. Quais os principais problemas vividos no bairro?

5. Como você se sente ao morar neste lugar?

6. O que este bairro representa em sua vida?

7.Quais são os lugares mais inseguros no bairro? O que os torna inseguros?

8.Como são suas ruas, praças ou lugares de lazer? A que se destinam estes lugares?

9. identifique no mapa as áreas conhecidas, especificando o que acontecem nestes lugares?

10. Quais os lugares não foram representados neste mapa?

11. Na sua opinião, qual lugar deveria ser destaque no bairro? Por que?

12.Na sua opinião, quais são os principais problemas urbanos do bairro?

13. Quais problemas ambientais você enxerga em seu bairro?
14. O que o leva a gostar de viver neste lugar?
15. Quais são as áreas ou lugares mais agradáveis no bairro? O que esses lugares possuem que os tornam agradáveis?
16. Quais lugares são mais desagradáveis? E por que?
17. Na sua opinião qual a importância das nascentes dos rios, mangue e florestas existente no seus bairro?
18. Na sua opinião o turismo contribui para a alteração da identidade do lugar? Justifique:
19. Para você quais os locais são referências do bairro?
20. Porto Seguro apresentou nos últimos anos um grande crescimento populacional. Quais os problemas que surgiram? Na sua opinião esse crescimento está relacionado com o turismo?
21. Quais os lugares que você frequenta na comunidade?
22. Quais são os locais que as pessoas da sua comunidade gostam de visitar e passear?
23. Para você quais os locais são referências do bairro?
24. Qual principal atividade econômica no bairro?
25. Na sua opinião como as pessoas do município enxergam seu bairro?
26. Qual a percepção que você tem de seu bairro?
27. Numa perspectiva temporal, quais transformações foram vistas no seu bairro?
28. Estas mudanças trouxeram algum impacto positivo ou negativo para os moradores? Quais?
29. Existe alguma área de ocupação no bairro?
30. Porto Seguro apresentou nos últimos anos um grande crescimento populacional. Quais os problemas que surgiram no bairro decorrente deste aspecto? Na sua opinião esse crescimento está relacionado com o turismo?
31. Qual principal atividade econômica do bairro?

1.2 . Coleta de informações com moradores mais antigos do bairro

1. Quais os lugares que você frequenta na comunidade?
2. Quais são os locais que as pessoas da sua comunidade gostam de visitar e passear?
3. Quais lugares são mais agradáveis no bairro?
4. Qual principal atividade econômica no bairro?
5. Na sua opinião como as pessoas do município enxergam seu bairro?
6. Qual a percepção que você tem de seu bairro?
7. Numa perspectiva temporal, quais transformações foram vistas no seu bairro relacionadas a problemas ambientais?
8. Estas mudanças trouxeram algum impacto positivo ou negativo para os moradores? Quais?
9. Existe alguma área de ocupação no bairro?
10. Porto Seguro apresentou nos últimos anos um grande crescimento populacional. Quais os problemas que surgiram no bairro decorrente deste aspecto?
11. Na sua opinião esse crescimento está relacionado com o turismo?

12. Quais órgão públicos municipais, estaduais ou federais prestam serviços no bairro? E Como são os serviços prestados nestes órgãos?
13. O que o poder público (federal, estadual e municipal) tem contribuído para melhorar a infraestrutura na comunidade?
14. Os prestadores dos serviços privados têm contribuído para melhorar a infraestrutura na comunidade?
15. Porto Seguro apresentou nos últimos anos um grande crescimento populacional. Quais os problemas que surgiram? Na sua opinião esse crescimento está relacionado com o turismo?
16. Você acha a atividade turística importante para a cidade? Justifique
17. Você considera que a sua comunidade mudou com a chegada do turismo?
18. O turismo traz benefícios para a sua comunidade? Quais?
19. O turismo traz problemas para a sua comunidade? Quais?
20. Você trabalha direto ou indiretamente com o turismo? Comente sobre a sua ocupação/atividade?
21. O turismo melhorou a sua condição de vida?
22. O turismo melhorou as condições de vida da sua comunidade?
23. Você participa das festas e manifestações culturais da comunidade? Quais?
24. Você se identifica com as festas e manifestações culturais tradicionais do município?
25. As festas e comemorações tradicionais sofreram algum tipo de transformação para atender aos turistas?
26. Porto Seguro apresentou nos últimos anos um grande crescimento populacional? Quais os problemas que surgiram?
27. Na sua opinião esse crescimento está relacionado com o turismo?
28. Qual a importância do seu bairro, na sua vida?
29. Qual a sua opinião sobre a infraestrutura da comunidade? (Rede de esgotos, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, rede telefônica entre outros).
30. Como se sente, ao viver neste lugar?

